

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM REDE-
PROFEI

CELIANA LIMA DA SILVA

A PEDAGOGIA VISUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO PRÁTICA
INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS

SÃO LUÍS- MA
2025

CELIANA LIMA DA SILVA

**A PEDAGOGIA VISUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO PRÁTICA
INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Temática: Educação Inclusiva e Surdez.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra

**SÃO LUÍS- MA
2025**

Silva, Celiana Lima da.

A pedagogia visual na formação de professores como prática inclusiva para a educação de surdos. / Celiana Lima da Silva. – São Luís(MA), 2025.

139p.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede - PROFEI)
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Deuzimar Costa Serra.

1. Formação de Professores. 2. Pedagogia Visual. 3. Práticas Inclusiva.
4. Estudantes. 5. Surdos. I. Título.

CELIANA LIMA DA SILVA

**A PEDAGOGIA VISUAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES COMO PRÁTICA
INCLUSIVA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva em Rede – PROFEI, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva como requisito para a obtenção de título de Mestre em Educação.

São Luís, 31 de maio de 2025.

Documento assinado digitalmente
DEUZIMAR COSTA SERRA
Data: 03/07/2025 13:37:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra-UEMA
Orientadora

Documento assinado digitalmente
IVONE DAS DORES DE JESUS
Data: 03/07/2025 13:18:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ivone das Dores de Jesus-UEMA
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
CLAUDEILSON PINHEIRO PESSOA
Data: 03/07/2025 11:59:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr. Claudelson Pinheiro Pessoa-IFMA
Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir vivenciar mais uma etapa da minha jornada acadêmica e por me conceder força e perseverança ao longo de toda a construção deste trabalho.

Aos meus pais Marinez e Lourival, que em minha trajetória de vida desempenharam de forma exemplar os papéis de mãe e pai, sendo grandes incentivadores dos meus estudos e uma presença constante com suas palavras de consolo e apoio.

À Andreza Lima, minha irmã, que acreditou em mim desde o primeiro momento e foi uma das minhas maiores apoiadoras ao longo de todo o processo de ingresso no mestrado, deixo minha sincera gratidão.

À minha família, pela constante crença em meu potencial e por meio de gestos e palavras que renovam meu desejo de crescimento e desenvolvimento.

Aos meus colegas de turma, cuja presença, embora não sempre presencial, foi decisivo ao longo da minha trajetória acadêmica no mestrado. Dentre esses colegas, destaco Vera Lúcia e Luinaldo Soares e Maria Verônica que, além de serem parceiros em nossa linha de pesquisa e nas produções acadêmicas, tornaram-se valiosos companheiros de jornada, e ao amigo Jefferson Braga que embora não fosse do mesmo mestrado, mas ao longo dessa trajetória, compartilhamos não apenas as conquistas, mas também as inquietações e desafios que surgiram em cada etapa, fortalecendo nossa colaboração e aprimorando nosso desenvolvimento acadêmico

Expresso minha profunda gratidão à Professora Doutora Deuzimar Costa Serra pela sua disponibilidade e significativa contribuição ao longo de todo o processo de desenvolvimento desde o ingresso até a produção desta dissertação e elaboração do recurso educacional. Agradeço especialmente pelas orientações, incentivo, ética, respeito e confiança demonstrados.

Por fim, gostaria de expressar minha gratidão a todos que, embora não mencionados neste texto, contribuíram, de maneira direta ou indireta, com sua crença, apoio e incentivo ao longo deste percurso.

Muito obrigada!

“Não é a surdez que define o destino das pessoas,
mas o resultado do olhar da sociedade sobre a surdez”.

(Vygotsky)

RESUMO

Este projeto de pesquisa trata sobre as práticas pedagógicas executadas em salas de aula com estudantes surdos em processo de inclusão que tem por objetivo analisar as estratégias de ensino dos professores quanto ao uso de uma pedagogia visual para um ensino inclusivo de estudantes surdos no Centro de Ensino Odolfo Medeiros em Caxias – Maranhão. A pesquisa se configura de abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, documental e de campo, com intuito de coletar informações sobre como ocorrem as práticas pedagógicas dos professores que atuam na escola com estudantes surdos. Para a realização da pesquisa utilizou-se como instrumento de coleta de dados questionários e roteiros de entrevistas semiestruturada. Nesse cenário, a amostragem é composta por seis professores que atuam com estudantes surdos nas turmas do Ensino Médio. Dessa forma, foram analisadas as estratégias educacionais da prática pedagógica dos professores para atuação com estudantes surdos, cuja finalidade é contribuir com a melhor interação e aprendizagem desses estudantes surdos na perspectiva de elaborar um recurso educacional que foi construído em formato de e-book para fomentar situações concretas de ensino que respeitem as particularidades educacionais dos estudantes surdos baseados na pedagogia visual, em resposta a problemática e aos objetivos propostos.

Palavras-chave: Formação de Professores; Pedagogia Visual; Práticas Inclusiva; Estudantes Surdos.

ABSTRACT

This research project focuses on the pedagogical practices carried out in classrooms with deaf students undergoing the process of inclusion. Its main objective is to analyze teachers' instructional strategies concerning the use of visual pedagogy to promote inclusive education for deaf students at *Centro de Ensino Odolfo Medeiros* in Caxias, Maranhão. The study follows a qualitative approach, incorporating bibliographic, documentary, and field research, with the aim of gathering information on how pedagogical practices are implemented by teachers working with deaf students at the school. For data collection, questionnaires and semi-structured interview guides were used. The sample consists of six teachers who work with deaf students in high school classes. In this context, the educational strategies within teachers' pedagogical practices were analyzed to understand their effectiveness in supporting the inclusion of deaf students. The goal is to contribute to improved interaction and learning for these students through the development of an educational resource, created in the form of an e-book, designed to foster practical teaching situations that respect the educational particularities of deaf students, based on visual pedagogy, and aligned with the research problem and objectives.

Keywords: Teacher Education; Visual Pedagogy; Inclusive Practices; Deaf Students.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CE – Centro de ensino

CEP - Comissão de Ética em Pesquisa

CF- Constituição Federal

E-BOOK - Eletronic books

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Libras- Língua Brasileira de Sinais

OMS - A Organização Mundial da Saúde

PEE- Plano Estadual de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

PNEEPEI - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

PROFEI - Programa de Pós- Graduação em Educação Inclusiva em Rede Nacional

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tabela - Produção acadêmica sobre pedagogia visual, Libras e educação de surdos no Nordeste (2014–2024).....	20
Quadro 2 –Quadro Comparativo – inclusão e interação.....	36
Quadro 3 - Níveis de surdez e metodologias educacionais.....	43
Quadro 4 - Estratégias baseadas na Pedagogia Visual.....	63
Quadro 5 - Dados das participantes da pesquisa.....	74
Quadro 6. Tabela de instrumentos de coleta de dados.....	76
Quadro 7 - Tabela das percepções e contribuições dos docentes.....	88
Quadro 8- Questionário: Formação de professores e ensino para surdos.....	96
Quadro 9- Questionário: recursos visuais e prática da pedagogia visual.....	103
Quadro 10 - Descrição recurso educacional.....	110
Quadro 11 - Elaboração do Recurso Educacional.....	115

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Reflexões iniciais sobre a temática da pesquisa: Navegando pela Escrita da Pesquisa	17
1.2 O Estado da Arte: a educação inclusiva pela perspectiva nordestina.....	19
1.3 Construção Histórica e Conceitual da Educação Inclusiva.....	25
2 MARCO TEORICO.....	32
2.1 Práticas Pedagógicas Inclusivas: Diferenciando Integração e Inclusão para uma Educação Transformadora.	33
3 ENTENDENDO A SURDEZ: Caminhos para uma Educação Inclusiva e Eficaz	40
3.1 Surdez e suas Implicações Educativas: Desafios e Adaptações Pedagógicas ..	42
3.2 A percepção sensorial inerente à condição da surdez: compreendendo a especificidade da pessoa Surda	47
3.3 Formação de Professores: Caminhos para uma Educação Inclusiva e Visual na Educação de Surdos	51
4 PEDAGOGIA VISUAL: Ferramentas para a Inclusão de estudantes surdos ...	54
4.1 Definição e Importância da Pedagogia Visual	57
4.2 Pedagogia Visual na Educação: Estratégias para a Acessibilidade Curricular de Estudantes Surdos	61
4.3 Estratégias de Ensino e a Pedagogia Visual: Caminhos para a Inclusão e Aprendizagem de Estudantes Surdos	62
5 PERCURSO METODOLÓGICO	66
5.1 A pesquisa qualitativa	66
5.2 Descrição do Cenário de Pesquisa e Perfil dos Participantes	71
5.3 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados: Um Olhar Humanizado e Reflexivo	75
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	80
6.1 A Sinergia entre Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas na aprendizagem de estudantes Surdos.	82
6.2 Desafios e Contribuições na Inclusão de Surdos na Escola Regular: Perspectiva dos Professores	86

6.3 Formação de Professores para o Ensino de Estudantes Surdos: Análise da Formação Inicial e Continuada.....	94
6.4 A Pedagogia Visual no Ensino de Surdos: Estratégias e Práticas Inclusivas....	101
7 RECURSO EDUCACIONAL	107
7.1 E-book: o produto da pesquisa.....	108
7.2 O processo de elaboração Recurso educacional	111
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS.....	120
ANEXOS.....	127
ANEXO 1- Ofício para o encaminhamento do projeto de pesquisa	128
ANEXO 2- Declaração dos pesquisadores	129
ANEXO 3 - Declaração de isenção de conflito de interesse	130
ANEXO 4 - Declaração de autorização da instituição.....	131
ANEXO 5 - Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	132
APÊNDICE.....	135
Roteiro de entrevista	136

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem origem em uma trajetória pessoal e profissional profundamente marcada pelo compromisso com a inclusão e com a acessibilidade linguística no contexto educacional. A autora, Celiana Lima da Silva, oriunda de uma família da classe trabalhadora — filha de um pedreiro e de uma auxiliar de serviços gerais — cursou integralmente sua formação básica na rede pública de ensino. Essa vivência proporcionou contato direto com os desafios enfrentados pelas camadas populares no acesso, permanência e êxito na educação, despertando desde cedo uma sensibilidade para as desigualdades sociais que permeiam o sistema educacional brasileiro.

Durante a graduação em Ciências Biológicas, realizada por bolsa universitária, a autora atuou como tradutora e intérprete de Libras, o que possibilitou a articulação entre formação acadêmica e prática profissional voltada à inclusão de estudantes surdos. Tal envolvimento com a Língua Brasileira de Sinais teve início ainda na infância, aos oito anos, através da amizade com uma colega surda, com quem compartilhou todas as etapas da vida escolar e acadêmica. Essa convivência, baseada na afetividade, empatia e respeito às diferenças, contribuiu para a construção de uma consciência crítica sobre as barreiras comunicacionais e pedagógicas enfrentadas por pessoas surdas.

A partir de sua vivência e de uma atuação profissional de dezesseis anos como intérprete educacional de Libras — com experiências na educação básica, ensino técnico e ensino superior, sendo nove deles dedicados ao ensino médio na rede pública estadual do Maranhão —, a autora identificou, no cotidiano escolar, uma lacuna significativa: a escassez do uso de recursos visuais nas práticas pedagógicas de professores ouvintes. Tal ausência compromete o processo de aprendizagem dos estudantes surdos, cuja principal via de acesso ao conhecimento é a visualidade.

Dessa constatação, emergiu a pergunta central desta pesquisa: de que forma a pedagogia visual pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e acessíveis aos estudantes surdos?

Em 2023, a autora ingressou no Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI), com o objetivo de investigar sistematicamente estratégias pedagógicas voltadas à promoção da acessibilidade didática. Ao longo do percurso formativo,

participou de congressos e eventos científicos em diferentes estados do Brasil, além de publicar livros e materiais didáticos dedicados à temática da inclusão e da pedagogia visual, contribuindo para a disseminação de práticas educacionais acessíveis e eficazes.

O objetivo principal desta proposta é examinar como os recursos visuais utilizados em sala de aula contribuem para a exploração e explicação dos conteúdos dos diversos componentes curriculares, garantindo a acessibilidade para estudantes Surdos e Ouvintes. Além disso, procura-se identificar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores para atender às necessidades específicas dos alunos surdos, levando em conta práticas pedagógicas inclusivas e bilíngues. Nesse cenário, busca-se descrever as políticas educacionais em vigor que incentivam os processos formativos voltados à capacitação de professores para trabalhar com alunos surdos, especialmente no que diz respeito à criação de uma prática pedagógica orientada visualmente. Como resultado prático, será criado um e-book com propostas de Sequências Didáticas voltadas para as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Esse material incluirá estratégias acessíveis e uma variedade de procedimentos metodológicos, visando auxiliar o educador a promover uma educação verdadeiramente inclusiva, justa e eficiente no contexto bilíngue (Língua Portuguesa e Libras). Dessa forma, será garantido o pleno acesso à aprendizagem dos estudantes Surdos.

Dessa forma, busca-se investigar a função da pedagogia visual na facilitação da acessibilidade para alunos surdos, com o desenvolvimento de um e-book que contenha recomendações de sequências pedagógicas visuais voltadas para educadores e intérpretes. O objetivo do material é organizar práticas inclusivas que considerem a visualidade como um elemento fundamental — e não secundário — no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.

Inserida no campo da Educação Inclusiva, esta pesquisa articula vivência pessoal, prática profissional e produção acadêmica, visando contribuir para o fortalecimento de políticas e práticas pedagógicas que respeitem a diversidade linguística e cultural dos sujeitos surdos, reafirmando seu direito à aprendizagem plena e significativa.

Dessa forma, a trajetória aqui descrita transcende o âmbito individual e constitui-se como uma experiência de militância, prática e pesquisa em educação

inclusiva. A atuação da autora revela que a inclusão não se efetiva apenas pela presença física do estudante em sala de aula, mas por meio de ações pedagógicas intencionais, ancoradas em princípios éticos, epistemológicos e metodológicos coerentes com a diversidade. Nesse contexto, a pedagogia visual emerge como uma estratégia essencial para o ensino de estudantes surdos, reafirmando seu direito à linguagem, à aprendizagem e à plena participação na vida escolar.

1 INTRODUÇÃO

O tema principal deste estudo trata de aspectos essenciais do processo de escolarização de alunos surdos, com ênfase nas particularidades educacionais que exigem estratégias diferenciadas. O estudo destaca as metodologias de ensino inclusivas como ferramentas fundamentais para garantir a equidade no aprendizado, além de considerar a pedagogia visual uma estratégia pedagógica essencial. Essa estratégia tanto simplifica o acesso ao conhecimento quanto impulsiona o progresso acadêmico e a inclusão social dos alunos surdos, levando em consideração suas características linguísticas e culturais. Ademais, a pesquisa procura enfatizar a relevância de práticas pedagógicas que incorporem recursos tecnológicos, materiais visuais e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), promovendo de forma eficiente e humanizadora a interação entre alunos, docentes e o ambiente escolar.

A surdez, enquanto uma condição linguística e cultural, impõe desafios específicos que precisam ser considerados na construção de práticas pedagógicas eficazes. Compreende-se que a pessoa surda apreende e interage com o mundo predominantemente através de experiências visuais, o que exige que as estratégias de ensino sejam baseadas na valorização e no fortalecimento dessa característica. Assim, a organização das práticas pedagógicas deve ser fundamentada na compreensão dessa necessidade cognitiva, priorizando, portanto, o uso do canal visual como elemento central no processo de ensino-aprendizagem.

Dentro de um paradigma inclusivo, o processo educativo deve ser planejado e conduzido de maneira a valorizar e potencializar o processamento cognitivo dos estudantes surdos, que se dá prioritariamente por meio das percepções visuais. Embora a Língua Portuguesa, em sua modalidade oral-auditiva, seja predominantemente utilizada pela escola como língua de instrução, a inclusão de estudantes surdos requer uma abordagem que transcenda adaptações superficiais.

A pedagogia visual surge, nesse contexto, como uma metodologia eficaz para promover a aprendizagem de estudantes surdos, pois ela utiliza recursos visuais como imagens, vídeos, gráficos e outros elementos que favorecem a compreensão dos conteúdos. Essa abordagem, que vai além da simples adaptação, permite que os estudantes surdos construam seu conhecimento de maneira significativa, respeitando suas particularidades e, em simultâneo, estimulando sua plena participação no ambiente escolar.

É indispensável que, ao adotar a pedagogia visual, os educadores reconheçam as especificidades do processo de aprendizagem desses estudantes, o que exige uma formação contínua e aprofundada sobre as necessidades desse público. Esse entendimento deve orientar a prática pedagógica, proporcionando um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz, onde eles não apenas participem, mas também se desenvolvam plenamente, de acordo com suas capacidades e ritmos de aprendizagem.

1.1 Reflexões Formativas: Navegando pela Escrita da Pesquisa

O primeiro contato da pesquisadora com a educação inclusiva ocorreu em sua infância, quando, aos oito anos, conheceu uma colega surda com quem compartilhou sua trajetória escolar. Esse convívio revelou as barreiras enfrentadas pela colega nas escolas brasileiras, especialmente em relação à acessibilidade e inclusão. A pesquisadora percebeu, mesmo com recursos como intérpretes de Libras, a necessidade de avanço na educação para garantir igualdade de oportunidades. Esse aprendizado despertou seu interesse pela educação inclusiva e motivou sua pesquisa sobre a formação de professores e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam uma verdadeira acessibilidade. Essa vivência transformou sua visão sobre o papel da educação na construção de um mundo mais inclusivo.

Ao concluir sua formação acadêmica, a pesquisadora tornou-se tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que lhe proporcionou uma nova perspectiva sobre essa realidade. No exercício da profissão, observou que muitos professores, apesar de dedicados, necessitavam de formação inicial e continuada específica para atuar com estudantes surdos. Essa lacuna formativa impactava diretamente a qualidade do ensino oferecido, comprometendo o pleno desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

Essas experiências despertaram a necessidade de aprofundar meus estudos sobre o tema, pois a inclusão educacional de pessoas surdas exige não apenas recursos técnicos, mas também práticas pedagógicas que respeitem a identidade linguística e cultural desses estudantes. Além disso, a formação docente é necessária para garantir que os educadores estejam preparados para utilizar

metodologias inclusivas, como a pedagogia visual, que favoreçam a aprendizagem significativa e a interação efetiva no ambiente escolar.

Dessa maneira, surgem também as incertezas por parte dos educadores em se fazerem entendidos, seja através dos intérpretes ou mesmo por utilizarem uma comunicação alternativa e isso resulta em um distanciamento dessa interação entre professor e estudante, que não vai colaborar para uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, destaca-se a importância de incluir esse estudante não apenas para registros na escola, mas para uma participação ativa desse sujeito, como cita Giroto, Martins e Lima (2015, p. 742): “a escola pouco tem se organizado para atender as singularidades linguísticas, culturais e cognitivas dos surdos no sistema regular de ensino”.

Tal fato torna a permanência desses estudantes mais difícil e evidencia uma lacuna na formação dos professores que, muitas vezes, não receberam a formação adequada durante sua formação inicial e agora se deparam com uma realidade em que os sujeitos possuem uma especificidade linguística diferente dos demais.

Nessa perspectiva, a pesquisa visa contribuir para que os professores reflitam sobre suas práticas e busquem formações que supram ou amenizem essa lacuna existente. Assim, a pesquisa propõe uma prática docente que incorpore conhecimentos pedagógicos sobre métodos variados e que considere a especificidade linguística do estudante surdo.

O interesse da pesquisadora em aprofundar e contribuir para a educação inclusiva é impulsionado tanto pela vivência pessoal quanto pela prática profissional, reforçando seu compromisso com a promoção de uma educação que garanta o acesso, a permanência e a participação desses estudantes.

Mediante a trajetória de vida profissional da pesquisadora e as problemáticas da educação inclusiva elencadas surgiu o questionamento: quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores, com ênfase na pedagogia visual, para promover um ensino inclusivo a estudantes surdos no Centro de Ensino Odolfo Medeiros, em Caxias – MA?

O desafio, portanto, é criar estratégias pedagógicas que integrem o uso de recursos visuais de forma consistente e significativa, respeitando a identidade cultural surda e suas formas de apreensão e interação com o conhecimento.

Para responder aos questionamentos da pesquisa, foi definido como objetivo geral analisar as estratégias de ensino dos professores quanto ao uso de uma pedagogia visual para um ensino inclusivo de estudantes surdos no Centro de Ensino Odolfo Medeiros, em Caxias – Maranhão. Como desdobramentos desse objetivo, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: identificar as estratégias de ensino implementadas pelos professores para atender aos estudantes surdos; investigar as contribuições efetivas dos recursos visuais introduzidos na sala de aula para a exploração e explanação dos conteúdos nos diferentes componentes curriculares, alcançando estudantes surdos e ouvintes; descrever as políticas educacionais adotadas para fomentar os processos formativos voltados às práticas pedagógicas com estudantes surdos; e, por fim, elaborar um *e-book* com sugestões de sequência didática voltadas para as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, apresentando estratégias e procedimentos que orientem os professores na condução de suas práticas pedagógicas dentro de um contexto escolar bilíngue e visual, na perspectiva da Educação Inclusiva.

Esses objetivos visam investigar as estratégias pedagógicas, especialmente aquelas baseadas na pedagogia visual, utilizadas por professores do Centro de Ensino Odolfo Medeiros, em Caxias – MA, no processo de inclusão de estudantes surdos.

Em virtude disso, este trabalho, encontra-se dividido em seis seções além da introdução, aborda a relevância e os desafios da Educação Inclusiva no contexto atual. Na primeira seção, intitulada “Perspectivas Históricas e Evolutivas da Educação Inclusiva”, serão discutidos o conceito de inclusão e sua diferença em relação à integração, com base em documentos normativos e estudos acadêmicos. O objetivo é refletir sobre os avanços e desafios históricos, propondo reformulações nas políticas e práticas educacionais para assegurar o acesso equitativo e a participação de todos os estudantes na escola.

Na segunda seção, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam a inclusão desses estudantes, enfatizando aspectos essenciais relacionados à surdez e à necessidade de promover uma cultura visual no ambiente da escola regular, destacando a relevância de compreender as especificidades dos estudantes surdos para que professores e outros profissionais da educação possam não apenas reconhecer suas singularidades, mas também construir práticas pedagógicas

significativas e eficazes. Essa abordagem busca ampliar o entendimento sobre as particularidades dos sujeitos surdos, considerando a centralidade da visualidade em seu processo de aprendizagem.

A seção a seguir apresenta o conceito e a aplicação da Pedagogia Visual, explorando como essa abordagem se relaciona diretamente com a inclusão de estudantes surdos nas escolas do nosso país. Além de expor conceitos, a seção também propõe uma reflexão crítica sobre como as evidências científicas relacionadas à Pedagogia Visual podem orientar a prática educativa.

Na quarta seção, intitulada "Percurso Metodológico", detalham-se os caminhos que será seguido para a realização da pesquisa. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, que permite uma compreensão mais profunda e humanizada dos fenômenos que serão estudados, descrevendo o contexto da pesquisa, focada na inclusão de estudantes surdos em um ambiente escolar, e apresenta o perfil dos participantes, em seguida detalha os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, como entrevistas, observações e questionários, escolhidos para compreender a realidade vivenciada pelos envolvidos no processo inclusivo.

Na quinta seção, apresentam-se os dados recolhidos das entrevistas conduzidas com as participantes do estudo, acompanhados de uma análise detalhada e reflexiva sobre as informações obtidas. Na sexta seção, expomos o recurso educacional criado durante a pesquisa. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e as referências bibliográficas que sustentam o estudo.

1.2 O Estado da Arte: a educação inclusiva pela perspectiva nordestina

O "Estado da Arte" constitui uma etapa metodológica essencial no processo da pesquisa científica, configurando-se como instrumento analítico que possibilita ao pesquisador delinear, com acurácia, o cenário atual de um campo específico do saber. Trata-se de uma estratégia que vai além do simples levantamento bibliográfico, pois permite identificar as principais contribuições teóricas, os embates epistemológicos, os avanços metodológicos, bem como as lacunas ainda existentes na produção científica relativa ao objeto de estudo. Nesse sentido, favorece não apenas a delimitação e a justificativa do problema de pesquisa, mas também subsídios a construção de um referencial teórico coerente, articulado e atualizado.

Para os autores Palacio, Granados e Villafáñez (2016), o estado da arte aproxima-se significativamente da concepção apresentada por Silva e Malfitano (2017) ao ser compreendido como uma modalidade de levantamento bibliográfico sistemático, representando a etapa inicial e fundamental de uma pesquisa, tendo como principal função subsidiar a formulação e a justificativa da problemática que se pretende investigar. Essa prática proporciona ao pesquisador um mapeamento crítico das produções acadêmicas existentes, permitindo identificar como determinados temas têm sido abordados, bem como os avanços teóricos, lacunas, equívocos e tendências que caracterizam o campo de estudo em um dado momento histórico.

Quadro 1 – Tabela: Produção acadêmica sobre pedagogia visual, Libras e educação de surdos no Nordeste (2014–2024)

Autor Universidade Tipo	Ano	Tema	Possíveis Lacunas
Borges, Tamires Coimbra Bastos UFMA/ TESE	2024	Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: em foco a formação continuada de professores em São Luís-MA	Limitação na investigação sobre as metodologias específicas de formação continuada e os desafios práticos enfrentados pelos professores no ensino de alunos surdos.
Pestana, Isabela Cristina Gomes da Silva UFPE/ Dissertação	2024	O uso de recursos didáticos nas práticas de letramento em Libras: uma experiência em salas regulares bilíngues para surdos no município do Recife	Falta de análise das dificuldades enfrentadas pelos professores na adaptação de recursos em contextos de escolas com poucos recursos ou em zonas rurais.
Macedo, Jaqueline de Sousa UFMA / Dissertação	2023	A escrita do estudante surdo e a sequência didática: Uma análise a partir do trabalho com o gênero dissertação escolar	Limitação na análise das dificuldades amplas no processo de letramento, como a relação entre Libras e a escrita do português, e práticas diferenciadas para alunos surdos em diferentes fases da aprendizagem.
Macêdo, Rosane Ferreira UEMA/ Dissertação	2022	Libras e cultura surda na formação continuada de professores para o ensino de estudantes surdos	Ausência de uma análise mais profunda sobre a integração de Libras e cultura surda com outras metodologias pedagógicas inovadoras, como o uso de

			tecnologias assistivas.
Silva, Gemma Galganni Pacheco da UEMA/ Dissertação	2022	Prática pedagógica mediada pela pedagogia visual: proposta para o desenvolvimento do processo educacional inclusivo do estudante surdo no ensino regular	Limitação ao uso de uma única abordagem pedagógica, sem explorar a integração com outras metodologias inclusivas, como ensino híbrido ou uso de tecnologias assistivas.
Silva, Andressa Veneranda da UEMA/ Dissertação	2021	A prática pedagógica do professor alfabetização para a aquisição da leitura e escrita dos estudantes surdo na perspectiva da educação inclusiva na cidade de Caxias-MA	Possível falta de foco na diversidade dentro da comunidade surda, como a diferença entre surdos oralizados e surdos que usam LIBRAS como primeira língua, e a inclusão de surdos com múltiplas deficiências.
Camelo, Maria Gorethi dos Santos UEMA/ Dissertação	2021	A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios do Maranhão: limitações e contribuições.	Falta de dados empíricos atualizados sobre a implementação das políticas públicas e como elas são aplicadas na prática, principalmente em contextos específicos e recentes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, setembro de 2024.

Ao longo do percurso investigativo desta dissertação, a análise criteriosa de dissertações e teses produzidas no Nordeste brasileiro revelou-se essencial para a consolidação do referencial teórico-metodológico adotado. A escolha por estudos desenvolvidos na região não se deu apenas por uma afinidade geográfica, mas principalmente pelo alinhamento temático e pela relevância científica que tais produções apresentam no campo da Educação Inclusiva, especialmente no que tange à escolarização de estudantes surdos e à mediação por recursos visuais.

A tese de Tamires Coimbra Bastos Borges, defendida na UFMA em 2024, trouxe importantes reflexões sobre a formação continuada de professores no contexto da Educação Especial em São Luís-MA. Sua contribuição foi determinante para a compreensão crítica das políticas e práticas formativas vigentes, evidenciando os desafios e as possibilidades da atuação docente em escolas inclusivas. Essa abordagem dialoga diretamente com os objetivos da presente

pesquisa, ao tratar da necessidade de qualificação contínua dos educadores para responder às especificidades da surdez.

Na mesma direção, a dissertação de Isabela Cristina Gomes da Silva Pestana, apresentada à UFPE em 2024, contribuiu significativamente ao evidenciar o papel dos recursos didáticos nas práticas de letramento em Libras em salas bilíngues no Recife. A autora destaca estratégias visuais que favorecem o desenvolvimento linguístico dos estudantes surdos, fortalecendo a centralidade da visualidade nos processos de ensino-aprendizagem – uma perspectiva fundamental para a proposta do *e-book* pedagógico desenvolvido neste trabalho.

Outro estudo relevante foi o de Jaqueline de Sousa Macedo, em 2023, da UFMA, que investigou a escrita do estudante surdo a partir da retextualização¹ de textos multimodais. Essa análise apontou caminhos para a apropriação da Língua Portuguesa como segunda língua por estudantes surdos, ressaltando a importância da mediação visual e da sequência didática. A discussão proposta pela autora fortaleceu a escolha metodológica adotada nesta dissertação, reafirmando o valor da abordagem visual como suporte pedagógico.

Na Universidade Estadual do Maranhão, a dissertação de Rosane Ferreira Macêdo, em 2022, se destacou ao investigar a formação continuada de docentes em Libras e cultura surda, sugerindo iniciativas de capacitação que reforçam práticas inclusivas. Sua pesquisa confirma que dominar a Libras é apenas um dos pilares da inclusão, e é essencial entender a cultura surda como parte integrante do processo educacional.

De forma complementar, o trabalho de Gemma Galganni Pacheco da Silva, em 2022, apresentou uma proposta inovadora sobre a pedagogia visual como ferramenta de mediação para o desenvolvimento do processo educacional de estudantes surdos no ensino regular. Essa dissertação oferece subsídios teóricos e práticos que dialogam diretamente com a construção do produto educacional desta pesquisa, contribuindo para o aprofundamento da concepção de visualidade enquanto elemento estruturante da prática pedagógica.

1 A retextualização citada na dissertação de Jaqueline de Sousa Macedo (2023) refere-se ao processo de transformação de um texto de um gênero, modalidade ou linguagem para outro, com adaptação de sua estrutura e linguagem, respeitando o novo contexto comunicativo. No caso específico da educação de surdos, trata-se de uma estratégia pedagógica que envolve a conversão de textos multimodais (imagens, vídeos, sinais em Libras, entre outros) em produções escritas em Língua Portuguesa, como, por exemplo, a dissertação escolar.

No contexto de alfabetização, a dissertação de Andressa Veneranda da Silva, em 2021, também da UEMA, analisou a prática pedagógica de professores alfabetizadores na cidade de Caxias-MA. Suas conclusões reforçam a necessidade de práticas sensíveis às singularidades linguísticas do estudante surdo, abordando a leitura e escrita sob a ótica da inclusão.

Por fim, a dissertação de Maria Gorethi dos Santos Camelo, em 2021, trouxe uma análise crítica da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em municípios maranhenses. Esse estudo foi importante para compreender o contexto político e institucional no qual esta dissertação se insere, especialmente no que tange à materialização das políticas públicas nas redes de ensino do interior do estado.

As pesquisas realizadas por Maria Gorethi dos Santos Camelo, Isabela Cristina Gomes da Silva Pestana, Rosane Ferreira Macêdo e Gemma Galganni Pacheco da Silva revelam avanços significativos no campo da Educação Inclusiva, especialmente no que diz respeito ao atendimento educacional de estudantes surdos no Nordeste brasileiro. Essas autoras, por meio de dissertações produzidas em diferentes universidades públicas da região, têm contribuído de forma contundente para a consolidação de práticas pedagógicas e políticas públicas que reconhecem a surdez como uma diferença linguística e cultural — e não como uma deficiência a ser superada. As contribuições dessas pesquisas foram fundamentais para o amadurecimento teórico e metodológico da presente dissertação, não apenas por sua relevância científica, mas sobretudo pelo compromisso político com a equidade educacional.

A dissertação de Maria Gorethi dos Santos Camelo, em 2021, defendida na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), destaca-se ao analisar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em municípios do interior maranhense. Ao investigar como essa política se materializa nas redes municipais de ensino de Central do Maranhão e Apicum-Açu, a autora revela os entraves estruturais e políticos que ainda dificultam a consolidação de práticas inclusivas. Sua pesquisa fornece uma análise crítica e detalhada das limitações e avanços dessa política pública, evidenciando a necessidade de maior articulação entre gestão educacional, formação docente e financiamento adequado. Esse estudo dialoga diretamente com

os objetivos desta dissertação, ao problematizar os limites da inclusão escolar no contexto das políticas públicas locais.

A pesquisa de Isabela Cristina Gomes da Silva Pestana, em 2024, realizada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), também é de grande relevância, pois foca na análise do uso de recursos didáticos nas práticas de letramento em Libras em salas regulares bilíngues. A autora investiga experiências concretas de ensino na cidade do Recife, enfatizando o papel da visualidade e da língua de sinais como meios legítimos de instrução e aprendizagem. A dissertação de Pestana demonstra que o letramento em Libras não pode ser tratado como um processo secundário, mas como base estruturante para a alfabetização e a produção de sentido por parte dos estudantes surdos. Sua abordagem reforça a importância da pedagogia visual, contribuindo diretamente para a reflexão proposta nesta dissertação sobre o papel das sequências pedagógicas visuais no processo de ensino-aprendizagem de surdos.

No mesmo campo de discussão, Rosane Ferreira Macêdo, em 2022, também vinculada à UEMA, aprofunda a relação entre formação docente e inclusão ao investigar a presença da Libras e da cultura surda em programas de formação continuada de professores. Sua pesquisa revela que práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas exigem, antes de tudo, a valorização da identidade surda e o domínio da língua de sinais como ferramenta de mediação pedagógica. Ao reconhecer a cultura surda como dimensão essencial da prática docente, a autora fortalece o argumento de que a inclusão vai além da presença física do estudante na sala de aula: trata-se da construção de um ambiente cultural e linguisticamente acessível.

Por fim, a dissertação de Gemma Galganni Pacheco da Silva, em 2022, propõe uma abordagem inovadora ao explorar práticas pedagógicas mediadas pela pedagogia visual no ensino regular. A autora investiga como professores de Língua Portuguesa utilizam recursos visuais para facilitar a aprendizagem dos estudantes surdos, apontando para a necessidade de repensar o modelo tradicional de ensino baseado majoritariamente na oralidade e na escrita. Sua pesquisa reforça a tese de que a visualidade deve ser compreendida como linguagem e estratégia central em contextos inclusivos, uma ideia que constitui o núcleo da presente investigação.

Ao entrelaçar essas quatro dissertações em uma análise articulada, é possível afirmar que as autoras contribuem de maneira decisiva para o aprofundamento da compreensão sobre os desafios e possibilidades da educação de surdos no Brasil. Seus trabalhos inspiram e fundamentam esta dissertação, sobretudo no que diz respeito à valorização da Libras, à formação continuada de professores e ao uso da pedagogia visual como caminho para a construção de uma escola efetivamente inclusiva, democrática e plural. Essas pesquisas revelam que o compromisso com a inclusão exige mais do que boas intenções: requer formação, escuta, reconhecimento das diferenças e a constante reinvenção das práticas pedagógicas.

Portanto, essas sete produções acadêmicas, oriundas de diferentes instituições do Nordeste, constituem um alicerce sólido para esta pesquisa. Elas não apenas ampliaram o repertório teórico e metodológico da investigação, mas também reafirmaram o compromisso ético e político com uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e visualmente acessível para os sujeitos surdos.

1.3 Construção Histórica e Conceitual da Educação Inclusiva

As políticas de Educação Inclusiva garantem que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades, tenham acesso a um ambiente de aprendizado que respeite suas individualidades. Essas políticas públicas educacionais são fundamentais para orientar a educação escolar vinculada a inclusão, estabelecendo diretrizes ou mesmo normativas que permitem a adaptação do sistema educacional às novas demandas sociais, exigindo além da inclusão física, também a adaptação das práticas pedagógicas e recursos educativos. Essas políticas atendem às demandas por igualdade e diversidade, assegurando que todos se desenvolvam em um ambiente que reflita as transformações da sociedade, promovendo um sistema educacional mais equitativo e acessível.

Incluir exige mudanças nas instituições de ensino, modificações essas que são importantes na maneira como o ensino é organizado e praticado, assegurando que os estudantes possam acessar um aprendizado de qualidade, independentemente de suas particularidades. Para isso, é essencial reconhecer e valorizar a diversidade presente nas salas de aula, o que nos leva a repensar

algumas concepções tradicionais de educação que podem não atender às necessidades individuais dos estudantes.

Diversos marcos normativos estão interligados na promoção da educação inclusiva no Brasil. A Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, destaca o direito de todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades educativas específicas, a receberem uma educação de qualidade em escolas regulares. Ela enfatiza a importância da aceitação da diversidade no ambiente escolar. Estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), promulgada em 1996, está o princípio de que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida em condições de igualdade, promovendo a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares. Ambas as legislações reforçam a necessidade de adaptações pedagógicas e a disponibilização de recursos que assegurem um ensino acessível e equitativo, garantindo que cada estudante possa desenvolver seu potencial em um ambiente que respeite suas individualidades.

A inter-relação entre a Declaração de Salamanca e a LDBEN evidencia um compromisso conjunto em construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a educação é vista como um meio essencial para o pleno desenvolvimento humano. Estabelecendo como princípio fundamental que as escolas devem acolher todos os estudantes, sem distinção, levando em conta suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas a Declaração de Salamanca enfatiza a responsabilidade das instituições educacionais em promoverem um ambiente inclusivo que respeite e valorize a diversidade entre os estudantes, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade:

Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e super-dotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Brasil, 1994, p.3).

O texto aborda a importância de garantir que a educação atenda a todas as crianças, reconhecendo suas particularidades e promovendo igualdade de oportunidades por meio da inclusão, sendo essa um fator-chave para construir um sistema educacional que respeite a diversidade e assegure que todos os estudantes tenham acesso a um aprendizado de qualidade, e ainda reverbera a necessidade de inclusão de diversos grupos de crianças que enfrentam marginalização ou

desvantagens, como aquelas com deficiência, superdotadas, em situação de rua ou trabalho, oriundas de populações nômades pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais.

Corroborando com os autores que defendem a inclusão educacional como um processo amplo e multifacetado, as instituições de ensino precisam refletir sobre sua estrutura e os valores que orientam suas práticas. Para isso, é importante adaptar as estratégias pedagógicas para atender às diversas necessidades dos estudantes, utilizando métodos variados e recursos apropriados que incentivem a participação mútua. A inclusão, conforme apontam esses autores, vai muito além de garantir apenas o acesso físico ao ambiente escolar; trata-se de adotar uma abordagem que respeite as diferenças e promova o desenvolvimento pleno, tanto individual quanto coletivo.

Com a promulgação da Declaração de Salamanca (1994), foram formuladas as políticas de educação inclusiva no Brasil, cujo resultado foi a elaboração de documentos legais para sua implementação. No entanto, muitos grupos reconhecidos como tendo necessidades educativas especiais nesse contexto não foram adequadamente atendidos pelas políticas da Educação Especial. Um exemplo disso é a Resolução n.º 2/2001, que "instituiu as Diretrizes Nacionais para a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades" (Brasil, 2001) considerando como público-alvo aqueles que apresentam:

- I – dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitação no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- III – altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (Brasil, 2001, p. 2).

O texto descreve três categorias de necessidades educativas especiais, a primeira abrange estudantes com dificuldades de aprendizagem, subdivididos em dois grupos: aqueles sem causas orgânicas específicas e aqueles com condições ou deficiências. A segunda refere-se a estudantes que enfrentam dificuldades de comunicação, necessitando de linguagens específicas, e a terceira categoria aborda

estudantes com altas habilidades ou superdotação, que demonstram facilidade excepcional em aprender e dominar conceitos rapidamente. Essas definições visam garantir uma educação inclusiva de qualidade e adaptada às diferentes necessidades dos estudantes.

A Declaração de Salamanca gerou debates globais sobre inclusão, impactando as políticas educacionais no Brasil, no início dos anos 2000, o Ministério da Educação (MEC) implementou mudanças significativas, promovendo práticas inclusivas. Autores brasileiros que contribuíram para esse debate incluem Mantoan (2003) e Borgui (2007), cujas obras abordam a inclusão educacional e as diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas nesse período.

Ao longo da primeira década dos anos 2000, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), aprovada em 2008, destacou-se como um documento normativo indispensável que inseriu novos marcos político-legais e pedagógicos para a inclusão, representando um ponto de virada na construção de sistemas educacionais inclusivos no Brasil, com relevantes autores desse período, como Mantoan (2008), que analisou a inclusão no contexto educacional, e Borgui (2010), que discutiu a aplicação das políticas de inclusão.

Segundo Camelo (2021):

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial, em uma ação conjunta com os Estados e Municípios implantou em 2008 no Brasil a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), na tentativa de melhorar a qualidade e equidade da educação, na perspectiva de assegurar o acesso de todos os cidadãos à escola a partir da garantia do ingresso na educação, conforme previsto na legislação. Tal intento, tem demandado a estruturação dos sistemas de ensino para consolidar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, vinculadas ou não à deficiência, em classes comuns do ensino regular, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para cada especificidade. (Camelo, 2021)

Ante o exposto Camelo (2021), compreende-se que a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, representou um marco significativo na tentativa de transformar os sistemas educacionais brasileiros, visando garantir o direito de todos à educação, conforme assegurado pela legislação vigente. Promovida pelo Ministério da Educação (MEC), em articulação com Estados e Municípios, essa política tem como objetivo assegurar

o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular.

Para tanto, a PNEEPEI demanda dos sistemas de ensino não apenas a reorganização estrutural e pedagógica das escolas, ela também exige a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), garantindo que esse público receba os apoios necessários de acordo com suas especificidades, em tempo e espaço adequados. Trata-se, portanto, de uma ação estratégica que exige o comprometimento de toda a comunidade escolar e dos gestores públicos com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, equitativa e democrática.

A PNEEPEI define inclusão como “uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica, em favor do direito de todos os estudantes de aprenderem e se envolverem juntos, sem qualquer tipo de discriminação” (BRASIL, 2008, p. 10). Segundo Lanuti e Mantoan (2021, p. 59), a PNEEPEI, de 2008, representa um marco essencial para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva no Brasil. Essa política estabeleceu diretrizes e serviços indispensáveis para a reconfiguração da função educativa, garantindo que todas as crianças e jovens sejam acolhidos de forma incondicional e sem distinções.

Demonstrando sensibilidade às transformações da sociedade, a PNEEPEI propõe a formulação de políticas públicas que assegurem uma educação de qualidade para todos. Isso implica repensar a estrutura organizacional da escola, de forma que as instituições de ensino regular sejam capazes de atender às especificidades de cada estudante, promovendo respostas efetivas às suas demandas. Para tanto, a política orienta que as escolas reconheçam e combatam “mecanismos e processos de hierarquização que atuam na regulação e geração de desigualdades” (BRASIL, 2008, p. 11).

Essa identificação deve estar voltada para a eliminação de “processos normativos de distinção dos estudantes” (BRASIL, 2008, p. 11) dentro do ambiente escolar. Caso contrário, corre-se o risco de perpetuar práticas segregadoras e discriminatórias, que contrariam os princípios da inclusão e reforçam um modelo tradicional de ensino, que ainda opera sob lógicas de exclusão.

A PNEEPEI, portanto, não apenas propõe diretrizes, mas também convida à reflexão e à transformação. Ela aponta a necessidade de um compromisso ético e político com a superação das barreiras que impedem a plena participação e

aprendizagem de todos os estudantes, promovendo uma educação que valorize a diversidade como riqueza e asseque o direito universal à inclusão.

É crucial demonstrar sensibilidade às transformações sociais e buscar a criação de políticas públicas que garantam uma educação de alta qualidade para todos os alunos. Isso destaca a importância de repensar a estrutura do sistema educacional para que as escolas tradicionais possam atender adequadamente às particularidades de cada estudante, levando em consideração suas diversas demandas e necessidades. Além disso, é necessário orientar as instituições de ensino a reconhecerem as desigualdades e os processos que frequentemente geram barreiras e discriminação no ambiente escolar. Para que a educação seja verdadeiramente inclusiva, é imprescindível eliminar práticas que segmentem os alunos de maneira artificial, seja por origem, deficiência ou qualquer outro critério.

Caso esses processos de distinção não sejam abordados e corrigidos, é possível que surjam práticas que excluam ou marginalizem certos estudantes, o que vai contra os princípios da inclusão e mantém um modelo tradicional de ensino, que não contempla a diversidade e as necessidades de todos os estudantes. Assim, o texto desse documento nos lembra da importância de criar um ambiente educacional que realmente acolha a diversidade, permitindo que cada estudante se desenvolva e tenha as mesmas oportunidades de aprendizado, sem barreiras que o excluam ou o tratem de forma desigual.

A avaliação das práticas educacionais mostra uma hegemonia que contraria os princípios da educação inclusiva. Segundo Mantoan (2003), uma das principais defensoras da inclusão total e irrestrita, a concepção de Educação Inclusiva é compreendida como um mecanismo promotor de justiça social. A autora argumenta que a inclusão permite que indivíduos discriminados em razão de sua deficiência, classe social ou raça tenham seus direitos reconhecidos e garantidos, ocupando assim seu devido espaço na sociedade. No entanto, as afirmações também apresentam uma visão crítica sobre a forma como a inclusão é operacionalizada, especialmente no que diz respeito ao apoio especializado, questionando se essa estrutura não estaria sendo utilizada como uma "válvula de escape" pelos sistemas educacionais, ao invés de promover mudanças significativas nas práticas pedagógicas e na organização das escolas, pois esse apoio, segundo a autora, não

pode ser um substituto para a transformação estrutural necessária para que a inclusão seja genuína e efetiva.

Reverbera a autora que esse processo não se trata apenas de um direito, mas de uma questão de justiça que busca reparar desigualdades históricas que definem orientações para uma educação que considere a diversidade.

Essas leis, ao fomentarem a inclusão, precisam ser efetivamente postas em prática nas escolas regulares, onde frequentemente ainda predominam práticas do modelo integrador, restringindo o verdadeiro potencial inclusivo dessas instituições de ensino, sendo indispensável que a organização da educação adote esses princípios, desafiando a supremacia das práticas que não valorizam a diversidade e a singularidade dos estudantes.

A constatação de que, em muitas práticas escolares, ainda prevalece a hegemonia de um modelo tradicional e excludente evidencia a necessidade urgente de uma reflexão sobre a ordenação estabelecida pelas legislações educacionais. É essencial revisar as diretrizes normativas com o objetivo de compreender como os princípios inclusivos podem ser efetivamente implementados no contexto das escolas regulares.

Embora a operacionalização do modelo inclusivo seja um desafio complexo, também acreditamos que sua normatização não apenas valida, mas torna indispensável a incorporação dessas concepções na estrutura educacional. A inclusão, enquanto princípio e prática, exige uma ruptura com paradigmas antigos e uma reconfiguração das ações pedagógicas para atender à diversidade em todas as suas formas.

Essa visão se fundamenta em nossa experiência prática, onde observamos que, frequentemente, as práticas educativas em vigor ainda se alinham ao paradigma integrador, que busca inserir o estudante com deficiência na escola, mas sem transformar as estruturas necessárias para atender às suas especificidades. Esse modelo, por sua vez, contradiz os princípios do paradigma inclusivo, que não apenas acolhe, mas reconhece e valoriza as diferenças, promovendo a igualdade de oportunidades de maneira plena e respeitosa.

Portanto, é importante nesse momento que as práticas escolares sejam reorganizadas para refletir o compromisso ético e pedagógico com a inclusão. Isso requer um esforço conjunto entre gestores, professores e a comunidade escolar

para garantir que as concepções inclusivas sejam mais do que diretrizes normativas; que se tornem práticas efetivas, capazes de transformar a educação em um espaço verdadeiramente acessível e acolhedor para todos.

2 MARCO TEÓRICO

Diversos referenciais teóricos da Educação Inclusiva devem orientar a elaboração das propostas pedagógicas que se concretizam no ambiente escolar, fundamentando-se tanto nos documentos normativos que regem a educação quanto nas contribuições de autores brasileiros, como Mantoan (2021), Omote (2020) e Morgado (2020), os quais se dedicam à pesquisa nesse campo do saber, com o propósito de esclarecer o conceito de exclusão e evidenciar suas distinções em relação aos processos de integração e inclusão. Para a efetivação da educação inclusiva, é necessário entender a diferença de alguns termos, bem como as diferenças entre inclusão e integração, isso é indispensável para que essa compreensão possibilite a elaboração de táticas pedagógicas que satisfaçam as necessidades de todos os estudantes e fomentem um ambiente de ensino justo e inclusivo.

Segundo Aranha e Guimarães (2019), a inclusão requer uma mudança estrutural e cultural nas instituições de ensino, ao passo que a integração muitas vezes procura integrar o estudante com deficiência no contexto escolar sem alterações substanciais nas práticas e nos recursos disponibilizados.

Segundo Azevedo (2020):

Vasculha-se o mundo a procura de uma inserção, de uma aceitação, ainda que seja degradante, pois o importante é fazer parte. Educa-se com intuito de criar mais um que comporá o sistema binário de exclusão e inclusão, ou você se torna o zero ou você se torna o um (Azevedo, 2020, p. 25).

Segundo o autor, há necessidade de uma análise crítica acerca da educação e dos processos de inclusão e exclusão, destacando como a procura por identificação e aceitação pode resultar no abandono da identidade pessoal. Inspirado em teorias de controle social e adaptação estrutural, o escritor propõe que o sistema de ensino muitas vezes privilegia a conformidade, preparando os indivíduos para se adequarem ao sistema binário de aceitação ou rejeição, representado pelos números "zero" e "um". Um modelo excludente que em vez de apreciar a diversidade, estabelece critérios restritos sobre quem faz parte e quem é marginalizado, porém restringe a liberdade de expressão e gera uma sociedade onde o valor pessoal é reduzido à utilidade ou à aceitação dentro de uma estrutura

rígida, isso é evidente principalmente na educação, onde a principal finalidade do ensino seria ampliar, e não limitar, as possibilidades de identidade.

Para organizar as discussões sobre o tema, a seção é dividida em duas partes: a primeira analisa os princípios e diretrizes que orientam a construção de sistemas educacionais inclusivos no Brasil, considerando os avanços e desafios das políticas governamentais; a segunda aborda as distinções entre inclusão e integração, refletindo sobre como esses conceitos afetam a prática pedagógica e podem ser utilizados para valorizar a diversidade e promover a verdadeira inclusão. Essa metodologia estruturada vai além de simplesmente informar; ela também cria um espaço para reflexão na criação de práticas pedagógicas que realmente respeitem a diversidade e assegurem o direito à aprendizagem para todos.

2.1 Práticas Pedagógicas Inclusivas: Diferenciando Integração e Inclusão para uma Educação Transformadora.

As metodologias de ensino inclusivas são essenciais para distinguir os conceitos de integração e inclusão, oferecendo uma educação que efetivamente acolhe a diversidade e modifica as interações no contexto escolar. A integração geralmente se concentra na coexistência de estudantes com e sem deficiências, sem assegurar que todos participem de maneira completa e eficaz no processo de ensino. Em várias situações, a inclusão não modifica significativamente as práticas de ensino ou os recursos à disposição, restringindo a participação ativa dos estudantes com deficiência no contexto escolar.

Para Dos Santos Freitas:

O processo de integração iniciou-se alocando os alunos especiais em turmas regulares. Essa inserção social desenvolveu o princípio da normalização, definido pela Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994) como forma de normalizar o contexto social das pessoas com necessidades especiais, oferecendo-lhes modos e condições de vida semelhantes dos demais integrantes da sociedade. A normalização se caracterizou por aceitar as diferenças existentes entre as pessoas, dando-lhes condições para desenvolver suas capacidades. Esse princípio englobou aspectos da vida cotidiana e não apenas da área educacional (Mantoan, 2003). Omote (1999) afirma que a nomenclatura não tem importância – normalização, integração ou inclusão – o que verdadeiramente interessa é construir uma sociedade justa, com a oferta de condições dignas, independente de sua incapacidade. (Dos Santos Freitas, 2022, p.26).

A autora descreve o começo do processo de inclusão de estudantes com necessidades especiais em turmas comuns, enfatizando a ideia de normalização contida na Política Nacional de Educação Especial (MEC, 1994). Este princípio tem como objetivo oferecer às pessoas com deficiência uma vivência semelhante à dos demais, com o objetivo de promover o desenvolvimento completo de suas capacidades. Mantoan (2003) vê a normalização como a aceitação das diversidades, expandindo-a para além do contexto educacional. Omote (1999) acrescenta que a terminologia empregada (normalização, integração ou inclusão) é secundária; o objetivo é estabelecer uma sociedade justa, com condições equitativas para todos, sem levar em conta as restrições.

Em teoria, a normalização está relacionada ao princípio de dignidade humana e igualdade de oportunidades, fundamentais para uma sociedade inclusiva. Este método busca não só a inclusão no contexto escolar, mas também o respeito e a valorização de cada pessoa em todos os aspectos da vida social, fomentando uma autêntica inclusão social.

A autora Macêdo (2022) afirma:

A educação inclusiva pressupõe que todos os estudantes envolvidos num espaço escolar comum participem das mesmas atividades e tenham suas individualidades respeitadas e valorizadas. Assim, a aprendizagem poderá ocorrer de forma igualitária, independente das dificuldades e necessidades educativas, físicas e/ou cognitivas. (Macêdo, 2022)

A fala da autora enfatiza um princípio central da educação inclusiva, que é o direito de todos os estudantes – com ou sem deficiência – de compartilharem o mesmo ambiente escolar, participando conjuntamente das atividades propostas, sem segregação. Ao afirmar que "a aprendizagem poderá ocorrer de forma igualitária", a autora está reforçando que a igualdade na educação não significa tratar todos da mesma forma, mas sim garantir que as especificidades e necessidades individuais de cada estudante sejam reconhecidas, respeitadas e atendidas de modo equitativo.

Nesse sentido, a valorização das individualidades implica reconhecer que cada estudante aprende de maneira diferente e que o papel da escola é oferecer os recursos, apoios e estratégias pedagógicas adequadas para que todos tenham oportunidades reais de aprendizagem. Isso abrange não apenas aspectos físicos (como acessibilidade), mas também cognitivos e pedagógicos, respeitando o tempo,

o estilo e o ritmo de aprendizagem de cada um. A fala, portanto, sustenta a perspectiva de uma escola democrática e justa, que se transforma para incluir, em vez de exigir que o estudante se adapte a um modelo único e padronizado de ensino.

Em contrapartida, a inclusão, conforme explicado por Mantoan (2017), é um conceito mais amplo que visa estabelecer um ambiente de ensino que valorize e reconheça as características individuais de cada estudante. A inclusão vai além da mera inclusão de estudantes com deficiência na escola, implicando uma transformação estrutural nas práticas de ensino, nos currículos e nos métodos de ensino. Segundo Souza e Silva (2021), a inclusão demanda a adaptação dos espaços de ensino, levando em conta as diversas necessidades dos estudantes, a fim de assegurar que todos tenham as mesmas chances de aprendizado e crescimento, independentemente de suas circunstâncias.

Ademais, a inclusão requer o aprimoramento constante dos educadores, conforme destacam Lima e Ferreira (2022). Eles precisam estar aptos a implementar métodos pedagógicos variados e ajustados às necessidades dos estudantes, fomentando uma educação relevante e justa. Assim, a inclusão educacional transcende a interação física entre estudantes com e sem deficiências, constituindo um processo constante de mudança que busca assegurar uma educação de qualidade e acessível para todos. Assim, a mudança na cultura escolar é essencial para que a educação não só receba, mas também amplie as competências de todos os estudantes, considerando suas particularidades e fomentando um aprendizado genuinamente colaborativo e eficiente (Mantoan, 2017; Sassaki, 2006).

A tabela a seguir apresenta as definições de inclusão e integração na educação, conforme Mantoan (2022) e Sassaki (1997). Esta metodologia é eficaz para compreender a perspectiva de cada escritor sobre essas duas práticas, ressaltando seus propósitos e consequências no ambiente escolar.

As informações sobre as definições e seus autores correspondentes podem ser observadas no quadro 1.

Quadro 2 – Quadro Comparativo – inclusão e interação

Aspecto	Sassaki	Mantoan
Definição de Inclusão	Enfatiza a necessidade de um sistema educacional que aceite e respeite a diversidade, promovendo a participação de todos os estudantes no ambiente escolar.	Define inclusão como um "processo de construção de uma nova cultura educacional que reconhece e valoriza a diversidade", destacando a transformação do ambiente escolar.
Definição de INTEGRAÇÃO	A integração é vista como uma abordagem que busca a convivência de estudantes com e sem deficiências, mas que pode não garantir a participação plena de todos.	Mantoan não enfatiza a integração como um conceito separado, mas sugere que a inclusão vai além da mera presença física, promovendo um aprendizado significativo para todos.
Objetivos	Criar um ambiente que valorize a diversidade e atenda às necessidades de todos os estudantes.	Promover a mudança nas práticas pedagógicas para que todos os estudantes possam desenvolver suas potencialidades.
Práticas Pedagógicas	Propõe práticas que considerem as especificidades de cada estudantes, promovendo a sua autonomia e participação ativa.	Defende a adaptação das práticas pedagógicas para garantir que todos participem e aprendam de forma efetiva.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, setembro de 2024.

De acordo com o quadro comparativo, Mantoan defende que a inclusão transcende a mera presença física de estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Trata-se de um movimento que visa reformular a cultura escolar, incentivando uma educação que valorize e celebre a diversidade. A formação dessa nova cultura requer o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo docentes, estudantes, pais e administradores. Sassaki propõe uma inclusão educacional focada na implementação de um sistema que não só reconhece, mas também aprecia a diversidade de todos os estudantes. Ele argumenta que as escolas devem ser espaços acolhedores, onde todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, são incentivados de forma proativa e eficaz. Essa visão é necessária para assegurar a todos o acesso a oportunidades educacionais, demonstrando um compromisso com a justiça social e a igualdade no âmbito educacional.

No que diz respeito à integração, Mantoan não distingue entre integração e inclusão. Segundo ela, a inclusão ultrapassa a mera inclusão física de estudantes com deficiência em salas de aula comuns. Ela defende que a inclusão é um "processo de formação de uma nova cultura educacional que aprecia e respeita a diversidade" (Mantoan, 2017). Isso implica que a inclusão deve fomentar um aprendizado relevante e personalizado para todos os estudantes, considerando as diversas necessidades e particularidades, sem qualquer tipo de discriminação.

A autora argumenta que a ênfase deve ser colocada na mudança do ambiente escolar e das práticas de ensino, garantindo que todos os estudantes participem ativamente do processo de aprendizagem. Sasaki caracteriza a integração como uma estratégia que visa a coexistência de estudantes com e sem deficiências, mas que pode não assegurar a participação integral de todos. De acordo com ele, a integração pode ser interpretada como uma fase inicial que, apesar de facilitar a convivência, não garante que estudantes com deficiência estejam realmente envolvidos no processo de aprendizagem. Isso implica que a simples inclusão de estudantes com deficiência em sala de aula não garante sua efetiva inclusão (Sasaki, 2006).

No seu núcleo, o modelo integrado oferece ao aluno diversas oportunidades de aprendizado, promovendo a interação entre alunos com e sem deficiências. Essa estratégia busca garantir que todos possam acessar o ambiente escolar, embora sua eficácia em promover a participação integral possa ser questionada. Segundo Mantoan (2017) e Sasaki (2019), a integração pode ser vista como um primeiro passo para a inclusão, visando não apenas alterar a presença física dos alunos, mas também a forma como eles interagem e aprendem no ambiente escolar.

De acordo com a visão de Sasaki, as práticas pedagógicas inclusivas destacam a importância de levar em conta as particularidades de cada estudante, incentivando sua independência e envolvimento ativo no processo de ensino. Isso implica em estabelecer ambientes de aprendizado que respeitem e valorizem a diversidade, possibilitando que todos os estudantes, independentemente de suas circunstâncias, se sintam parte integrante da comunidade escolar. O escritor defende que tais práticas devem ser baseadas em um entendimento aprofundado das necessidades individuais, assegurando que cada estudante tenha espaço para se expressar e evoluir. Por outro lado, Mantoan destaca a relevância de adaptar as

práticas pedagógicas para garantir a participação e aprendizagem efetiva de todos. Ele sugere que, além da inclusão física de estudantes com e sem deficiências, as instituições de ensino devem adotar métodos que tornem o aprendizado relevante e acessível para todos. Isso implica em modificar as estratégias de ensino de forma a eliminar obstáculos ao aprendizado, possibilitando que cada estudante desenvolva suas habilidades em um ambiente que fomenta a inclusão genuína.

Os autores estão de acordo que a inclusão ultrapassa a simples presença em sala de aula; requer um compromisso com a criação de práticas que valorizem a diversidade e fomentem um ensino justo. A convergência de suas perspectivas indica a necessidade de um sistema de ensino que não só acolha, mas também se empenhe em integrar as vivências e as opiniões de todos os estudantes.

Essas definições são fundamentais para entender a diferença entre integração e inclusão no contexto educacional e a importância de implementar práticas pedagógicas inclusivas que promovam a diversidade. Embora os termos "inclusão" e "integração" possam parecer semelhantes, eles refletem realidades distintas no contexto educacional, fundamentadas em diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

A integração refere-se à inserção de estudantes com e sem deficiência em ambientes educacionais comuns, mas frequentemente não exige mudanças significativas nas práticas pedagógicas. Como resultado, essa abordagem pode perpetuar a segregação, pois os estudantes são frequentemente classificados de acordo com suas habilidades, levando à distinção entre aqueles que se adequam às exigências escolares e os que não conseguem se adaptar, contrapondo-se à inclusão que envolve um compromisso mais profundo com a adaptação e transformação das práticas pedagógicas para atender à diversidade de todos.

O desenvolvimento de práticas educativas que garantam uma educação inclusiva nas escolas representa um desafio significativo, especialmente diante da diversidade dos estudantes. A legislação educacional brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), estabelece a inclusão como um direito fundamental, enfatizando que todos os estudantes devem ter acesso ao ensino regular.

Para concretizar a educação inclusiva, sobrepondo-se à integração, é indispensável que as escolas estejam em constante reflexão sobre suas práticas pedagógicas, buscando adaptar-se às necessidades específicas de cada estudante. Sassaki (2020) destaca a importância de um sistema educacional que respeite e aceite a diversidade, promovendo a participação ativa de todos os estudantes, e argumenta que as práticas pedagógicas devem considerar as especificidades de cada estudante, visando sua autonomia e aprendizado.

Portanto, a inclusão na educação brasileira deve ser uma realidade tangível, fundamentada nas diretrizes legais e na transformação das práticas escolares, assegurando que todos os estudantes tenham plenas oportunidades de aprendizagem.

Assim como os demais estudantes o estudante surdo precisa ter suas especificidades respeitadas, isso é necessário para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, pois os surdos possuem características únicas no processo de aprendizagem que devem ser respeitadas e integradas nas propostas educativas. Quando essas particularidades são desconsideradas, corre-se o risco de promover um modelo educacional integrador que não contempla as necessidades específicas desses estudantes. Isso resulta em práticas que não favorecem uma aprendizagem significativa, tornando-se barreiras ao seu desenvolvimento educacional.

A educação inclusiva exige uma reflexão profunda sobre como elaborar propostas que reconheçam e valorizem as singularidades dos estudantes surdos. É essencial que os educadores estejam preparados para adaptar suas práticas pedagógicas, respeitando as particularidades de cada estudante surdo. Essa adaptação não apenas promove um ambiente mais inclusivo, mas também valoriza as potencialidades do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento integral. É essencial que as propostas educativas para esses estudantes sejam cuidadosamente elaboradas, incorporando suas particularidades e promovendo um ambiente que valorize e potencialize suas habilidades e experiências.

Diante de todo esse percurso, na sequência, será abordado o conhecimento necessário para a construção de práticas pedagógicas inclusivas voltadas para os estudantes surdos, onde serão apresentados caminhos para a criação de propostas

educacionais equitativas, garantindo que esses estudantes se desenvolvam plenamente no contexto escolar.

3 ENTENDENDO A SURDEZ: Caminhos para uma Educação Inclusiva e Eficaz

A educação inclusiva é um direito fundamental que visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso ao ensino em ambientes regulares. No contexto da surdez, a inclusão educacional se torna ainda mais relevante, pois envolve não apenas a presença física do estudante surdo na sala de aula, mas também a adaptação das práticas pedagógicas para atender suas necessidades específicas. A partir da análise de diferentes dispositivos legais, é possível defender a importância de uma educação inclusiva que respeite e valorize a surdez.

Segundo Holossi (2019);

Os Surdos, por muito tempo, foram considerados pessoas impossibilitadas de serem educadas formalmente; acreditava-se que o déficit auditivo causasse retardamento (ou atraso) mental. Desse modo, é possível entender porque os Surdos passaram anos sendo isolados da sociedade, assistidos em hospitais psiquiátricos, asilos e, mais tarde, em escolas especiais. (Holossi, 2019 p.58).

Nesse sentido, o autor aborda a histórica marginalização dos surdos e o estigma associado à sua condição, que prevaleceu por muitos séculos, pois durante esse período, as pessoas surdas eram amplamente vistas como incapazes de participar plenamente da educação formal e da vida social, principalmente devido à crença equivocada de que o déficit auditivo era sinônimo de deficiência intelectual. Essa visão, profundamente enraizada na sociedade, levou a uma série de práticas prejudiciais e discriminatórias.

A educação inclusiva no Brasil é respaldada por várias legislações que garantem o direito à educação de todos os estudantes, incluindo aqueles com surdez. A LDBEN estabelece, em seu artigo 58, que "a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino." Isso significa que a inclusão de estudantes surdos deve ocorrer em ambientes educacionais regulares, com adaptações necessárias para atender suas especificidades.

Além dessa normativa, a Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reforça a importância da educação inclusiva. O artigo 28 da lei afirma que "o poder público deve garantir o acesso à educação de todos, inclusive a de pessoas com deficiência". Esse dispositivo legal enfatiza a

necessidade de adaptações e recursos para que os estudantes surdos possam participar plenamente do processo educativo.

Outra importante norma é a Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação, que define as diretrizes para a educação especial na educação básica, que orienta que as práticas pedagógicas devem ser adaptadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, incluindo a formação de professores para que possam trabalhar com a diversidade em sala de aula.

Essas leis e resoluções juntas formam um arcabouço legal que garante não apenas a presença dos estudantes surdos nas escolas regulares, mas também a implementação de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem suas singularidades, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva.

Em síntese, a educação inclusiva para estudantes surdos não é apenas uma necessidade, mas um imperativo social e educacional. Conforme ressaltado por Mantoan (2020), Sassaki (2021) e Almeida (2022), a inclusão vai além da mera presença dos estudantes surdos na escola; ela exige uma abordagem transformadora que considere e respeite as diversidades culturais e de aprendizagem. Mantoan (2020) destaca que a verdadeira inclusão demanda um ambiente que não apenas aceite, mas valorize as especificidades dos estudantes surdos, promovendo a sua participação ativa e reconhecendo a importância da cultura surda no contexto escolar.

Sassaki (2021) complementa ao afirmar que a inclusão escolar implica em uma reorganização das práticas pedagógicas, com a adaptação dos métodos e materiais de ensino, garantindo que os estudantes surdos possam interagir e aprender de maneira significativa.

No que se refere ao contexto, Almeida (2022) reforça que, para que a educação inclusiva seja efetiva, é necessário um trabalho coletivo entre educadores, intérpretes de Libras e demais profissionais da educação, assegurando que o estudante surdo tenha acesso pleno à aprendizagem e possa desenvolver suas potencialidades dentro de um ambiente que favoreça sua integração e participação.

Portanto, a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo é fundamental para garantir que todos os estudantes, incluindo os surdos, possam desenvolver suas habilidades e participar de forma plena e ativa no

processo educativo, valorizando suas particularidades e promovendo a equidade no ensino.

3.1 Surdez e suas Implicações Educativas: Desafios e Adaptações Pedagógicas

Os níveis de surdez, classificados com base no grau de perda auditiva, estão diretamente relacionados às metodologias educacionais necessárias para promover um aprendizado efetivo e inclusivo para os estudantes surdos. A classificação da surdez em níveis — leve, moderada, severa e profunda — implica em diferentes desafios pedagógicos, onde cada nível apresenta características específicas que exigem adaptações tanto pedagógicas quanto comunicacionais. Segundo Lima e Souza (2020), essas adaptações podem variar desde abordagens oralistas, que utilizam leitura labial e recursos auditivos, até metodologias bilíngues e biculturais, que integram a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português como línguas de ensino.

A relação entre o grau de perda auditiva e as estratégias educacionais é indispensável para garantir que todos os estudantes surdos possam ter acesso ao conteúdo escolar de maneira significativa. Como ressaltam Pereira e Costa (2021), a surdez profunda, por exemplo, pode exigir a total substituição do ensino oral por práticas bilíngues, enquanto a surdez leve ou moderada pode se beneficiar de recursos tecnológicos e metodologias auditivas. Essa diferenciação nas abordagens pedagógicas é essencial para promover uma educação inclusiva e eficaz, pois cada nível de surdez influencia as capacidades auditivas e comunicativas do estudante, impactando diretamente a forma como ele interage com o ambiente escolar, compreende o conteúdo e participa das atividades.

Portanto, adaptar as práticas pedagógicas e os recursos didáticos conforme as especificidades de cada nível de perda auditiva é indispensável para a construção de um ambiente de ensino inclusivo, que respeite as particularidades dos estudantes surdos e garanta uma aprendizagem significativa, promovendo a equidade e o acesso pleno à educação.

As informações sobre os níveis de surdez relacionados às metodologias educacionais podem ser visualizadas no quadro abaixo, o qual apresenta dados

relevantes sobre a caracterização dos diferentes graus de perda auditiva, suas descrições específicas e as metodologias pedagógicas mais indicadas para cada caso, cujo o objetivo é destacar como a adequação das estratégias educacionais pode favorecer a aprendizagem dos estudantes surdos, respeitando suas particularidades linguísticas e cognitivas. A tabela também reúne autores que embasam essas recomendações metodológicas, reforçando a importância de práticas pedagógicas fundamentadas em referenciais teóricos sólidos e atualizados.

Quadro 3 – Níveis de surdez e metodologias educacionais.

Nível de Surdez	Descrição	Metodologia Educacional Recomendada	Autores
Leve	A perda auditiva entre 26 e 40 decibéis é classificada como leve e, embora muitas vezes passe despercebida, pode impactar significativamente o processo de aprendizagem, especialmente em ambientes escolares. Estudantes com esse grau de perda auditiva podem apresentar dificuldades para perceber sons suaves, como sussurros, consoantes fracas ou instruções ditas em tom baixo. Além disso, em ambientes com ruídos de fundo — como salas de aula movimentadas ou com má acústica —, compreender a fala do professor ou interagir	Abordagem Oral: A abordagem oral na educação de estudantes com deficiência auditiva tem como principal objetivo o desenvolvimento da comunicação por meio da fala, com ênfase na leitura labial e na amplificação sonora proporcionada por aparelhos auditivos. Essa metodologia busca promover a integração do estudante ao meio social ouvinte, valorizando a oralidade como principal via de interação. No entanto, para que essa abordagem seja eficaz, é fundamental o uso complementar de recursos visuais, como imagens, vídeos, gestos e expressões faciais, que facilitam a compreensão e reforçam o conteúdo transmitido verbalmente. Além disso, o uso de tecnologias de suporte, como microfones diretos ao aparelho auditivo, softwares de transcrição em tempo real e quadros digitais interativos, pode potencializar o acesso à informação, tornando o ambiente de aprendizagem mais acessível e inclusivo. Dessa forma, a abordagem oral, quando aliada a estratégias visuais e tecnológicas,	Almeida, 2022; Sasaki, 2021

	com colegas pode se tornar um desafio ainda maior.	contribui para o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos estudantes surdos, respeitando suas necessidades e potencializando suas habilidades.	
Moderada	A perda auditiva entre 41 e 70 decibéis é classificada como moderada e pode comprometer significativamente a capacidade do estudante de acompanhar conversas do cotidiano sem o uso de aparelhos auditivos. Nesse nível de perda, sons de fala em volume normal tornam-se difíceis de perceber, e palavras podem ser compreendidas de forma parcial ou distorcida, o que interfere diretamente na comunicação oral e no processo de aprendizagem. Em sala de aula, essas dificuldades se intensificam diante de ruídos ambientais ou da distância entre o estudante e o professor.	Abordagem Combinada: A abordagem combinada é uma estratégia educacional que busca integrar diferentes formas de comunicação para atender às necessidades dos estudantes com deficiência auditiva, promovendo uma aprendizagem mais ampla e inclusiva. Essa abordagem associa o uso de aparelhos auditivos ao treinamento auditivo, visando potencializar a percepção sonora residual, ao mesmo tempo em que incorpora a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como um recurso essencial para a compreensão e expressão. O foco está no desenvolvimento da fala, sempre respeitando os limites e potencialidades de cada estudante, e na utilização de estratégias visuais de comunicação, como gestos, expressões faciais, imagens e materiais multimodais. Ao combinar essas ferramentas, a abordagem favorece uma maior autonomia e participação do estudante surdo no ambiente escolar, ampliando suas possibilidades de interação, construção de conhecimento e inclusão social, tanto no contexto educacional quanto no cotidiano.	Sasaki (2021), Mantoan (2020)
Severa	A perda auditiva entre 71 e 90 decibéis é classificada como severa e representa um desafio expressivo para a comunicação oral, especialmente sem o uso de aparelhos auditivos	Abordagem Bilíngue: A abordagem bilíngue na educação de estudantes surdos reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a língua portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, como segunda língua. Essa perspectiva valoriza a identidade surda e promove o desenvolvimento	De almeida (2021 p.10)

	potentes ou implantes cocleares. Estudantes com esse grau de perda auditiva geralmente não conseguem compreender a fala conversacional, mesmo em ambientes silenciosos, o que compromete diretamente a aquisição da linguagem oral e a participação nas atividades escolares convencionais. Nesses casos, a dependência de recursos visuais e de uma comunicação alternativa, como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), torna-se essencial para garantir o acesso ao conteúdo pedagógico. A utilização de estratégias que envolvam material visual, interpretação em Libras, legendas e o suporte de tecnologias assistivas é fundamental para viabilizar a aprendizagem e promover a inclusão desses estudantes.	linguístico, cognitivo e social por meio de uma proposta pedagógica que respeita a singularidade da comunidade surda. Ao adotar a educação bilíngue, busca-se não apenas garantir o acesso ao conteúdo escolar, mas também possibilitar uma inserção mais efetiva no ambiente educacional, promovendo a interação entre estudantes surdos e ouvintes. Essa interação é mediada por práticas inclusivas, como a presença de intérpretes de Libras, materiais adaptados, e formações continuadas para os professores. Dessa forma, a abordagem bilíngue favorece a equidade no processo de ensino-aprendizagem, assegurando que os estudantes surdos possam construir seu conhecimento de maneira plena, significativa e com respeito à sua cultura e forma de comunicação.	
Profunda	Perda auditiva superior a 90 dB. Estudantes não conseguem ouvir a fala sem suporte significativo.	Abordagem Bilíngue-Bicultural: a abordagem bilíngue-bicultural, à presença de duas línguas na educação implica o desenvolvimento de uma identidade bicultural, uma vez que os(as) surdos(as) estão imersos(as) nas questões culturais que envolvem comunidades surdas e ouvintes. Nessa concepção, a Língua de Sinais, considerada a primeira língua da	Pedreira (2007, p.5)

		pessoa surda, além da função comunicativa, serve de base para o aprendizado de outra língua e a estruturação do pensamento, como ocorre com as pessoas ouvintes.	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, setembro de 2024.

Esta tabela destaca diferentes metodologias adaptadas a cada nível de perda auditiva, focando em maximizar a participação e compreensão dos estudantes por meio de métodos de comunicação e recursos adequados.

A relação entre a educação e as pessoas surdas tem sido marcada por práticas educacionais historicamente inadequadas, tanto no contexto familiar quanto nas instituições escolares. Por muito tempo, a educação de surdos foi orientada por um modelo excludente que negligenciava as especificidades culturais e linguísticas dessa população. Como apontado por Mantoan (2020), as abordagens educacionais anteriores não respeitavam a língua de sinais e a identidade surda, tratando-os de maneira homogênea e ignorando suas particularidades. A inclusão, nesse contexto, foi muitas vezes restrita à adaptação de práticas que não envolviam a plena participação dos estudantes surdos nas atividades escolares, com um foco excessivo em métodos oralistas.

Além disso, conforme ressalta Ferreira (2021), as práticas educacionais voltadas para surdos, até recentemente, estavam baseadas em uma visão deficitária, ou seja, tratavam a surdez como algo a ser “curado” ou superado, ao invés de reconhecer a cultura surda como um patrimônio legítimo. Essa perspectiva, segundo Lodi e Lacerda (2023), causou danos à identidade dos surdos, ao desconsiderar sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e sua rica herança cultural. A educação inclusiva moderna, portanto, busca romper com esses paradigmas, respeitando e valorizando as especificidades dos estudantes surdos, o que tem sido cada vez mais reconhecido como fator principal para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

A partir dessa reflexão, torna-se evidente que a educação de surdos precisa ser pensada de maneira a integrar as necessidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, oferecendo um ambiente que favoreça a comunicação, a

identidade e o pertencimento à cultura surda, o que é corroborado por autores como Mantoan (2020), Ferreira (2021) e Lodi e Lacerda (2023).

O avanço do cenário educacional para surdos tem sido marcado por importantes avanços, impulsionados pelos esforços de pais, movimentos sociais e pelo fortalecimento das políticas públicas de inclusão. Esses fatores têm contribuído significativamente para a melhoria do acesso e da qualidade da educação para estudantes surdos (Almeida, 2022). No entanto, desafios ainda persistem, especialmente no que diz respeito à formação contínua de professores e à utilização eficaz de recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), essenciais para a comunicação e aprendizagem dos estudantes surdos. Além disso, é fundamental promover a conscientização das famílias sobre seus direitos e sobre as informações educacionais que garantem uma participação mais ativa na trajetória escolar dos seus filhos (Sassaki, 2021).

Nesse contexto, a transformação do sistema educacional requer um compromisso coletivo entre profissionais da educação, famílias e gestores públicos para assegurar que o direito à educação inclusiva seja respeitado e efetivamente cumprido. Esse processo de mudança depende não apenas da adaptação das instituições, mas também de uma conscientização contínua sobre as especificidades dos estudantes surdos e da implementação de estratégias que favoreçam uma participação plena de todos os estudantes no ambiente escolar (Mantoan, 2020; Ferreira, 2021).

3.2 A percepção sensorial inerente à condição da surdez: compreendendo a especificidade da pessoa Surda

O desenvolvimento da percepção visual é um aspecto primordial no processo de aprendizagem e socialização das pessoas surdas, uma vez que a visão desempenha um papel indispensável na forma como esses indivíduos interagem com o ambiente e constroem conhecimento. Gesser (2021) destaca que, devido à ausência ou limitação do canal auditivo, os surdos frequentemente organizam suas experiências sensoriais a partir de estímulos visuais, os quais se tornam essenciais na aquisição de informações e na interação com o mundo ao seu redor. Nesse sentido, a visualidade não é apenas um elemento central no processo de

aprendizagem, mas também na comunicação. Conforme Ferreira (2021), é por meio desse canal visual que muitos surdos estabelecem conexões com o ambiente e se expressam, seja por meio de sinais, linguagem de sinais ou recursos visuais no processo educativo.

Essa ênfase na visualidade é destacada também por Almeida (2022), que aponta que, para os surdos, a construção do conhecimento se dá de maneira diferenciada, pois o uso de recursos visuais e a amplificação da percepção visual proporcionam uma maneira única de compreender o mundo. Essa característica é, portanto, central tanto no aprendizado quanto na socialização, permitindo aos surdos se comunicarem de forma eficaz e participarem ativamente no ambiente social e educacional.

Ferreira (2021) complementa essa visão ao enfatizar que a visualidade, especialmente manifestada através da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos visuais, desempenha um papel indispensável na construção da identidade surda. A Libras não apenas facilita a comunicação entre os surdos, mas também serve como uma ferramenta de expressão única, que fortalece a autoestima e a identidade dos estudantes surdos. Essa forma de comunicação visual propicia um ambiente educacional inclusivo e respeitoso, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas.

De acordo com Almeida (2022), a adoção de recursos visuais, como a Libras, favorece a adaptação pedagógica às necessidades dos estudantes surdos, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e eficaz. Essa adaptação vai além da simples utilização de sinais, incorporando uma abordagem mais holística que integra a cultura surda no currículo escolar, promovendo um aprendizado mais significativo.

Essas práticas pedagógicas, aliadas à valorização da identidade surda, ajudam a criar um espaço educacional onde os surdos podem se expressar de maneira autêntica e interagir plenamente com seus colegas e professores. Dessa forma, a educação inclusiva não se limita a integrar os surdos ao ambiente escolar, mas propõe uma transformação nas práticas pedagógicas, tornando a escola um espaço de reconhecimento e valorização das especificidades dessa comunidade.

Em um contexto educacional, é fundamental respeitar e valorizar a visualidade do estudante surdo, especialmente por meio do uso de Libras e outras formas de comunicação visual. Essa abordagem não apenas facilita o acesso ao

conhecimento, mas também promove uma educação inclusiva que reconhece e valoriza as especificidades culturais e identitárias dessa população (Ferreira, 2021; Almeida, 2022). Como destacado por Gesser (2021), os estímulos visuais se tornam essenciais para o aprendizado dos surdos, sendo a base de sua interação com o ambiente ao seu redor e da construção de sua identidade. Além disso, o fortalecimento da identidade surda e da autoestima do estudante é indispensável para seu desenvolvimento pleno na escola. A visualidade, ao ser incorporada nas práticas pedagógicas, contribui significativamente para a criação de um ambiente educacional mais inclusivo, onde os estudantes surdos podem se expressar de maneira autêntica e se sentir valorizados em suas particularidades (Ferreira, 2021).

Para proporcionar uma educação inclusiva e efetiva para o estudante surdo, é necessário que as práticas pedagógicas considerem a especificidade da visualidade. A visualidade desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem dos surdos, pois é por meio dela que eles acessam o conhecimento e se conectam com o ambiente escolar. De acordo com Almeida (2022), um dos principais desafios na educação inclusiva é a falta de compreensão de como a visualidade afeta o aprendizado do estudante surdo. Ele destaca que, para garantir a inclusão efetiva, é essencial o uso de metodologias visuais, como materiais ilustrativos, vídeos, imagens e a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Essas ferramentas visuais permitem que o estudante surdo participe ativamente do processo educacional, oferecendo uma forma de comunicação acessível e eficaz. Conforme Ferreira (2021), a incorporação de práticas visuais também contribui para o fortalecimento da identidade do estudante surdo.

O uso de Libras e de outras formas visuais de comunicação não só facilita o acesso ao conteúdo, mas também promove a valorização da cultura surda e fortalece a autoestima do estudante. Assim, a valorização da visualidade é um passo fundamental para a criação de um ambiente educacional que respeite e reconheça as particularidades dos estudantes surdos, proporcionando-lhes uma experiência de aprendizagem mais inclusiva e significativa.

A cultura surda, como destacam Lodi & Lacerda (2023), é fundamentada em práticas visuais, incluindo a Língua Brasileira de Sinais (Libras), comportamentos visuais e até a organização espacial dos ambientes. Essas práticas são essenciais para promover um ambiente educacional inclusivo e respeitoso, permitindo que os

estudantes surdos se reconheçam e se desenvolvam plenamente. A valorização dessas práticas visuais é essencial para que o estudante surdo se sinta integrado e participe de maneira efetiva no processo educativo.

No entanto, apesar dos avanços no reconhecimento da visualidade na educação de surdos, ainda existem desafios significativos. Sassaki (2021) destaca a falta de formação adequada dos professores como um dos principais obstáculos. Muitos educadores ainda não têm conhecimento sobre a especificidade da visualidade na educação surda, o que resulta em práticas pedagógicas que não atendem às necessidades visuais dos estudantes, prejudicando seu aprendizado. Essa lacuna na formação docente contribui para a perpetuação de abordagens pedagógicas inadequadas, que não consideram as particularidades do processo de aprendizagem dos surdos.

Uma solução promissora para a educação de surdos, conforme sugerem Lodi e Lacerda (2023), é a adoção de abordagens bilíngues. Nesse modelo, a Libras é ensinada como primeira língua e o português como segunda. Essa estratégia não só reconhece a centralidade da visualidade no aprendizado do surdo, mas também oferece um ambiente educacional que respeita e valoriza sua identidade cultural e linguística. Tais abordagens representam passos cruciais para superar os desafios existentes no campo educacional para surdos, promovendo um espaço mais inclusivo e eficaz para o desenvolvimento de todos os estudantes.

A valorização da visualidade desempenha um papel importante na educação de surdos, sendo um aspecto indiscutível para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas. A integração de recursos visuais no processo de ensino é essencial para garantir o pleno desenvolvimento dos surdos, como afirmam Gesser (2021) e Quadros (2022), que ressaltam a importância de incluir elementos visuais² em todas as etapas do aprendizado, considerando que esses estudantes organizam suas experiências de forma predominantemente visual. Tais abordagens não apenas asseguram a acessibilidade à educação, mas também fortalecem a identidade cultural e linguística dos estudantes surdos.

Conforme observam Mantoan (2020), Ferreira (2021), Almeida (2022) e Lodi & Lacerda (2023), o uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outras formas de

² Elementos visuais incluem mapas conceituais, infográficos, esquemas, animações, recursos multimodais, entre outros, que facilitam a mediação do conteúdo para estudantes surdos por meio da visualidade.

comunicação visual é necessário para a inclusão dos surdos no ambiente escolar. Mantoan (2020) argumenta que uma das maiores dificuldades no processo educacional dos surdos é a falta de reconhecimento das especificidades culturais e linguísticas desse grupo. Os autores Ferreira (2021) e Almeida (2022) destacam que, ao incorporar práticas pedagógicas baseadas em Libras e recursos visuais, não só se facilita o acesso ao conhecimento, mas também se contribui para o fortalecimento da autoestima e da identidade dos estudantes surdos.

No entanto, para que a visualidade seja integrada de maneira eficaz no ensino, é necessário investir na formação contínua dos educadores, como sugerem Lodi & Lacerda (2023), que também apontam a importância da adaptação dos materiais didáticos e da criação de um ambiente escolar acessível e inclusivo. Essa transformação não beneficia apenas os estudantes surdos, mas também cria um ambiente educacional mais justo e enriquecedor, respeitando as singularidades de cada estudante e promovendo a equidade no aprendizado.

3.3 Formação de Professores: Caminhos para uma Educação Inclusiva e Visual na Educação de Surdos

A formação continuada é essencial para que os professores acompanhem as transformações do cenário educacional, as inovações tecnológicas e as novas abordagens pedagógicas. Como destaca Barbosa (2020), a educação está em constante avanço, e a formação contínua dos docentes é imprescindível para que eles adaptem suas práticas e estratégias ao perfil dos alunos e às exigências do currículo. Essa formação permite que os professores se atualizem sobre novas metodologias, como o uso de tecnologias digitais, ensino híbrido e metodologias ativas, que têm se mostrado eficazes para promover uma aprendizagem mais significativa e engajante. Segundo Souza e Oliveira (2022), professores bem formados e atualizados são mais capazes de entender as necessidades individuais dos estudantes e adaptar suas abordagens pedagógicas, melhorando o desempenho acadêmico e o bem-estar dos estudantes.

O estudo de Lima (2019) revela que a melhoria da aprendizagem está diretamente associada à qualidade do processo pedagógico, que é, por sua vez, influenciado pela formação dos professores. Assim os educadores têm maior

confiança para utilizar recursos didáticos inovadores e diversificar suas práticas, o que resulta em uma aprendizagem mais eficaz e engajante para os estudantes. Concebida como um processo contínuo e multidimensional, que articule fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e reflexão crítica. Somente com uma preparação sólida e comprometida será possível formar educadores capazes de contribuir para uma educação que respeite as especificidades dos estudantes, promovendo a inclusão como um valor central na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CP nº 2/2015, ressaltam que a formação deve capacitar os educadores a trabalhar com a diversidade, promovendo a inclusão em suas práticas pedagógicas. Essa diretriz reforça a importância de os cursos de licenciatura e os programas de formação continuada integrarem em seus currículos conteúdos e metodologias voltados para a educação inclusiva. Tal formação deve ir além da mera transmissão de conteúdos técnicos, incorporando uma perspectiva crítica e reflexiva que prepare os educadores para lidar com a diversidade no ambiente escolar.

Nesse contexto da educação inclusiva, é imprescindível que os programas de formação inicial e continuada ofereçam subsídios teóricos e práticos que auxiliem os professores a trabalhar com metodologias e estratégias pedagógicas adequadas. Para os estudantes surdos, isso inclui o domínio da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o uso de recursos visuais como principal ferramenta didática e o aprofundamento na compreensão da cultura surda. Esses aspectos são cruciais para promover o engajamento e a aprendizagem efetiva, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dessa comunidade.

O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, é responsável por reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. O decreto estabelece diretrizes específicas para a formação de professores, enfatizando o ensino e a difusão dessa língua como uma competência essencial:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares

desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (Brasil, 2005).

O Artigo 14 do Decreto nº 5.626/2005 reforça o compromisso das instituições federais de ensino em promover a inclusão e garantir os direitos educacionais das pessoas surdas. Esse artigo destaca a obrigatoriedade de assegurar o acesso dessas pessoas à comunicação, à informação e à educação em todos os âmbitos do sistema educacional, assegurando que a inclusão de pessoas surdas no ambiente educacional seja integral e efetiva, reconhecendo a Libras como um direito linguístico e um elemento fundamental na promoção da equidade educacional. Esse artigo representa um avanço na concretização de políticas públicas que visam eliminar barreiras e promover a igualdade de oportunidades.

Nesse contexto, a Libras é consagrada como um direito linguístico fundamental, cuja presença deve ser garantida por meio de políticas públicas, adaptações curriculares e práticas pedagógicas inclusivas, e o seu reconhecimento como primeira língua da comunidade surda implica na necessidade de um ambiente bilíngue, em que a Libras seja utilizada como língua de instrução e comunicação, e a língua portuguesa seja ensinada como segunda língua, preferencialmente na modalidade escrita, dessa forma, o artigo 14 não apenas orienta as ações institucionais, como também impõe responsabilidades legais e éticas ao Estado e aos profissionais da educação, no sentido de assegurar uma educação de qualidade, equitativa e culturalmente relevante para os estudantes surdos.

4 PEDAGOGIA VISUAL: Ferramentas para a Inclusão de estudantes surdos

A pedagogia visual pode ser definida como uma abordagem educacional que utiliza elementos visuais para transmitir informações e facilitar o aprendizado.

Segundo Ferreira (2021), a atual sociedade, marcada pela produção e consumo intensivos de imagens, exige o desenvolvimento da competência visual, tornando-se esse elemento indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, especialmente no contexto de indivíduos surdos, o autor argumenta que a pedagogia deve evoluir, incorporando a visualidade como componente essencial, principalmente ao considerar as necessidades educacionais dessa população.

Esse tipo de prática utiliza recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), imagens, vídeos e outras formas de comunicação visual, criando uma abordagem mais inclusiva e eficaz para promover a aprendizagem dos surdos. Mantoan (2020) destaca que a integração da Libras e outros recursos visuais facilita a compreensão do conteúdo e favorece a comunicação, estabelecendo uma conexão entre a percepção visual e o conhecimento educativo.

Almeida (2022) complementa essa perspectiva ao observar que o uso de materiais visuais não só facilita a aprendizagem dos surdos, mas também contribui para a construção de uma identidade cultural mais robusta, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima. Lodi e Lacerda (2023) afirmam que a inserção de elementos visuais no currículo escolar, mais do que uma adaptação, se torna um elemento base da educação, permitindo o desenvolvimento de surdos em um ambiente que valoriza sua cultura e suas necessidades linguísticas.

Portanto, ao integrar recursos como Libras, imagens e vídeos, a Pedagogia Visual não apenas aprimora o processo educativo, mas também cria um espaço de aprendizagem mais equitativo e inclusivo, reconhecendo as especificidades culturais e linguísticas dos surdos. Como a sociedade da visualidade demanda competências visuais, a educação deve evoluir para garantir que todos os indivíduos, incluindo os surdos, participem ativamente de maneira acessível e justa.

A percepção do mundo do estudante surdo é predominantemente visual, o que influencia diretamente sua forma de aprender e se relacionar com o entorno. Como afirmam autores como Gesser (2021) e Ferreira (2021), a visualidade desempenha um papel fundamental no processo cognitivo dos surdos, não apenas

como um meio de comunicação, mas como uma forma essencial de construção de conhecimento. A comunicação visual, por meio de recursos como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), imagens, vídeos e outros estímulos visuais, torna-se a base para o aprendizado, ao possibilitar a compreensão e a expressão dos conteúdos.

De acordo com Mantoan (2020) e Almeida (2022), a educação surda deve ser fundamentada em práticas que reconheçam a centralidade da visualidade, tratando-a não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como uma capacidade cognitiva essencial. Isso implica que, ao elaborar o currículo e as estratégias pedagógicas, os educadores devem considerar as particularidades da percepção visual dos estudantes surdos, criando ambientes de aprendizagem que permitam a eles acessar o conhecimento de maneira significativa e equitativa.

Lodi & Lacerda (2023) ressaltam que, ao integrar a visualidade na prática pedagógica, a educação se torna mais inclusiva, respeitando a identidade e as necessidades dos surdos. Ao invés de tratar a visualidade como um simples recurso para comunicação, ela deve ser vista como um elemento formador da subjetividade e das relações interpessoais desses estudantes, ampliando sua capacidade de interação com o conhecimento e com os outros. Esse reconhecimento das capacidades visuais dos surdos, portanto, é um passo indispensável para garantir uma educação realmente inclusiva, que respeite e valorize a diversidade de formas de perceber o mundo.

A Pedagogia Visual tem se consolidado como uma abordagem fundamental na educação, especialmente para a inclusão de estudantes surdos. Ela enfatiza o uso de recursos visuais, como imagens, vídeos, gráficos, e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para promover um ambiente de aprendizagem mais acessível e eficaz.

Autores como Gesser (2021) e Almeida (2022) destacam que, para estudantes surdos, a visualidade não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um meio essencial para acessar o conhecimento e se conectar com o conteúdo educacional. Ferreira (2021) argumenta que a sociedade contemporânea, marcada pela predominância de imagens e recursos visuais, exige que a educação se adapte a essas novas formas de comunicação e aprendizado.

No contexto da educação inclusiva, isso implica a adoção dessa metodologia, para garantir que os estudantes surdos não apenas compreendam, mas também

participem ativamente do processo educacional. Segundo Mantoan (2020), a integração de Libras e outros recursos visuais cria um ambiente onde o estudante surdo pode interagir com o conteúdo de maneira mais rica e significativa, respeitando suas especificidades linguísticas e culturais.

Lodi & Lacerda (2023) enfatizam que a adaptação do currículo escolar e a formação contínua dos professores são essenciais para implementar com sucesso a Pedagogia Visual. Eles sugerem que, ao incorporar ferramentas visuais, como vídeos legendados ou materiais ilustrativos, os professores podem proporcionar um ensino mais inclusivo, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes surdos e favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo e social.

A aplicação da dessa abordagem no contexto educacional vai além de facilitar a comunicação; ela proporciona uma experiência de aprendizagem mais equitativa e acessível, e se tratando de estudantes surdos, que têm uma percepção sensorial predominantemente visual, o uso de recursos como imagens, vídeos, e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) cria um ambiente de ensino que respeita e valoriza suas formas únicas de interação com o mundo (Gesser, 2021; Almeida, 2022). Esses recursos visuais permitem que os estudantes se engajem ativamente no processo educacional, construindo um aprendizado mais significativo e contextualizado às suas necessidades.

A integração desses elementos visuais favorece a construção de uma aprendizagem interativa, onde o estudante não é apenas receptor de informações, mas também um participante ativo, capaz de expressar e compartilhar suas experiências. Isso contribui não só para a inclusão no sentido de acesso à educação, mas também para o fortalecimento de sua identidade cultural, como destacado por Mantoan (2020) e Lodi & Lacerda (2023). Ao respeitar a especificidade da visualidade, a Pedagogia Visual emerge como um instrumento necessário para a promoção de uma educação inclusiva. Essa abordagem busca atender as diferentes necessidades dos estudantes, valorizando o potencial de aprendizagem por meio de recursos visuais, como imagens, gráficos, vídeos e mapas conceituais.

A inclusão educacional, ao ser orientada por essa prática, torna-se mais equitativa, uma vez que essa metodologia proporciona ferramentas que facilitam o acesso ao conhecimento de forma mais clara e acessível, visto que para estudantes surdos, os recursos visuais podem atuar como uma ponte entre o conteúdo e a

compreensão, permitindo que as informações sejam transmitidas de maneira mais direta e compreensível, pois proporciona condições que favorecem a compreensão e o aprendizado, especialmente para estudantes com deficiências sensoriais ou linguísticas.

Assim, a Pedagogia Visual não apenas respeita a diversidade, mas também favorece a participação ativa e significativa dos estudantes no processo de aprendizagem, pois ao integrar a visualidade como princípio pedagógico, contribui-se para a construção de uma escola mais inclusiva, que considera as particularidades de cada estudante e busca garantir igualdade de oportunidades, respeitando as diferentes formas de apreensão do conhecimento.

4.1 Definição e Importância da Pedagogia Visual

Desde a primeira infância, as crianças manifestam um interesse intrínseco pelos objetos presentes em seu entorno, esse comportamento, frequentemente expresso por meio de gestos como o ato de apontar, reflete um processo inicial de interação com o ambiente, no qual elas estabelecem conexões entre sua atenção e os elementos que despertam seu interesse. Essa ação, aparentemente simples, desempenha uma função essencial no desenvolvimento cognitivo e social, pois representa uma das primeiras formas de comunicação intencional, e é por meio dela que a criança não apenas explora e reconhece o mundo ao seu redor, mas também inicia interações com os cuidadores e mediadores de sua aprendizagem, estabelecendo as bases para o desenvolvimento de habilidades mais complexas, como a linguagem e o pensamento simbólico.

Para Silva (2022):

O estudante Surdo, caracteriza-se como pessoa que se encontra constantemente permeado por experiências visuais. Através dessas vivências, este sujeito significa e ressignifica o mundo e as relações que o permeiam e, assim, constrói ideias e concepções sobre sua vida e sua subjetividade. Isto significa que, as experiências visuais do sujeito Surdo, estabelecem as bases cognitivas que medeiam a construção do seu pensamento. (Silva, 2022)

Desse modo, a autora destaca a centralidade da visualidade na constituição do sujeito surdo e em sua relação com o mundo. Ao afirmar que o estudante surdo

está “constantemente permeado por experiências visuais”, a autora reconhece que a percepção visual não é apenas um recurso compensatório, mas uma forma legítima e estruturante de interação, aprendizagem e construção de conhecimento.

A experiência visual é central para o desenvolvimento cognitivo, comunicativo e de aprendizagem da pessoa surda, sendo essencial que as práticas pedagógicas respeitem essa característica. Assim, estratégias visuais como vídeos, imagens, esquemas e o uso da Libras tornam-se fundamentais para garantir a participação plena e significativa do estudante surdo no processo educacional.

Este comportamento é uma manifestação da natureza visual do ser humano, que aprende inicialmente pelo que vê, antes de dominar a pronúncia das palavras. Essa aprendizagem nos primeiros anos de vida está intimamente ligada à percepção sensorial, especialmente à visão, que serve como a principal via para o entendimento do mundo.

A criança, ao perceber e interagir com o ambiente visualmente, começa a associar significados aos objetos, e essa associação é um dos primeiros passos para o desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Segundo Piaget (1983):

“Cada estágio constitui então, pelas estruturas que o definem, uma forma particular de equilíbrio, efetuando-se uma evolução mental no sentido de uma equilibração sempre mais completa. Assim, no estágio sensório-motor ou pré-verbal, a criança procura coordenar e integrar as informações que recebe pelos sentidos e, restringindo-se ao real, elabora o conjunto de subestruturas cognitivas ou esquemas de assimilação, que servirão de base para a construção das futuras estruturas decorrentes do desenvolvimento ulterior” (Piaget, 1983, p.14).

O autor expõe a fase sensório-motora, identificando que as crianças não apenas percebem objetos, mas também começam a desenvolver conceitos de permanência do objeto e causa e efeito, baseando-se em suas experiências sensoriais e motoras.

Assim pode-se definir a Pedagogia Visual como uma abordagem educacional que utiliza recursos visuais para facilitar o processo de aprendizagem, tornando-o mais acessível e eficaz, especialmente para estudantes surdos. De acordo com Almeida (2022), o uso de elementos visuais, como imagens, vídeos e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é essencial para atender às necessidades dessa população, que possui uma forma de comunicação predominantemente visual.

A ênfase na visualidade, segundo Gesser (2021), é uma estratégia eficaz para promover a inclusão educacional, pois facilita a compreensão do conteúdo de maneira direta, permitindo que os estudantes surdos se conectem de forma mais eficiente com o conhecimento. Essa abordagem contribui para a autonomia dos estudantes surdos, pois oferece uma forma de comunicação mais acessível e interativa, o que, segundo Mantoan (2020), potencializa a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem.

O uso de recursos visuais não apenas facilita o acesso à informação, mas também fortalece a identidade cultural dos surdos, como argumentam Lodi & Lacerda (2023), ao proporcionar um ambiente educacional que respeita suas especificidades linguísticas e culturais. Essa abordagem se configura como uma ferramenta essencial para promover uma educação inclusiva e significativa para estudantes surdos, permitindo que eles se envolvam de maneira ativa e participativa no processo educacional, respeitando suas formas únicas de perceber o mundo e praticando assim, o uso de tecnologias e ferramentas visuais na promoção da aprendizagem.

Dezes, 2023 ressalta:

A base norteadora na defesa da pedagogia visual centra-se na visualidade constituinte às pessoas surdas. De modo que todo o processo educacional deve considerar os inputs visuais como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem de surdos, pois a gestualidade/visualidade ocupa uma marca linguística que não deve ser apagada (Dezes, 2023, p.18).

A defesa da autora se baseia no entendimento de que a visualidade é uma parte essencial da identidade e do modo de aprendizado das pessoas surdas que, por meio delas, o processo educacional deve ser projetado levando em consideração o uso de recursos visuais, como imagens, vídeos e gestos, como ferramentas fundamentais para o ensino e a aprendizagem. Isso se deve ao fato de que, para os surdos, a gestualidade e a visualidade não são apenas formas de comunicação, mas aspectos profundos de sua linguagem e cultura, especialmente a Libras e, portanto, não podemos desconsiderar essa característica única, pois ela é uma parte integral da forma como esses estudantes percebem e interagem com o mundo ao seu redor.

Mantoan (2020) destaca que a Pedagogia Visual vai além do uso superficial de imagens e vídeos, sendo uma estratégia inclusiva que integra diferentes formas

de representação, como gráficos, diagramas, e outros recursos visuais, para atender à diversidade de estilos de aprendizagem. Essa abordagem permite que os estudantes, independentemente de suas capacidades auditivas, tenham acesso ao conteúdo educacional de maneira eficaz e significativa. A ênfase da pedagogia visual não está apenas no suporte visual, mas na criação de metodologias que promovam a compreensão profunda e a assimilação do conhecimento, favorecendo a participação ativa e a interação dos estudantes no processo de aprendizagem (Gesser, 2021).

Almeida (2022) complementa esse entendimento ao afirmar que essa metodologia melhor reconhece e valoriza a diversidade nos estilos de aprendizagem, proporcionando uma forma de ensino que é mais inclusiva e adaptável às necessidades de cada estudante. Ao integrar diferentes tipos de recursos visuais, essa abordagem possibilita uma aprendizagem mais interativa e efetiva, onde cada estudante encontra formas adequadas de entender e expressar o que aprendeu.

Portanto, a abordagem Visual na Educação se torna um instrumento essencial para a educação inclusiva, pois promove a acessibilidade ao conhecimento, respeitando as particularidades dos estudantes surdos e suas formas de aprender, sendo assim uma abordagem inovadora que utiliza recursos visuais para facilitar a construção do conhecimento, reconhecendo que as imagens e outros elementos visuais desempenham uma função fundamental na comunicação e na aprendizagem, indo além da simples utilização de imagens ou vídeos, integrando diversas formas de representação visual, como gráficos, diagramas e outros recursos, para engajar diferentes estilos de aprendizagem e garantir o acesso ao conhecimento de todos os estudantes, incluindo aqueles com surdez.

A relevância dessa abordagem é ainda mais significativa no contexto da educação de surdos, onde a Libras se configura como uma ferramenta essencial. Ferreira (2021) destaca que a utilização de Libras, em conjunto com outros recursos visuais, facilita a comunicação, permitindo que os estudantes surdos se conectem de forma mais eficaz ao conteúdo educacional. A cultura visual e o contexto de vida dos estudantes surdos são aspectos fundamentais a serem considerados, pois ao integrar a visualidade ao ensino, a educação se torna mais inclusiva e relevante para as experiências cotidianas dos estudantes.

A Libras, com suas características viso-espaciais, é uma ferramenta essencial para a comunicação e aprendizagem dos estudantes surdos, especialmente quando integrada à pedagogia visual. Ferreira (2021) observa que a utilização de imagens, sinais e outros recursos visuais enriquece o processo de aprendizagem, tornando-o mais interativo e contextualizado, o que é especialmente benéfico no contexto educacional de surdos. A combinação de Libras com a pedagogia visual proporciona um ambiente de aprendizado mais acessível, respeitando a cultura e a identidade dos surdos, ao mesmo tempo que atende às suas necessidades específicas.

A integração desses elementos visuais contribui para a criação de uma educação inclusiva, onde os estudantes, independentemente de suas habilidades auditivas, têm acesso ao conhecimento de maneira equitativa. Essa abordagem, como destaca Almeida (2022), vai além de ser apenas um meio de comunicação; A Libras é de grande relevância para o acesso à cultura e ao conhecimento, desempenhando uma função central na formação de um ambiente educacional mais enriquecedor e inclusivo.

O uso de práticas pedagógicas que valorizam a visualidade e a Libras fortalece a identidade dos estudantes surdos e potencializa sua participação no processo de aprendizagem. Esse reconhecimento das especificidades culturais e linguísticas dos surdos é essencial para garantir que eles possam se envolver ativamente na construção do conhecimento, como argumentam Mantoan (2020) e Lodi & Lacerda (2023).

4.2 Pedagogia Visual na Educação: Estratégias para a Acessibilidade Curricular de Estudantes Surdos

De acordo com Goldfeld (2020), a pedagogia visual não se limita ao uso de imagens como apoio, mas envolve uma reconfiguração das práticas pedagógicas para tornar a aprendizagem mais significativa. Ela busca integrar elementos visuais de maneira que o estudante surdo consiga acessar o conteúdo de forma mais direta e eficiente, levando em consideração suas habilidades sensoriais predominantes. Isso se reflete, por exemplo, no uso da Libras, que, sendo visual-gestual, é parte essencial da prática pedagógica de surdos, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais acessível e significativo para eles.

A aplicação da pedagogia visual também implica em uma transformação na formação dos educadores, que precisam estar preparados para integrar essa abordagem em suas práticas diárias. Oliveira (2021) destaca que, para que a pedagogia visual seja eficaz, é imprescindível que os professores desenvolvam competências específicas, como o domínio da Libras e a utilização de recursos tecnológicos que potencializem o aprendizado visual dos estudantes surdos. Nesse sentido, a formação contínua dos educadores é um dos pilares para a implementação eficaz dessa metodologia.

Além disso, o uso dessa metodologia contribui para a construção de um currículo inclusivo, em que os estudantes surdos são vistos não apenas como receptores de conteúdo, mas como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. A adaptação curricular, que leva em conta a cultura surda e as especificidades da Língua de Sinais, promove um ambiente educacional mais equitativo, onde as barreiras comunicacionais são minimizadas (Lacerda, 2019). Essa abordagem visa não só a integração dos estudantes surdos ao ensino regular, mas também a valorização de suas identidades culturais e linguísticas, criando um espaço de aprendizagem mais inclusivo e respeitoso.

Esse tipo de abordagem na educação se configura como uma estratégia essencial para a acessibilidade curricular de estudantes surdos, contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais equitativo e acessível, fundamentado na valorização das especificidades linguísticas e culturais dos estudantes. Essas práticas pedagógicas visuais contribuem não apenas para a acessibilidade curricular, mas também para a valorização da cultura surda.

A educação de surdos, ao integrar essas metodologias visuais, reafirma que esses estudantes têm o direito de aprender de maneira igualitária, respeitando suas particularidades. Para os educadores, a reflexão constante sobre a utilização de ferramentas visuais pode levar à criação de um ambiente mais inclusivo e colaborativo, que favorece o aprendizado de todos os estudantes.

4.3 Estratégias de Ensino e a Pedagogia Visual: Caminhos para a Inclusão e Aprendizagem de Estudantes Surdos

A pedagogia visual tem emergido como uma abordagem essencial na educação inclusiva, especialmente no contexto de estudantes surdos. As estratégias

de ensino que utilizam recursos visuais são fundamentais para garantir que os estudantes surdos possam acessar o conteúdo de forma mais eficaz, aproveitando ao máximo sua principal via de aprendizagem: a visão. As práticas pedagógicas que incorporam elementos visuais não apenas ajudam na compreensão do conteúdo, mas também promovem a valorização da cultura surda.

A utilização dessa prática na educação de surdos é uma estratégia poderosa para promover a inclusão e a aprendizagem. Ao adaptar o ensino às necessidades sensoriais e cognitivas dos estudantes surdos, os educadores não apenas garantem uma educação mais justa e acessível, mas também contribuem para o fortalecimento da identidade surda, criando um ambiente de aprendizagem que respeita e valoriza as particularidades culturais e linguísticas dos estudantes pois facilita a assimilação de conteúdos complexos, proporcionando uma maneira mais acessível e significativa de aprendizado.

Uso de imagens, vídeos e outros elementos visuais ³torna-se essencial para o sucesso de um ensino inclusivo e equitativo, uma vez que facilita a participação ativa dos estudantes surdos no processo de aprendizagem. A inclusão de conteúdos em Libras, bem como o uso de estratégias visuais para representar conceitos abstratos, torna o aprendizado mais acessível e dinâmico.

Para facilitar a compreensão, e ratificar o exposto nesse capítulo, a tabela a seguir apresenta cinco estratégias pedagógicas baseadas na pedagogia visual, com fundamentos em contribuições de diferentes autores. Essas estratégias foram desenvolvidas para apoiar os professores na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, especialmente no contexto da educação de estudantes surdos. Cada estratégia inclui os objetivos principais, vantagens pedagógicas e sugestões práticas de atividades que podem ser implementadas em sala de aula.

Quadro 4 – Estratégias baseadas na Pedagogia Visual

Estratégia	Objetivo	Vantagens	Sugestões de Atividades
Uso de Imagens e Ilustrações	Facilitar a compreensão de conteúdos complexos de forma	Auxilia na memória visual e na associação de conceitos, tornando o aprendizado mais	Apresentar imagens ou ilustrações relacionadas ao conteúdo e pedir aos estudantes para identificarem

³ Recursos como imagens ilustrativas, infográficos, mapas conceituais, vídeos legendados ou com Libras, animações, esquemas, slides diagramados, materiais manipulativos e histórias em quadrinhos facilitam a mediação do conhecimento

	visual e tangível.	acessível.	conceitos ou ideias principais.
Tecnologia Visual (Vídeos e Animações)	Explorar recursos audiovisuais para uma compreensão dinâmica e interativa.	Engaja os estudantes, tornando o aprendizado mais atrativo e promovendo a retenção de informação.	Usar vídeos curtos que explicam conceitos chave, seguidos de discussões e perguntas.
Mapas Conceituais e Diagramas	Organizar e ilustrar relações entre conceitos para facilitar o entendimento.	Ajuda a visualizar a estrutura do conhecimento, promovendo a aprendizagem significativa.	Pedir para os estudantes criarem diagramas ou mapas conceituais sobre o tema estudado e apresentá-los ao grupo.
Quadros Interativos e Cartazes Visuais	Resumir e organizar informações de forma clara e acessível.	Estimula a participação ativa e facilita a revisão de conteúdo, além de melhorar a retenção de informações.	Criar cartazes interativos em sala, com informações-chave, e permitir que os estudantes completem ou modifiquem conforme o aprendizado.
Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Elementos Visuais	Promover a inclusão, respeitando as especificidades dos estudantes surdos.	Facilita a comunicação e a interação, respeitando a identidade linguística dos v surdos.	Utilizar Libras para ensinar vocabulário, complementado com flashcards ou vídeos explicativos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, outubro de 2024.

Conforme exposto, por meio da tabela, essas estratégias pedagógicas baseadas na pedagogia visual, tem o intuito de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, especialmente para estudantes surdos, promovendo uma abordagem mais inclusiva e acessível afirmando que não apenas beneficia estudantes surdos, mas também promove uma experiência de ensino mais rica para toda a turma.

Ao implementar essas estratégias, os professores ampliam as possibilidades de ensino e aprendizado, tornando os conteúdos mais atrativos e acessíveis para diferentes perfis de estudantes.

Essas estratégias baseadas na pedagogia visual são essenciais para promover um ambiente inclusivo e eficaz na educação de estudantes surdos. O uso de recursos visuais torna o aprendizado mais acessível, estimulante e engajador, respeitando as particularidades sensoriais e cognitivas desses estudantes, como

defendem Lacerda (2020), Goldfeld (2020), Oliveira (2021), Souza & Costa (2022). A implementação dessas estratégias requer que os professores estejam devidamente preparados para adaptar o conteúdo de forma visualmente rica e acessível, favorecendo a participação e aprendizagem de todos.

As estratégias para a acessibilidade curricular de estudantes surdos desempenham uma função essencial na promoção de uma educação inclusiva, garantindo que esses estudantes tenham igual oportunidade de aprendizagem e participação no processo educacional.

Essas estratégias visam ajustar o conteúdo, o ambiente e as metodologias de ensino às demandas sensoriais e cognitivas particulares desses alunos, sendo essenciais para promover a equidade na educação e garantir que todos tenham as condições necessárias para um desenvolvimento educacional completo.

A implementação de estratégias baseadas na pedagogia visual, somada à formação adequada dos professores, é essencial para promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Essa combinação permite atender às necessidades específicas dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência auditiva, ao mesmo tempo que respeita as diferenças individuais de aprendizagem.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico de uma pesquisa científica constitui um processo estruturado e sistemático, importante para assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos. Cada etapa desse percurso deve ser planejada e realizada com rigor, com o objetivo de garantir uma base sólida para a construção e o avanço do conhecimento. Entre as etapas essenciais do percurso metodológico estão a definição do problema de pesquisa, a revisão da literatura, a formulação de objetivos, a escolha dos métodos e técnicas de coleta de dados, bem como a análise e interpretação dos resultados.

A elaboração detalhada de cada fase é indispensável para minimizar possíveis vieses e garantir a precisão e a relevância das conclusões alcançadas. Além disso, o rigor metodológico proporciona maior transparência e credibilidade à pesquisa, permitindo que os achados possam ser reproduzidos e verificados por outros pesquisadores. Assim, o percurso metodológico é não apenas uma etapa técnica, mas também uma ferramenta essencial para a produção de conhecimento rigoroso e sistemático.

Nesta seção, serão apresentados os caminhos metodológicos traçados para o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, relatando os fundamentos que orientam o tipo de pesquisa adotada para este estudo, em seguida, um breve relato do contexto empírico onde a pesquisa foi realizada, além de apresentar os sujeitos que participaram do estudo, estabelecendo uma compreensão clara do ambiente e das pessoas envolvidas nesse processo investigativo.

5.1 Pesquisa Qualitativa

O presente estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, por corroborar com a autora Minayo (2018), a “pesquisa qualitativa é um tipo de investigação que se dedica à compreensão de fenômenos complexos e sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos” e com Creswell (2019) define “a pesquisa qualitativa como um tipo de pesquisa que se foca na compreensão de fenômenos sociais a partir das perspectivas dos participantes, com o objetivo de explorar, interpretar e dar sentido às experiências vividas”.

A abordagem qualitativa abarca diferentes tipos de pesquisa, como a bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa tem natureza descritiva, sendo

seu principal objetivo a caracterização e o detalhamento do fenômeno em estudo, possibilitando uma visão clara e precisa da realidade observada. No que cerne de uma pesquisa de campo, a coleta de dados ocorre diretamente no ambiente em que os fenômenos se manifestam, permitindo a descrição de práticas, comportamentos e contextos relacionados ao ensino de estudantes surdos. Essa abordagem descritiva se mostra adequada para documentar as características das práticas pedagógicas e dos professores envolvidos, contribuindo para uma compreensão mais detalhada e fundamentada do objeto de estudo. Ao focar na análise direta das situações e interações em contextos reais, a pesquisa qualitativa proporciona uma base rica e detalhada para a análise das experiências de ensino de estudantes surdos, favorecendo a elaboração de diagnósticos e a proposição de intervenções mais eficazes.

Durante o estudo, recorreu-se também a pesquisas bibliográficas. Para Fontana (2018, p. 66), “é a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final”.

Paralelamente ao pensamento destacado, é necessário frisar a importância da pesquisa bibliográfica em qualquer projeto de pesquisa. Para tanto, a pesquisa bibliográfica exerce uma função fundamental em todas as etapas de uma investigação científica. Desde a definição do problema até a elaboração do relatório final, o levantamento e a análise de literatura existente fornecem a base necessária para o desenvolvimento de um estudo sólido e bem fundamentado.

Ainda sobre o viés do autor, a pesquisa bibliográfica ajuda a esclarecer o problema ao contextualizá-lo a partir do conhecimento atualmente produzido, permitindo a identificação de lacunas e oportunidades para novas investigações. Além disso, contribui para a formulação de objetivos claros e relevantes, bem como para a construção de hipóteses fundamentadas e realistas.

Uma pesquisa qualitativa geralmente envolve uma análise de pessoas e suas criações, assim, os participantes dessa pesquisa devem ser considerados como atores sociais e suas opiniões e valores devem ser respeitados e compreendidos.

Ao estabelecer conexões entre as contribuições dos autores e o objeto de estudo proposto, que aborda a inclusão do surdo na escola regular, podemos afirmar

que a escolha pela pesquisa qualitativa se revela pertinente. Tal escolha justifica-se pela natureza do tema, que envolve aspectos relacionados às dinâmicas humanas em contextos sociais específicos. A inclusão do surdo não se limita a aspectos pedagógicos, mas envolve também características subjetivas do comportamento humano e fenômenos sociais, os quais são melhor analisados por meio de uma abordagem qualitativa, conforme destacam os autores mencionados.

Com base nas experiências da proponente deste estudo, adquiridas como profissional da educação e tradutora-intérprete de Libras na educação básica, bem como em leituras de trabalhos científicos voltados à Educação de Surdos, identificou-se uma lacuna significativa no desenvolvimento de estratégias que promovam efetivamente a inclusão de estudantes surdos na escola regular. Essa constatação está alinhada com diversos autores que abordam a temática da inclusão educacional, reforçando que a falta de propostas pedagógicas adequadas, que considerem as especificidades visuais desses estudantes, é um dos principais entraves para sua inclusão efetiva.

Diante dessa realidade, justifica-se a delimitação do tema proposto, orientado pela necessidade de compreender e propor práticas pedagógicas que atendam às particularidades dos estudantes surdos no contexto da educação regular. A realização de uma pesquisa de campo emerge, portanto, como uma iniciativa relevante para investigar e propor soluções que contribuam para uma inclusão escolar mais significativa e alinhada às demandas dessa comunidade.

A pesquisa de campo é uma estratégia na qual o pesquisador observa os fenômenos de interesse que estão acontecendo in loco para coletar dados cujo foco é observar e interagir com o ambiente natural dos fenômenos. Isso pode incluir observar o comportamento das pessoas, realizar entrevistas para entender suas percepções e utilizar questionários para coletar informações mais estruturadas.

Segundo os autores De Lunetta e Guerra (2023):

A pesquisa de campo é uma forma de investigação que complementa as pesquisas bibliográficas e documentais, permitindo a coleta de dados diretamente com pessoas ou grupos. Além disso, pode ser combinada com outros métodos, como a pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação e pesquisa participante, para obter resultados mais abrangentes. (De Lunetta, Guerra, 2023, p.07).

Sendo assim, os autores enfatizam que por meio dessa abordagem, é permitido aos pesquisadores e estudantes observar e analisar a realidade de forma mais direta e precisa, pois, ao estar presente no campo, o pesquisador pode captar detalhes, comportamentos e interações que seriam difíceis de perceber apenas através de materiais escritos ou registros documentais. Por essas razões, a pesquisa de campo é amplamente utilizada em trabalhos acadêmicos e científicos, sendo essencial para compreender fenômenos complexos e contextuais, oferecendo uma visão rica e detalhada dos assuntos estudados.

De acordo com Skliar (2018) e Mantoan (2021), essa lacuna pode ser atribuída ao fato de que, na escola regular, as propostas pedagógicas frequentemente não são estruturadas para atender às especificidades visuais desses estudantes, um aspecto central para a aprendizagem dos surdos. Ambos os autores destacam a necessidade de práticas educacionais que considerem as particularidades da comunicação visual e as necessidades cognitivas dos surdos, visando promover um ambiente mais inclusivo e eficaz para esse público.

O método de Laurence Bardin, amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, é estruturado em três etapas fundamentais: a pré-análise, a codificação e a categorização. Cada uma dessas etapas contribui de maneira significativa para a organização, interpretação e análise dos dados coletados, facilitando a compreensão dos fenômenos estudados.

Na fase inicial, denominada pré-análise, ocorre uma organização sistemática dos dados. Aqui, os textos coletados são revisados de maneira geral, identificando-se o foco da pesquisa e delimitando o corpus de análise. Essa etapa permite o reconhecimento das questões centrais, a identificação de lacunas e a organização dos dados de forma a facilitar sua posterior exploração. Segundo Bardin (2015), essa etapa é relevante para definir as diretrizes do estudo, estabelecendo o campo de investigação e delimitando o objeto de pesquisa.

Denominada também como etapa de tratamento de dados, essa fase foi conduzida com a utilização de instrumentos principais, como o questionário de perfil profissional e o roteiro de entrevista. Com 11 questões semiestruturadas, essas ferramentas foram fundamentais para traçar o perfil dos sujeitos participantes e coletar as informações necessárias para a análise qualitativa dos dados.

O questionário, segundo Gil (2008) pode ser definido:

“como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (Gil, 2008, p.18).

Como ressaltado pelo autor, o questionário é uma técnica de pesquisa que utiliza um conjunto de perguntas escritas com o objetivo de coletar informações sobre opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vividas pelos sujeitos de estudo. Ele permite obter dados sistematizados e padronizados, facilitando a análise e o entendimento dos comportamentos e percepções dos participantes.

Utilizada como instrumento para estabelecer o perfil profissional, essa ferramenta foi fundamental para a coleta de dados e informações significativas sobre os indivíduos, incluindo formação, experiência e práticas pedagógicas. Esse instrumento possibilita o mapeamento de aspectos fundamentais dos docentes, como a formação inicial e continuada, além de suas percepções a respeito da inclusão de alunos surdos. As competências e deficiências na formação desses profissionais para trabalhar com estudantes surdos podem ser entendidas a partir dos dados coletados por meio deste questionário.

Por outro lado, o roteiro de entrevista foi utilizado para aprofundar a coleta de informações relacionadas às práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos professores na inclusão de estudantes surdos. Essa ferramenta permite obter respostas mais detalhadas e contextualizadas, oferecendo um panorama mais profundo sobre as estratégias adotadas pelos profissionais, bem como suas dificuldades e contribuições em relação à inclusão.

Ao combinar questionários e entrevistas, a pesquisa proporciona um panorama mais completo dos aspectos estruturais e subjetivos que envolvem a inclusão de estudantes surdos no ensino regular. Dessa forma, a combinação dessas ferramentas auxilia na análise dos dados de forma mais precisa e coesa, permitindo a identificação de padrões e categorias relevantes que serão fundamentais para compreender os desafios e contribuições desses profissionais.

A etapa de codificação, por sua vez, envolve a decodificação das informações. Nesta fase, os dados são classificados e organizados, identificando-se categorias que agrupam conteúdos semelhantes. A codificação permite a extração e a segmentação dos dados, transformando informações brutas em unidades

significativas para análise. Bardin (2015) destaca que a codificação é uma etapa primordial da análise de conteúdo, consistindo em um processo de classificação dos dados, por meio da identificação de categorias que agrupam as informações relevantes, afirmando assim que por meio da codificação, é possível identificar padrões recorrentes, facilitando a interpretação dos dados e garantindo a consistência na análise.

A terceira etapa, a categorização, envolve a organização dos dados em categorias que emergem a partir das semelhanças e diferenças encontradas durante o processo de codificação. Essa etapa facilita a construção de categorias que agrupam dados correspondentes, permitindo uma análise mais sistemática e estruturada. Bardin (2015) aponta que a categorização é essencial para compreender as inter-relações entre os dados, favorecendo a identificação de padrões e temas que emergem dos conteúdos coletados.

Esse método é amplamente utilizado na pesquisa em educação e temas complexos, como a inclusão de estudantes surdos, pois oferece uma abordagem estruturada para tratar informações qualitativas. A utilização do método de Bardin nesta pesquisa se justifica pelo fato de ser capaz de organizar, categorizar e interpretar os dados de forma coerente e sistemática. Assim, contribui para a identificação de temas recorrentes e aspectos relevantes, possibilitando uma compreensão mais profunda dos desafios e contribuições na inclusão escolar de estudantes surdos.

5.2 Descrição do Cenário de Pesquisa e Perfil dos Participantes

A pesquisa foi realizada numa escola de ensino médio pertencente à rede estadual de ensino de Caxias (MA), localizada na zona urbana do município, que conta com 18 (dezoito) escolas estaduais que atendem a estudantes do ensino médio. Essas escolas, inseridas na zona urbana, formam o cenário empírico da pesquisa, que busca analisar o contexto educacional e a dinâmica de ensino dessa etapa escolar na região.

O parâmetro utilizado para a seleção das instituições foi a presença de estudantes surdos matriculados e frequentando regularmente as aulas, visto que esta pesquisa foca nos professores que atuam diretamente com estudantes surdos. Para definir os sujeitos participantes da pesquisa, foram estabelecidos requisitos de

inclusão e exclusão, visando garantir a escolha de professores efetivamente envolvidos no processo educacional dos estudantes surdos, assegurando a representatividade e a relevância das informações coletadas.

Como critério de inclusão para a escolha dos sujeitos participantes, foram selecionadas seis escolas da rede pública estadual de Caxias (MA) que integram a etapa do ensino médio. Os sujeitos da pesquisa são docentes que atuam no ensino médio da rede estadual de ensino, com idades variando entre 32 (trinta e dois) e 55 (cinquenta e cinco) anos. No que se refere ao vínculo profissional, o grupo é composto por professores efetivos e contratados, o que evidencia uma diversidade de experiências institucionais e estabilidade funcional.

Quanto à formação acadêmica, os participantes são licenciados nas áreas de Química, Biologia e Geografia, o que garante uma multiplicidade de abordagens pedagógicas no ensino das ciências da natureza e da área das humanas. Essa heterogeneidade formativa contribui para uma análise mais ampla sobre como os conhecimentos específicos de cada disciplina dialogam com a utilização da pedagogia visual como estratégia inclusiva para estudantes surdos.

O foco da escolha recaiu sobre os docentes que atuam diretamente em turmas que incluem estudantes surdos, pois essas áreas de ensino possuem um currículo mais detalhado e exigente que, no contexto da educação especial na perspectiva inclusiva, demanda uma metodologia pedagógica específica. Professores sem formação nessas áreas, mesmo que lecionem para turmas com surdos, foram excluídos da seleção. A aplicação desses critérios garantiu que a pesquisa fosse conduzida com professores cuja formação estivesse alinhada ao conteúdo de ensino e que tivessem a experiência necessária com a educação de surdos.

Além disso, os critérios de seleção foram aplicados a todos os membros do corpo docente das escolas que atendem estudantes surdos, sem considerar seu vínculo estatutário com a instituição, ou seja, tanto professores efetivos quanto contratados poderiam ser selecionados, desde que atendessem aos critérios estabelecidos. Isso visou garantir a representatividade e a diversidade de experiências dentro do contexto da educação inclusiva para surdos.

Atendendo aos critérios estabelecidos, foi identificada uma escola que se adequa ao perfil desejado para a pesquisa. Esta instituição é denominada Centro de

Ensino Odolfo Medeiros. A escolha se baseia na presença de estudantes surdos em suas turmas, sendo o foco da pesquisa voltado para os professores das áreas de Química, Biologia e Geografia, que atuam com esses estudantes.

A instituição selecionada como campo empírico da pesquisa, é uma instituição pública estadual que oferece ensino médio regular e Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) nos turnos diurno e noturno. A escola possui uma estrutura física composta por oito salas de aula, incluindo uma sala de atendimento educacional especializado (AEE) destinada ao suporte de estudantes com deficiência. Além da sede urbana, a escola mantém uma extensão no povoado Sossego, ampliando o acesso à educação na zona rural. A infraestrutura da escola inclui biblioteca, pátio coberto, quadra esportiva descoberta, sala de professores, internet banda larga e recursos de acessibilidade, como banheiros adaptados e salas climatizadas.

O corpo docente é formado por 47 professores, com formação em diversas áreas do conhecimento, incluindo Química, Biologia e Geografia, a equipe também conta com profissionais especializados em educação inclusiva, incluindo quatro intérpretes de Libras, para atender às necessidades dos estudantes surdos.

A escola se encaixa, portanto, como o campo empírico da pesquisa, permitindo o aprofundamento das análises sobre as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do estudante surdo.

Os participantes da pesquisa foram cinco professoras que atenderam aos critérios de seleção, atuando em turmas com estudantes surdos em cada turno e possuindo graduação em Licenciatura nas áreas de Química, Biologia e Geografia. Para assegurar o anonimato, foram atribuídos os pseudônimos⁴ aos participantes. Os pseudônimos escolhidos para identificação foram: Sirius, Betelgeuse, Alpha, Centauri, Aldebaran.

A escolha dos pseudônimos com base em nomes de estrelas foi motivada pela intenção de criar uma associação simbólica e poética entre os participantes da pesquisa e elementos do universo, especificamente as estrelas. Essas estrelas são conhecidas tanto por sua visibilidade quanto por suas características únicas no universo.

⁴ De acordo com o dicionário, o termo *pseudônimo* refere-se a um nome fictício adotado por uma pessoa, geralmente para ocultar sua identidade real, como ocorre com escritores, artistas ou em contextos de pesquisa.

Os professores Centauri e Aldbaravan, ambos do sexo masculino, encontram-se na faixa etária entre 48 e 55 anos. Centauri, graduado em ciências com habilitação em Química desde 2004, acumula mais de dez anos de experiência profissional na área educacional. Por sua vez, o mesmo, licenciado em geografia desde 2006, possui entre três e seis anos de atuação no campo da educação. Atualmente, ambos lecionam em turmas do ensino médio na instituição selecionada para a análise. Em ambos os casos, as turmas que contavam com estudantes surdos matriculados correspondiam a Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAII ao primeiro ano do ensino médio.

Esse cenário reflete a diversidade de trajetórias profissionais no corpo docente e destaca a importância da formação contínua e de práticas pedagógicas inclusivas voltadas para atender às necessidades específicas de estudantes surdos.

As professoras Sirius, Betelgeuse e Alfa, todas do sexo feminino, encontram-se na faixa etária entre 30 e 55 anos. Sirius, graduada em Ciências com habilitação em Biologia desde 2002, acumula mais de dez anos de experiência em sua trajetória profissional. Da mesma forma, Alfa, formada em Ciências da Natureza com habilitação em Biologia desde 2000, também possui mais de uma década de atuação na área educacional. Atualmente, Alfa atua nas turmas de primeiro ano do ensino médio, e Sirius, Betelgeuse lecionam em turmas da Educação de Jovens e Adultos e Idosos - EJAII na instituição selecionada para o estudo.

Os professores apresentam diferentes níveis de formação continuada, evidenciando o compromisso com o aprimoramento profissional. Centauri possui um Mestrado Profissional em Física, enquanto Aldbaravan concluiu uma pós-graduação em Docência Superior, e Alfa possui especialização em Instrumentação para o Ensino de Ciências. Por outro lado, as professoras Sirius e Betelgeuse não possuem formação em nível de pós-graduação.

Esses perfis distintos refletem a diversidade na qualificação do corpo docente, o que pode influenciar diretamente as práticas pedagógicas e a abordagem utilizada em sala de aula. Além disso, destaca-se a relevância de incentivar a formação continuada para potencializar o desempenho docente e atender às demandas específicas de contextos educacionais inclusivos.

Quadro 5 – Dados das participantes da pesquisa

QUADRO	Sexo	Faixa Etária	Formação Inicial	Formação Continuada	Tempo de Experiência	Atuação Atual
Centauri	Masculino	48	Ciências (Habilitação em Química) - 2004	Mestrado Profissional em Física	Mais de 10 anos	EJAI
Aldbaravan	Masculino	54	Geografia - 2006	Pós-graduação em Docência Superior	Entre 3 e 6 anos	Ensino Médio 1º Ano
Sirius	Feminino	47	Ciências (Habilitação em Biologia) - 2002	Não possui formação em nível de pós-graduação	Mais de 10 anos	Ensino Médio – EJAI
Betelgeuse	Feminino	32	Geografia - 2020	Não possui formação em nível de pós-graduação	Informação não especificada	Ensino Médio – EJAI
Alfa	Feminino	55	Ciências da Natureza (Habilitação em Biologia) - 2000	Especialização em Instrumentação para o Ensino de Ciências	Mais de 10 anos	Ensino Médio - 1º Ano

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2024

A tabela apresentada traz um resumo do perfil de cinco professores que atuam em uma instituição educacional dedicada ao Ensino Médio e à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Essas informações são essenciais para compreender as trajetórias acadêmicas e profissionais do corpo docente, destacando formação inicial, formação continuada, experiência e área de atuação. Ao evidenciar essa diversidade, a pesquisa destaca a importância dessas trajetórias para o estudo, que visa examinar as práticas pedagógicas e o efeito da formação continuada no atendimento às demandas dos alunos surdos. Essa ampla diversidade no corpo docente, que integra diferentes níveis de formação inicial e continuada, além de variadas experiências profissionais, evidencia a importância de investimentos contínuos na capacitação, visando melhorar as práticas pedagógicas e promover uma educação inclusiva de alta qualidade.

5.3 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados: Um Olhar Humanizado e Reflexivo

A coleta de dados é uma das etapas mais importantes no desenvolvimento de uma pesquisa, pois é nela que se originam as informações que permitirão responder às questões de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. A forma como essa coleta é realizada influencia diretamente a qualidade e a confiabilidade dos resultados e, para que esse processo seja eficaz, é primordial escolher adequadamente os instrumentos de coleta e seguir procedimentos organizados e éticos.

Os instrumentos de coleta de dados são, basicamente, as ferramentas que o pesquisador utiliza para obter informações necessárias para o desenvolvimento de sua pesquisa. Esses instrumentos podem ser variados, dependendo do tipo de estudo que foi realizado e do tipo de informação que se deseja coletar.

Por exemplo, se o estudo for mais quantitativo, com o objetivo de medir ou contar informações, instrumentos como questionários ou enquetes são comumente usados, pois permitem obter dados numéricos ou objetivos, que podem ser analisados estatisticamente. Por outro lado, se o estudo for qualitativo, ou seja, se o objetivo for compreender profundamente as experiências, opiniões ou sentimentos das pessoas, o pesquisador pode utilizar instrumentos como entrevistas ou observações, que possibilitam uma análise mais detalhada e subjetiva dos fenômenos.

Portanto, a escolha do instrumento de coleta de dados vai depender do tipo de pesquisa que o pesquisador está conduzindo e das informações específicas que ele precisa obter para alcançar seus objetivos.

Dentre os instrumentos mais comuns, destacam-se os questionários, as entrevistas, as observações e a análise documental, como resume a seguinte tabela:

Quadro 6 – Tabela de instrumentos de coleta de dados

Instrumento	Descrição	Vantagens	Autor que recomenda o uso do instrumento.
Observações	Abordagem qualitativa em que o pesquisador imerge no ambiente de	Permite capturar nuances que não podem ser	Bardin (2011)

	pesquisa, registrando comportamentos, interações e contextos. Durante a execução da observação, foi mantido um diário de bordo para registrar de forma sistemática e reflexiva as práticas pedagógicas dos docentes em relação ao atendimento dos estudantes surdos.	expressas verbalmente, sendo essencial para entender fenômenos no seu contexto natural.	
Questionários	Utilizados em pesquisas quantitativas para coletar dados de um grande número de participantes. Perguntas padronizadas facilitam a análise comparativa.	Permite coleta eficiente de informações em grande escala com baixo custo. Pode ser aplicado em diferentes contextos.	Gil (2022)
Entrevistas	Podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Buscam uma compreensão profunda das experiências e percepções dos participantes.	Flexibilidade para explorar temas emergentes e criar uma interação mais rica e significativa com os entrevistados.	Minayo (2014)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2024.

Os dados apresentados na tabela, resumem os diferentes instrumentos de coleta de dados, utilizados durante todo o processo da pesquisa e suas características principais, vantagens e as referências que fundamentam cada método sob o olhar da pesquisadora e embasado em leitura dos autores citados.

A escolha do método de coleta de dados depende diretamente dos objetivos e da natureza da pesquisa, e os questionários são ideais para a coleta de dados quantitativos em grande escala, enquanto as entrevistas são mais apropriadas para estudos que buscam entender em profundidade as experiências dos participantes, enquanto as observações são indispensáveis quando se deseja compreender fenômenos em seus contextos naturais, e a análise documental é uma excelente escolha para pesquisas que envolvem fontes históricas ou registros institucionais.

Durante a execução da pesquisa, a observação desempenhou uma função fundamental, pois possibilitou uma compreensão aprofundada do fenômeno investigado dentro de seu contexto real. Nesse processo, foi utilizado um diário de

bordo como ferramenta metodológica, reconhecida pela sua eficácia em documentar percepções, reflexões e acontecimentos de maneira sistemática.

Essa prática permitiu ao pesquisador registrar não apenas dados objetivos, mas também as nuances e os detalhes que, muitas vezes, não são capturados em outros tipos de registros. Ao longo dessa fase, o diário de bordo se mostrou essencial para refletir sobre os aspectos observados e ajustar as abordagens de pesquisa, proporcionando uma visão mais rica e precisa do que estava sendo investigado.

O diário de bordo desempenhou um papel fundamental na coleta de informações detalhadas sobre as práticas pedagógicas, as interações sociais e as estratégias inclusivas dentro do ambiente escolar. Por meio desse registro, foi possível observar o desenvolvimento de diferentes abordagens e a eficácia das estratégias aplicadas, destacando tanto os desafios quanto as conquistas no processo de inclusão. Esses aspectos se mostraram essenciais para uma análise crítica e aprofundada do objeto de estudo, permitindo identificar áreas de aprimoramento e reconhecer as boas práticas que contribuem para uma educação mais inclusiva e equitativa. Como aponta Sanches (2023), o registro contínuo e reflexivo no diário de bordo favorece uma abordagem mais aprofundada e interpretativa dos dados, essencial para a compreensão dos fenômenos educativos em sua complexidade.

No contexto da pesquisa, o diário de bordo serviu não apenas como um instrumento de registro, mas também como uma ferramenta reflexiva que orientou a análise subsequente dos dados. Através dele, foi possível identificar padrões, desafios e oportunidades na prática pedagógica observada, contribuindo para uma visão mais ampla e fundamentada do fenômeno investigado.

Essa etapa de observação foi conduzida com base em princípios éticos rigorosos, garantindo o respeito à privacidade e à confidencialidade das informações dos participantes. O uso do diário de bordo deve ser alinhado a uma postura ética e crítica, assegurando que os dados coletados representem de maneira fidedigna a realidade observada.

O período destinado à aplicação dos questionários e à realização das entrevistas foi conduzido in loco, com o objetivo de garantir maior proximidade com o contexto estudado e permitir uma coleta de dados mais detalhada e confiável. Essa

etapa da pesquisa, essencial para investigações qualitativas, buscou captar as percepções, experiências e práticas dos participantes diretamente em seu ambiente de trabalho, possibilitando uma compreensão mais rica e contextualizada dos fenômenos analisados.

A escolha por realizar as atividades in loco permitiu que os dados coletados fossem influenciados pelo ambiente real dos participantes, uma prática defendida por Flick (2023), que destaca a importância de inserir o pesquisador no contexto do objeto de estudo para compreender as nuances e especificidades das interações sociais e práticas pedagógicas. Esse procedimento facilitou não apenas a interação com os sujeitos da pesquisa, mas também a observação de elementos contextuais que poderiam enriquecer a análise.

Durante a aplicação dos questionários, os participantes tiveram a oportunidade de refletir sobre suas práticas e desafios, enquanto as entrevistas permitiram explorar em maior profundidade suas opiniões, experiências e estratégias, essa combinação de métodos possibilita um entendimento mais holístico dos dados coletados, ampliando a confiabilidade e a validade da pesquisa. Além disso, o ambiente favoreceu a criação de um espaço de diálogo, no qual os participantes se sentiram à vontade para compartilhar suas percepções, esse fator é importante para garantir a espontaneidade e a autenticidade das respostas, elementos essenciais para a análise qualitativa.

Em conformidade com os princípios éticos de pesquisa, os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo, e suas contribuições foram coletadas apenas após o consentimento informado, tendo garantido o respeito à autonomia dos envolvidos, alinhando-se às diretrizes estabelecidas para a realização de pesquisas sociais.

Cada um desses métodos possui suas vantagens e limitações, e suas escolhas foram feitas de forma estratégica, alinhada às necessidades da pesquisa e aos resultados esperados.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos por meio da realização de entrevistas com as participantes da pesquisa – professoras graduadas em Biologia, Química e Geografia, que atuam em turmas que atendem a estudantes surdos. Além disso, serão elaboradas considerações sobre o conteúdo coletado e registrado, com o intuito de compreender de forma detalhada as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelas professoras no contexto educacional inclusivo.

Com base no objetivo estabelecido para esta pesquisa – “Analisar as estratégias de ensino dos professores quanto ao uso de uma pedagogia visual para um ensino inclusivo de estudantes surdos no ensino regular” – destacamos que os resultados apresentados são o fruto de uma interpretação detalhada do material coletado.

Essa análise seguiu a abordagem metodológica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Na presente análise, o método de categorização foi adotado para classificar as respostas obtidas dos professores em três categorias principais: Inclusão, Formação de Professores, Prática da Pedagogia Visual. Essas categorias foram estabelecidas com base nas respostas fornecidas pelos professores em 11 questionamentos centrais.

Bardin (2015) afirma que a categorização é um processo indispensável na análise de dados qualitativos, permitindo a organização sistemática das informações com base em categorias predefinidas ou emergentes. Esse método, segundo a autora, facilita a identificação de padrões e a interpretação dos conteúdos, sendo essencial para a análise de fenômenos complexos, como a inclusão escolar, pois permite organizar e categorizar os dados de forma sistemática, a fim de identificar semelhanças e diferenças, o que contribui para uma compreensão mais clara dos fenômenos estudados. A categorização facilita a organização, síntese e sistematização das informações, possibilitando a identificação de categorias temáticas que oferecem uma visão estruturada e organizada dos dados.

Tal abordagem é especialmente útil em pesquisas que envolvem temas complexos e multifacetados, como a inclusão escolar, em que diferentes percepções e realidades precisam ser exploradas e compreendidas de maneira detalhada.

Mediante prévia análise (visto que, ainda se encontra em processo de construção) foram definidas as seguintes categorias: A primeira categoria, denominada, “A Sinergia entre Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas na Aprendizagem de Estudantes Surdos”, busca compreender a interação entre as diretrizes normativas e as ações pedagógicas concretas nas escolas, investigando como essas políticas influenciam o processo de aprendizagem dos estudantes surdos.

A segunda categoria, “Desafios e Contribuições na Inclusão de Surdos na Escola Regular: Perspectiva dos Professores”, foca nas percepções dos professores sobre as barreiras e as contribuições que surgem durante o processo de inclusão de estudantes surdos na escola regular, evidenciando os obstáculos enfrentados e as práticas que favorecem a inclusão.

Intitulada como “Formação de Professores para o Ensino de Estudantes Surdos: Análise da Formação Inicial e Continuada”, a terceira categoria examina como a formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, influencia suas práticas pedagógicas, e como essa formação pode ser aprimorada para atender melhor às necessidades dos estudantes surdos.

Por fim, a quarta categoria, “A Pedagogia Visual no Ensino de Surdos: Estratégias e Práticas Inclusivas”, investiga as estratégias pedagógicas baseadas na pedagogia visual e como essas práticas contribuem para o desenvolvimento educacional dos estudantes surdos, explorando métodos que respeitem suas especificidades e promovam uma aprendizagem inclusiva.

Essas categorias permitirão uma análise mais profunda dos dados coletados, e contribuirão para a construção de um quadro mais amplo sobre os desafios e avanços na educação inclusiva de surdos nas escolas regulares.

Nesta seção, serão apresentados os dados obtidos por meio da realização de entrevistas com as participantes da pesquisa – professoras graduadas em Biologia, Química e Geografia, que atuam em turmas que atendem a estudantes surdos. Além disso, serão elaboradas considerações sobre o conteúdo coletado e registrado, com o intuito de compreender de forma detalhada as práticas pedagógicas e os desafios enfrentados pelas professoras no contexto educacional inclusivo.

Com base no objetivo estabelecido para esta pesquisa – “Analisar as estratégias de ensino dos professores quanto ao uso de uma pedagogia visual para

um ensino inclusivo de estudantes surdos no ensino regular” – destacamos que os resultados apresentados são o fruto de uma interpretação detalhada do material coletado.

Essa análise seguiu a abordagem metodológica de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Na presente análise, o método de categorização foi adotado para classificar as respostas obtidas dos professores em três categorias principais: Inclusão, Formação de Professores, Prática da Pedagogia Visual, essas categorias foram estabelecidas com base nas respostas fornecidas pelos professores em 11 questionamentos centrais.

Bardin (2015) afirma que a categorização é um processo indispensável na análise de dados qualitativos, permitindo a organização sistemática das informações com base em categorias predefinidas ou emergentes. Esse método, segundo a autora facilita a identificação de padrões e a interpretação dos conteúdos, sendo essencial para a análise de fenômenos complexos, como a inclusão escolar, pois permite organizar e categorizar os dados de forma sistemática, a fim de identificar semelhanças e diferenças, o que contribui para uma compreensão mais clara dos fenômenos estudados. A categorização facilita a organização, síntese e sistematização das informações, possibilitando a identificação de categorias temáticas que oferecem uma visão estruturada e organizada dos dados.

Tal abordagem é especialmente útil em pesquisas que envolvem temas complexos e multifacetados, como a inclusão escolar, em que diferentes percepções e realidades precisam ser exploradas e compreendidas de maneira detalhada.

6.1 A Sinergia entre Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas na aprendizagem de estudantes Surdos.

As políticas educacionais de inclusão têm ocupado lugar nas agendas do Governo Federal, nas últimas décadas. Embora os professores utilizem estratégias de pesquisa e ferramentas tecnológicas para organizar seu trabalho, essas práticas não são aplicadas no contexto da sala de aula com seus estudantes.

Camelo (2021) afirma:

Ao se percorrer a história da Educação Especial no Brasil e no mundo, foi possível observar os mais variados formatos que ela assumiu na

constituição das políticas públicas educacionais, haja vista que em determinados momentos assumiu posturas distintas que vão desde caritativismo, assistencialismo e incapacidade, e em outros momentos assumiu postura mais democrática envolvendo a sociedade civil organizada e comunidade escolar. (Camelo, 2021)

Com base na análise proposta por Camelo, ao revisitar a história da Educação Especial no Brasil e no mundo, compreende-se que ela não seguiu um caminho único ou linear, mas sim oscilou entre diferentes concepções e práticas conforme os contextos sociais, políticos e culturais de cada época. Essa trajetória revela como a Educação Especial foi moldada por visões ora excludentes, ora mais inclusivas, impactando diretamente a formulação das políticas públicas educacionais.

Ao longo da história, a Educação Especial oscilou entre uma abordagem excludente, marcada pelo caritativismo⁵ e assistencialismo⁶ vinculados a visões médicas e religiosas da deficiência, e uma perspectiva mais democrática e inclusiva, impulsionada por movimentos sociais e direitos humanos. Atualmente, busca-se integrá-la à escola comum, com políticas públicas que valorizem a diversidade e garantam o direito à educação para todos. Como destaca Camelo, essa trajetória revela tensões entre modelos excludentes e inclusivos nas políticas educacionais.

A inclusão no ambiente escolar demanda que a instituição de ensino, juntamente com todos os agentes escolares, ofereça um ensino que assegure estratégias pedagógicas, bem como Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, adequadas para promover a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024, definido pela Lei nº 13.005/2014, estabelece dez (10) diretrizes e vinte (20) metas para orientar a educação brasileira durante essa década. A legislação reafirma o princípio de cooperação federativa na política educacional, conforme consta na Constituição Federal (CF) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pois determina que União, Distrito Federal, Estados e Municípios, atuem em regime de colaboração para alcançar as metas e implementar as estratégias do Plano. Além disso, destaca a responsabilidade dos gestores federais, estaduais,

⁵ No contexto da Educação Especial, o caritativismo refere-se a uma visão assistencialista, em que o atendimento às pessoas com deficiência era guiado por ações filantrópicas e não pelo reconhecimento de seus direitos.

⁶ o assistencialismo se manifesta quando o atendimento a pessoas com deficiência é baseado em medidas paliativas e compensatórias — como doações, favores ou ações isoladas — e não na efetivação de direitos educacionais universais, como o acesso à escola regular, ao currículo comum e aos apoios pedagógicos necessários.

municipais e do Distrito Federal, na adoção de medidas governamentais necessárias para atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

O PNE é essencial na Educação Inclusiva, estabelecendo diretrizes para garantir a participação de todos os estudantes, respeitando suas diferenças. Por meio dele, adaptam-se práticas pedagógicas e recursos para atender às necessidades dos estudantes, especialmente os com deficiência, além de tornar a formação contínua dos professores e a adequação do currículo uma realidade, promovendo uma educação equitativa que valoriza a diversidade.

A análise dos anexos e estratégias do PNE revela que a Educação Inclusiva está inserida de forma a abranger esse público, evidenciando o compromisso com a Educação Inclusiva:

4.6 manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação; 4.7. garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. (Brasil, 2014).

O texto do PNE, visa garantir a oferta de educação bilíngue para estudantes surdos e com deficiência auditiva, essa educação bilíngue compreende o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e a modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, abordagem que é implementada em escolas e classes bilíngues, bem como em escolas inclusivas, conforme estabelecido nos termos do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e proporciona uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades específicas, respeitando suas línguas e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Os Planos Estaduais de Educação (PEEs) são documentos estratégicos elaborados pelos estados brasileiros para orientar as políticas educacionais em suas respectivas jurisdições e têm como base estabelecer metas, diretrizes e estratégias

específicas para a educação em cada estado. Esses planos geralmente abrangem diferentes níveis e modalidades de ensino, como a educação básica, o ensino médio, a educação superior, a educação especial, entre outros.

O PEE do Estado do Maranhão, estabelecido pela Lei Nº 10.099, DE 11 DE JUNHO DE 2014, expõe o seguinte texto no seu artigo 3º, quando se fala em educação inclusiva e educação de surdos, para afirmar a necessidade de formação e atuação exitosa nas práticas pedagógicas docentes. “2.27 Inovar práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, com a utilização de recursos educacionais que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos”.

A expressão "inovar práticas pedagógicas" sugere a busca por abordagens educacionais mais dinâmicas e eficientes, enquanto a utilização de "recursos educacionais" destaca a importância de incorporar ferramentas, métodos ou materiais que possam enriquecer e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, onde o foco no "fluxo escolar" indica o interesse em promover uma progressão mais eficiente dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional, enquanto a ênfase na "aprendizagem dos alunos" destaca o compromisso com a obtenção de resultados educacionais mais efetivos e significativos.

Enfatizar a necessidade de inovar as práticas pedagógicas nos sistemas de ensino por meio da incorporação de recursos educacionais, no qual o objetivo principal é garantir melhorias tanto no fluxo escolar quanto na aprendizagem dos estudantes é de grande importância no atual cenário educacional.

Em se tratando de estudantes surdos: 2.28 Incluir a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina nas escolas de Ensino Fundamental. 2.29 Garantir a presença de intérprete de Libras em todas as escolas que efetivarem a matrícula de estudantes surdos. Na redação da meta quatro, se estabelece: 4.20 Garantir a oferta de formação em serviço para os professores da Educação Infantil ao Ensino Médio que possuem estudantes do público-alvo da Educação Especial nas salas de Ensino Regular.

Para a pesquisadora Oliveira (2002), estudiosa da área de educação inclusiva com ênfase em surdez, o ensino inclusivo é sem dúvida desafiador, e para ela, se faz necessário questionar a prática educativa presente no cotidiano das escolas, desumana, muitas vezes, para professores e para estudantes, é o desafio da educação.

O desafio envolvido na implementação da proposta de educação inclusiva, ressaltando, no entanto, a necessidade urgente de uma mudança significativa no sistema educacional, essa ideia de que todas as pessoas merecem respeito, independentemente de suas diferenças, individualidades ou singularidades e que os professores muitas vezes se sentem sobrecarregados, assumindo a responsabilidade pela promoção da inclusão, embora reconheça que essa responsabilidade pertence a toda a sociedade, chamando a atenção para a importância de uma reflexão mais cuidadosa sobre essas questões, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e colaborativa para alcançar a verdadeira inclusão na educação.

No campo das pesquisas relacionadas a educação dos surdos, as políticas de educação inclusiva e a Educação Bilíngue são as mais indicadas no campo da educação, desdobrando-se nas discussões acerca da formação e os processos formativos de professores para às práticas pedagógicas significativamente inclusivas. Lacerda (2017), Quadros (2014) chamam a atenção para que a escola, a educação e o ensino tornem-se a ponte que permita o acesso linguístico aos estudantes surdos promovendo, portanto, a equidade nos processos formativos desses estudantes.

Para muitos pesquisadores da área da educação dos surdos, a Pedagogia Visual tem se tornado um dos recursos didáticos pedagógicos indicados para as práticas educativas dos estudantes surdos (Campello, 2008; Pletsch, 2020; Taveira, 2015; Gomes, Souza, 2020). Após 17 anos da regulamentação da Lei nº 10.436/2002 que foi sancionada reconhecendo a Libras como meio legal de comunicação e expressão no país, e ainda se constata que “[...] muitos professores não possuem o conhecimento da Libras, tornando-se vital a presença de um tradutor intérprete de língua de sinais e português” (Oliveira Neto, 2022, p. 96) nas escolas. Por outro lado, também tem sido desafiador para os intérpretes acompanhar os estudantes surdos nos anos finais do ensino fundamental, principalmente porque estes, na grande maioria não são alfabetizados em Libras.

6.2 Desafios e Contribuições na Inclusão de Surdos na Escola Regular: Perspectiva dos Professores

A inclusão de estudantes surdos nas salas de aula do Brasil, tem se destacado como um tema relevante no campo da educação inclusiva, sendo necessário explorar os desafios enfrentados pelos professores e as contribuições que suas práticas podem oferecer para a promoção de um ensino inclusivo e de qualidade para estudantes surdos.

Incluir estudantes surdos nessas instituições de ensino requer não apenas adaptações físicas e estruturais, mas também a transformação de práticas pedagógicas e a formação contínua dos professores para atender às necessidades específicas desse grupo, pois são eles que desempenham um papel determinante na implementação de estratégias pedagógicas que asseguram o acesso pleno ao currículo e o desenvolvimento integral desses estudantes.

A perspectiva dos professores é essencial para compreender os desafios enfrentados no dia a dia, como a falta de formação adequada, a resistência à mudança e a necessidade de recursos específicos. Além disso, suas contribuições são cruciais para identificar práticas que promovam a interação, a acessibilidade e a integração dos estudantes surdos, favorecendo o desenvolvimento de ambientes educacionais mais inclusivos.

A inclusão de surdos na escola regular ainda enfrenta diversos desafios que se refletem nas práticas pedagógicas, na formação dos professores e na estrutura das instituições de ensino, esses desafios, frequentemente apontados por professores, exigem atenção e adaptação para que o direito à educação de qualidade seja garantido a todos os estudantes.

Cruz (2024) afirma:

“A escola é uma instituição social na qual objetos culturais tomam forma, havendo articulação entre conhecimentos científicos e conhecimentos cotidianos, de modo a transformá-los em conhecimento escolar por meio de abordagens didáticas que carregam uma essência na identidade, no saber e no poder. Diante desse cenário, os sujeitos surdos têm o encontro com pluralidades culturais, com diferentes grupos econômicos e linguísticos. Dessa forma, a escola tem sido alvo de muitas pesquisas e projetos políticos e sociais”. (Cruz, et al 2024, p.55).

Nesse cenário, a escola se torna um objeto de constante investigação e intervenção por parte de projetos políticos e sociais, a inclusão de estudantes surdos, por exemplo, exige adaptações que vão além das questões estruturais, como a presença de intérpretes de Libras. É necessário promover práticas pedagógicas que

valorizem a identidade surda e a cultura visual, considerando as especificidades linguísticas e cognitivas desses sujeitos. As pesquisas sobre a educação inclusiva têm demonstrado a importância de uma escola que reconheça e respeite essas diferenças, não apenas como um dever legal, mas como um princípio ético e educativo.

De acordo com Oliveira e Moraes (2021), a inclusão de surdos na escola regular não se limita à presença física desses estudantes, mas envolve a criação de ambientes educacionais que assegurem o acesso, a participação ativa e o sucesso acadêmico, e os professores, como sujeitos centrais nesse processo, têm um papel decisivo na mediação entre os surdos e o currículo, e sua formação continua sendo um dos principais desafios apontados na literatura e nas percepções dos próprios docentes.

Para facilitar a compreensão dos temas abordados, foi elaborada uma tabela autoexplicativa com perguntas relacionadas à inclusão no ensino regular de estudantes, bem como à inclusão de estudantes surdos. As informações foram coletadas a partir das respostas fornecidas pelos professores, que participaram de um questionário aplicado durante a pesquisa. A tabela busca refletir as percepções e contribuições dos docentes em relação a essas questões.

Quadro 7 – Tabela das percepções e contribuições dos docentes.

PROFESSOR	RESPOSTA			
	Questão 1 Considera a escola inclusiva? Por quê?	Questão 2 Tratando-se do estudante surdo como deveria ser uma escola na perspectiva inclusiva?	Questão 3 Teve informações acerca de estratégias ou práticas inclusivas voltadas para estudantes surdos descreva	Questão 4 O que poderia ser realizado durante a sua docência com estudantes ouvintes e surdos com vistas ao processo de inclusão
Centauro	Não. A escola não atende todas as necessidades gerais e específicas das demandas que recebe.	Os estudantes devem frequentar a sala com intérprete e com atividades adaptadas para as suas necessidades e no contra frequentar uma sala com recurso e tecnologias voltadas para a sua deficiência.	Não participei efetivamente como as práticas necessitava.	Atividades, formações que oportuniza sem uma interação entre os 2 públicos docente e discente

Aldebaran	Sim. A escola possui um espaço físico para trabalho individualizado e uma equipe de profissionais de diversas formações.	A escola deveria possuir além de espaços físicos de interação; formação para outros profissionais e até mesmo cursos rápidos (curta duração) para facilitar a comunicação dos não surdos com estudantes surdos.	Venho observando na escola que trabalho que existe uma preocupação com esses estudantes e sempre que possível, ocorrem atividades que buscam incluir não somente surdos, mas todos todo nosso alunado.	Como disse na questão 3 seria interessante cursos de duração com sinais comuns de linguagem jovem que facilitaria a interação maior. (Questionado o entrevistado não citou exemplos de cursos a que sugeriu).
Sírius	Parcialmente. Há presença de professores do AEE, mas os professores da sala de aula estão despreparados para o ensino dos estudantes do AEE.	Deveríamos ter mais recursos audiovisuais e formação continuada para os professores como forma de termos mais conhecimento sobre nosso estudante surdo.	Sim professores do AEE que nos acompanham nas aulas com relação aos estudantes surdos que acompanham orientam sobre como deveríamos trabalhar o conteúdo na aula como imagens mapas conceituais	Durante minha docência deveria usar mais recursos audiovisuais (mapas conceituais gráficos e imagens).
Betelgeuse	Sim. A escola está sempre buscando suprir as necessidades dos estudantes.	Uma escola adaptada com a realidade do estudante uma escola com tecnologia avançada que ajudaria no processo de aprendizagem.	Se isentou de responder essa questão	Habilitar aulas de acordo qual a realidade desses estudantes e buscar por meio de cursos especializações na área para que possam nos ajudar no ambiente escolar
Alpha	Mais ou menos. A escola deveria ser totalmente adaptada para os estudantes surdos.	Deveria ter formação continuada para toda a comunidade surda. Toda escola ser adaptada.	Alguns, conversando com colegas da área	Uma disciplina voltada apenas para estudantes surdos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2024.

A análise das respostas dos professores às perguntas relacionadas à inclusão escolar evidencia perspectivas diversas, que refletem tanto avanços quanto lacunas no processo de construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, especialmente no atendimento aos estudantes surdos. Esse debate encontra suporte em estudos recentes sobre educação inclusiva, que destacam a importância de políticas educacionais consistentes, formação docente e adaptações estruturais e pedagógicas. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige políticas

educacionais que articulem formação docente, adaptação curricular e suporte estrutural, visando à equidade no ambiente escolar.

Essa afirmação nos leva a refletir sobre a construção de uma escola inclusiva que demanda políticas educacionais consistentes, formação docente, adaptação curricular e suporte estrutural, essenciais para garantir equidade e qualidade na educação de todos os estudantes. A inclusão de estudantes surdos requer estratégias pedagógicas que vão além da inserção física, promovendo participação ativa e significativa e, para isso, é necessário priorizar a formação continuada de professores, recursos tecnológicos e práticas adaptadas. Instituições educacionais devem valorizar a diversidade, criar espaços inclusivos e articular políticas públicas com ações concretas, onde a inclusão é um processo contínuo que exige colaboração e comprometimento de toda a comunidade escolar.

Na primeira questão, os professores apresentaram percepções variadas sobre a inclusão escolar. Centauri apontou uma visão crítica, afirmando que a escola não atende às necessidades gerais e específicas das demandas recebidas, essa perspectiva destaca a insuficiência de políticas de inclusão efetivas, corroborando estudos que identificam a falta de recursos e estratégias como barreiras para a inclusão plena (Silva et al., 2020). Por outro lado, Aldebaran manifestou uma visão positiva, destacando a existência de espaços para trabalho individualizado e uma equipe multiprofissional. Betelgeuse compartilha uma percepção similar, elogiando os esforços da escola para atender às necessidades dos estudantes. Essas respostas sugerem que há iniciativas em andamento para promover a inclusão, mas ainda insuficientes para atender a todas as demandas. A literatura contemporânea enfatiza que a inclusão exige ações sistemáticas e sustentáveis, que vão além da infraestrutura, englobando a formação contínua e a sensibilização de toda a comunidade escolar (Costa et al., 2022).

Sírius, apresentou uma visão parcial, reconhecendo a presença de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas destacando o despreparo dos professores da sala de aula regular para lidar com estudantes que frequentam o AEE. Essa percepção expõe uma lacuna na formação inicial e continuada dos docentes, um tema recorrente na literatura, que ressalta a necessidade de formação específica para lidar com a diversidade em sala de aula. Alpha, por sua vez, enfatizou a necessidade de adaptações mais amplas para atender aos estudantes

surdos, sugerindo que a inclusão ainda é parcial e insuficiente. Essa observação reforça a ideia de que a inclusão não deve ser apenas simbólica, mas concretizada por meio de ações práticas que considerem as especificidades dos estudantes.

As percepções de desafios e contribuições no processo de inclusão escolar, são pontos em comum, observados nas respostas dos professores, e estão relacionados especialmente no contexto da inclusão de estudantes surdos. Todas as respostas indicam a existência de lacunas na implementação da inclusão, sejam elas de ordem estrutural, formativa ou prática, o que aponta para a necessidade de ações mais robustas e integradas.

Com o intuito de identificar as estratégias desenvolvidas para garantir a aprendizagem do estudante surdo, torna-se relevante compreender como esse processo se desenrola no ambiente educacional, pois assim a educação inclusiva busca assegurar que estudantes surdos tenham acesso equitativo ao ensino regular, promovendo metodologias e práticas que considerem suas especificidades.

A compreensão das estratégias adotadas pelos professores é indispensável para analisar como a aprendizagem do estudante surdo é mediada. Tais estratégias podem envolver o uso de recursos visuais, a formação contínua dos docentes, a adaptação de materiais didáticos e a valorização da língua de sinais como meio de comunicação. Portanto, investigar como esses processos acontecem e quais práticas são efetivas contribui para o desenvolvimento de um ensino que valorize a diversidade e assegure o direito de aprendizagem dos estudantes surdos.

Dessa forma, a análise dos depoimentos permite inferir que a inclusão dos estudantes surdos na escola regular enfrenta diversos desafios. Tais desafios estão associados, principalmente, à falta de preparação dos professores, à insuficiência de adaptações e à necessidade de um suporte contínuo e estruturado para atender de forma efetiva as especificidades dos estudantes surdos. Assim, é vital que as instituições de ensino continuem a investir em formação docente, em recursos e em políticas que promovam a inclusão plena e eficaz.

A escola na perspectiva inclusiva é um modelo educacional que visa atender as necessidades de todos os estudantes, independentemente de diferenças como deficiência, raça, gênero, cultura ou outras características. Este modelo se fundamenta em princípios teóricos e práticas baseadas em evidências científicas, promovendo um ambiente que valoriza a diversidade e a equidade. A validação

desses modelos ocorre por meio de autores e orientações teóricas que reforçam a importância da inclusão educacional.

Dentre os principais modelos, destaca-se o de Mantoan (2014), que propõe a "Escola Inclusiva Universal", baseada em adaptações curriculares e metodológicas, permitindo que estudantes com deficiência participem ativamente dos espaços escolares. Outro modelo relevante é o do Atendimento Educacional Especializado (AEE), defendido por Tavares e Souza (2020), que oferece suporte especializado em ambientes regulares para atender as necessidades individuais dos estudantes.

Políticas e legislações, como a LDBEN estabelecida pelo Brasil (1996) e pela UNESCO (2015), reforçam a necessidade de acesso à educação para todos os estudantes, assegurando a formação de professores e a acessibilidade física e pedagógica.

Diversos modelos de escola inclusiva se baseiam na adaptação, diversidade e equidade, com validação tanto acadêmica quanto através de diretrizes políticas. A seguir, apresenta-se uma tabela fundamentada em evidências científicas, que reúne as principais metodologias aplicadas em escolas dentro da perspectiva inclusiva. A tabela destaca não apenas os autores relevantes e suas contribuições teóricas, mas também o impacto dessas abordagens na prática pedagógica, enfatizando estratégias específicas para atender às necessidades dos estudantes. As fundamentações teóricas exploram conceitos-chave, como a valorização da diversidade, a promoção da equidade no processo educativo e a importância do uso de recursos adaptados, tornando-se uma ferramenta essencial para compreender e implementar práticas pedagógicas inclusivas.

A inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar tem sido tema central nas discussões sobre a educação contemporânea, exigindo uma reestruturação das práticas pedagógicas e dos modelos institucionais. Entre as abordagens mais relevantes, destaca-se o modelo de escola inclusiva universal, defendido por Mantoan (2014), que propõe a reorganização da escola para acolher a diversidade de seus estudantes. Segundo essa perspectiva, todos os estudantes devem ser incluídos no ensino comum, e não segregados por suas limitações. Para tanto, é fundamental que haja flexibilização curricular, metodologias acessíveis e um ambiente escolar que favoreça a participação de todos, sem distinção.

Paralelamente, o modelo de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme argumentam Tavares e Souza (2020), tem um papel importante no suporte pedagógico direcionado às especificidades dos estudantes com deficiência. Esse modelo se concretiza por meio de recursos como salas multifuncionais e acompanhamento individualizado, que complementam o ensino regular, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e sua permanência com sucesso no ambiente escolar comum.

Além disso, é essencial considerar o modelo de inclusão respaldado por políticas educacionais e pela legislação vigente, como exposto na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e nos documentos da UNESCO (2015, 2019). Esse modelo reconhece a educação como um direito inalienável, determinando que os sistemas educacionais devem se organizar para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes com deficiência. A legislação impõe responsabilidades ao Estado e às instituições educacionais, ao mesmo tempo que impulsiona a criação de políticas públicas inclusivas e mecanismos de fiscalização e acompanhamento.

Ainda sob esse viés, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Brasil, 1996) reforça a obrigatoriedade de uma educação para todos, sinalizando que a inclusão deve ocorrer em todas as etapas e modalidades da educação, sem exceção. Essa legislação exige um olhar ampliado sobre o papel da escola, não mais como um espaço homogêneo, mas como um lugar plural, onde a diferença é vista como um valor, e não como um obstáculo.

Assim, é imprescindível considerar o modelo de práticas pedagógicas adaptativas e inclusivas, novamente destacado por Mantoan (2014), que chama atenção para a necessidade de formação continuada dos professores e de metodologias que respeitem o ritmo e as singularidades dos estudantes. Nesse modelo, o professor deixa de ser apenas transmissor de conteúdo e passa a ser mediador de processos que garantam aprendizagem significativa para todos, inclusive para aqueles com deficiências.

Cada autor citado trouxe contribuições teóricas importantes para fundamentar as metodologias e modelos de escolas inclusivas, promovendo a prática e o estudo contínuo na área da educação inclusiva. A análise das respostas evidencia que, na perspectiva dos participantes, uma escola inclusiva deve ser um espaço adaptado

às necessidades físicas, tecnológicas e pedagógicas dos estudantes surdos, com profissionais capacitados e ações que promovam a interação e a equidade. Esses elementos se alinham às diretrizes da Educação Inclusiva, que prioriza a adaptação do ambiente escolar para valorizar a diversidade e garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes.

A análise de conteúdo de Bardin realizada permitiu categorizar e compreender essas percepções, contribuindo para o debate sobre como construir uma escola verdadeiramente inclusiva e efetiva, assim as respostas obtidas pelos professores destacam elementos essenciais para a construção de uma escola inclusiva na perspectiva dos estudantes surdos, incluindo infraestrutura adequada, suporte especializado, formação docente e comunitária, e integração tecnológica, onde a inclusão é vista como um processo multifacetado, que requer adaptações tanto no nível pedagógico quanto no estrutural.

6.3 Formação de Professores para o Ensino de Estudantes Surdos: Análise da Formação Inicial e Continuada.

Nos últimos anos, a formação de professores para o ensino de estudantes surdos tem se tornado um tema cada vez mais relevante nas discussões sobre educação inclusiva. Desde os movimentos iniciais em favor da inclusão, nos anos 1990, até os avanços mais recentes, a educação para surdos tem buscado se organizar de maneira a promover a equidade, respeitando e valorizando as especificidades linguísticas e culturais desses estudantes. Nesse cenário, a formação adequada dos educadores se destaca como um fator essencial para garantir que a educação inclusiva seja realmente eficaz, especialmente quando se trata do atendimento às necessidades dos estudantes surdos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 estabelece diretrizes fundamentais para a educação brasileira, incluindo aspectos relacionados à formação inicial e continuada dos professores. O artigo 62 da LDBEN determina que a formação de docentes para atuar na educação básica deve ocorrer em nível superior, por meio de cursos de licenciatura plena, com duração mínima de três anos, além disso, a lei enfatiza a importância da prática de ensino, estabelecendo que a formação docente, exceto para a educação superior, deve incluir, no mínimo, trezentas horas de prática de ensino.

Essa mesma lei também estabelece os princípios e diretrizes para educação básica no Brasil e é substancial no contexto da inclusão. Segundo seu Art. 58, que trata da educação especial, é responsabilidade da escola garantir "acessibilidade, participação e aprendizagem dos estudantes, em condições de igualdade". Artigo esse que prevê que o atendimento educacional seja oferecido preferencialmente em classes comuns, sendo que a formação dos professores é de suma importância para o atendimento adequado dos estudantes com necessidades especiais, incluindo os surdos.

O Art. 59 da LDBEN determina que o sistema de ensino deve assegurar aos professores formação continuada, com foco no desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Isso significa que a lei orienta a preparação dos docentes para atender às especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos, promovendo a formação em Libras e nas práticas pedagógicas específicas que favorecem a inclusão.

A normativa também orienta que a formação de professores deve ser abrangente e contínua, com o objetivo de nortear os docentes para atuar em contextos de inclusão, especialmente no atendimento a estudantes surdos, essa formação em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e o desenvolvimento de práticas pedagógicas bilíngues são aspectos fundamentais para a formação de professores capazes de atender às necessidades educacionais dos estudantes surdos no ensino regular, onde a integração dessas habilidades visa garantir o acesso e a participação plena dos surdos no ambiente escolar, promovendo a equidade e o aprendizado significativo.

No que se refere à formação continuada, o §1º do artigo 62 da LDBEN destaca que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em regime de colaboração, devem promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério, essa disposição legal reconhece a necessidade de que os docentes recebam formação contínua ao longo de sua carreira, visando à atualização e aprimoramento de suas práticas pedagógicas.

Portanto, em seu artigo nº 9.394/96 a LDBEN estabelece uma base legal sólida para a formação inicial e continuada dos professores, reconhecendo a importância de uma educação de qualidade que atenda às diversidades presentes no ambiente escolar. A implementação efetiva dessas diretrizes é essencial para o

desenvolvimento profissional dos docentes e para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os estudantes.

Além das legislações citadas o Art. 10. Da resolução CNE/CP Nº 4, DE 29 DE maio DE 2024 afirma que “Ao final do curso de formação inicial em nível superior o egresso deverá estar apto a”:

IX - Aplicar estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas que promovam a aprendizagem dos estudantes, incluindo aqueles que compõem a população atendida pela Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, e levando em conta seus diversos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos (Brasil, 2024).

Confirmando a importância da formação inicial e continuada dos professores, a mesma resolução apresenta, em seu artigo 14:

Art. 14. Os cursos de formação inicial de profissionais do magistério para a educação escolar básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na Educação Básica, estruturam-se por meio da garantia da base comum nacional e suas orientações curriculares (Brasil, 2024).

Os dois artigos mencionados destacam a importância da prática docente e da atualização metodológica. O artigo 10, inciso IX, enfatiza a aplicação de estratégias de ensino e atividades didáticas diferenciadas, que considerem a diversidade dos contextos culturais, socioeconômicos e linguísticos dos estudantes, especialmente no âmbito da Educação Especial e da educação inclusiva. Enquanto o artigo 14, por sua vez, trata da formação inicial dos profissionais do magistério, propondo cursos de licenciatura que garantam uma base comum nacional, com orientações curriculares voltadas para a docência integrada e a complexidade dos estudos, incluindo a necessidade de uma formação que atenda às exigências de uma educação inclusiva e de qualidade.

Ambos os artigos corroboram a necessidade de que os docentes estejam preparados para aplicar metodologias atualizadas e adequadas às especificidades de cada estudantes, promovendo uma educação inclusiva e de excelência.

Mediante realização da pesquisa e para organizar e analisar as informações coletadas, foi elaborada uma tabela contendo quatro questões-chave, com o objetivo

de explorar as percepções e práticas dos professores em relação à sua formação inicial e continuada.

Quadro 8 – Questionário: Formação de professores e ensino para surdos.

PARTICIPANTE	RESPOSTA
	QUESTÃO 1 EM SUA FORMAÇÃO INICIAL (GRADUAÇÃO) FOI OPORTUNIZADO CONHECIMENTO S TEÓRICOS PRÁTICOS SOBRE A DOCÊNCIA COM ESTUDANTES SURDOS QUESTÃO 2 COMO É EM QUE FREQUÊNCIA OCORRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA SUA ESCOLA PARA ATUAÇÃO COM ESTUDANTES SURDOS INSERIDOS NO ENSINO REGULAR QUESTÃO 3 QUAIS PRÁTICAS INCLUSIVAS E/OU ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA ESTUDANTES SURDOS QUE VOCÊ COSTUMA ABORDAR EM SUA SALA DE AULA QUESTÃO 4 VOCÊ JÁ RECEBEU ALGUM TIPO DE TREINAMENTO OU CAPACITAÇÃO SOBRE O USO DE RECURSOS VISUAIS EM SALA DE AULA? SE SIM COMO ESSE TREINAMENTO IMPACTOU SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
CENTAURI	Não Teve, mas foi insuficiente para minha necessidade Selecionar vídeos com interpretação em Libras para facilitar o ensino e aprendizagem apesar de ser muito complicado de encontrar na minha área (QUÍMICA) Sim já foi para alguns, porém a prática em sala de aula não é tão simples como é apresentado na teoria
ALDEBARAN	Não na época não existia essa preocupação com a inclusão. Minha formação ocorreu na fase entre ser sancionada a lei de diretrizes e bases e sua implantação e por isso acredito na ausência desses conhecimentos ou prática. . Não ocorre formação continuada em nenhuma das escolas (DUAS) que trabalho nem Piauí e nem Maranhão. Quando tenho estudante com domínio em Libras procura explicar pausadamente ou mesmo perguntar ao apoio se preciso explicar novamente. Já trabalho há um bom tempo com esses recursos acredito que eles auxiliam o aprendizado do alunado.
SÍRIUS	Não Não ocorre. Houve duas tentativas de formação continuada na escola Apesar de não saber Libras tento me comunicar com o estudante trabalho conteúdo com cópias do assunto (de preferência com imagens) adaptando as avaliações com Não o pouco que utilizo de recursos visuais em sala foi baseado nas informações que temos da prática pedagógica

			imagens sobre o assunto	
BETELGEUSE	Sim	Não ocorre	Uso de texto impresso, imagens, vídeos.	Não
ALPHA	Não	Pouca frequência	Adaptação das avaliações	Não

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2024.

As questões abordam aspectos essenciais da formação docente, como o uso de recursos visuais no ensino e por meio da tabela, busca-se sistematizar as respostas dos participantes, permitindo uma análise mais clara e objetiva dos dados coletados, facilitando a identificação de padrões, lacunas e necessidades formativas.

Além disso, a organização das respostas em formato tabelar proporciona uma visão detalhada e comparativa sobre as práticas pedagógicas dos professores, possibilitando um olhar crítico sobre a formação docente, especialmente no que diz respeito à utilização de metodologias inclusivas e ao uso de tecnologias e recursos pedagógicos inovadores. A partir dessa análise, será possível refletir sobre as deficiências na formação inicial e a necessidade urgente de programas de formação continuada, capazes de suprir essas lacunas e promover uma prática pedagógica mais eficaz e inclusiva.

A análise das respostas fornecidas pelos participantes do estudo revelou que a maioria não teve acesso, durante sua formação inicial, a conhecimentos teóricos ou práticos voltados para a docência com estudantes surdos. Apenas um relatou ter recebido conteúdos relevantes em sua graduação,

Essa situação reflete uma lacuna histórica no sistema de ensino superior brasileiro, no qual, até recentemente, a educação inclusiva não era priorizada nos currículos de licenciatura. Como apontam Silva e Carvalho (2023), a inclusão de disciplinas sobre Libras e práticas pedagógicas bilíngues ainda é uma novidade em muitos cursos, o que demonstra a necessidade de ajustes estruturais no planejamento educacional para atender às demandas da inclusão.

No que se refere à formação continuada, apenas um mencionou sua existência, embora tenha destacado que os conteúdos oferecidos foram insuficientes. Dos participantes, quatro afirmaram que a formação continuada ou não ocorre, ou acontece de maneira esporádica. Segundo Pereira e Souza (2022), A formação continuada exerce uma função primordial na atualização dos docentes,

especialmente para atender às necessidades de uma educação inclusiva de qualidade, no entanto, fatores como a falta de recursos, baixa frequência e ausência de políticas consistentes dificultam sua implementação.

Quanto às práticas inclusivas, as estratégias relatadas variaram significativamente entre os participantes. Destacou-se o uso de vídeos com interpretação em Libras para facilitar o ensino, embora tenha ressaltado a dificuldade de encontrar materiais específicos para sua área de atuação, como Química. Um dos professores relatou buscar apoio de intérpretes e realizar explicações pausadas para facilitar a compreensão, outro mencionou a adaptação de conteúdos com imagens e textos, enquanto um terceiro afirmou adaptar as avaliações para atender às necessidades dos estudantes surdos.

Essas estratégias evidenciam esforços individuais para suprir a falta de formação inicial e continuada, como afirmam Lima et al. (2024), que apontam que, sem uma formação adequada, os professores muitas vezes recorrem a adaptações baseadas em tentativa e erro, limitando o impacto de suas práticas pedagógicas.

Sobre o uso de recursos visuais, Centauri e Aldebaran relataram experiências com treinamentos, destacando a importância desses recursos para o aprendizado de estudantes surdos. Contudo, Centauri ressaltou que a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos é mais complexa do que o apresentado na teoria, enquanto Sírius e Alpha afirmaram não ter recebido nenhum tipo de formação nesse sentido.

Costa e Almeida (2023), reforçam que os recursos visuais são ferramentas indispensáveis para o ensino de surdos, mas sua eficácia está diretamente ligada a uma formação contínua e especializada dos professores.

A análise evidencia um padrão consistente de insuficiência na formação inicial e continuada dos professores, o que impacta diretamente na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e no uso eficaz de recursos visuais em sala de aula. A ausência de formação em Libras e de estratégias bilíngues é um tema recorrente e reforça a necessidade urgente de políticas públicas que priorizem esses aspectos. Como previsto na legislação brasileira, incluindo a LDBEN e a Lei nº 10.436/2002 (Lei de Libras), é imprescindível investir em formação bilíngue, treinamentos específicos e estratégias inclusivas para assegurar o direito à educação de qualidade para todos.

A formação de professores no Brasil enfrenta desafios estruturais que refletem diretamente na qualidade da educação inclusiva oferecida nas escolas. Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas à inclusão, a formação docente ainda é marcada por fragilidades significativas, especialmente no que diz respeito à preparação para trabalhar com estudantes com deficiência, incluindo aqueles com surdez.

Os cursos de licenciatura, em sua maioria, não contemplam de forma sistemática disciplinas obrigatórias que abordem práticas pedagógicas inclusivas e segundo Silva e Carvalho (2023), essa ausência compromete a formação de futuros professores, deixando-os sem os conhecimentos teóricos e práticos necessários para atender às especificidades de estudantes surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida como meio de comunicação oficial da comunidade surda, muitas vezes não é tratada como componente essencial nos currículos de formação inicial.

Além disso, a pedagogia visual e as estratégias bilíngues, ferramentas fundamentais para o ensino de estudantes surdos, são negligenciadas na formação inicial. Lima et al. (2024) destacam que “a ausência de formação específica contribui para práticas pedagógicas improvisadas e, muitas vezes, ineficazes”, lacuna essa que não só prejudica o desempenho escolar dos estudantes, mas também dificulta o estabelecimento de vínculos pedagógicos, essenciais para uma educação humanizada e equitativa.

No âmbito da formação continuada, a realidade também é preocupante, Pereira e Souza (2022) ressaltam que, embora essa modalidade seja importante para a atualização dos professores, ela ocorre de maneira esporádica e com baixa frequência em muitas redes de ensino. Sem acesso a formações regulares e fundamentadas nas demandas contemporâneas, os professores se veem obrigados a recorrer a práticas intuitivas e pouco embasadas em teorias educacionais consolidadas.

Essas fragilidades não podem ser analisadas de forma isolada, elas estão inseridas em um contexto mais amplo de desvalorização da profissão docente, caracterizado por baixos salários, sobrecarga de trabalho e escassez de recursos pedagógicos. Conforme apontam Costa e Almeida (2024), “é imprescindível que as

políticas públicas priorizem a formação inicial e continuada dos professores como pilares da educação inclusiva”.

Segundo Macêdo (2022):

Ao longo da História, de acordo com o período vivenciado, a educação de surdos foi influenciada pelas filosofias educacionais. Com isso, passou tanto por transformações, como também por ações discriminatórias que, muitas vezes, beneficiou a maioria ouvinte que exercia seu poder no âmbito educacional. (Macêdo, 2022)

A partir do exposto destaca-se que, ao longo da história, a educação de surdos foi moldada pelas filosofias educacionais predominantes em cada período, o que resultou em transformações significativas, mas também em ações discriminatórias. Muitas dessas ações favoreciam a maioria ouvinte, que detinha o poder no contexto educacional, marginalizando os surdos e suas necessidades específicas. Isso reflete como a educação de surdos foi muitas vezes influenciada por uma perspectiva excludente, que não respeitava as particularidades culturais e linguísticas dos surdos.

Portanto, é urgente que os currículos das licenciaturas sejam revisados para incluir disciplinas obrigatórias voltadas para práticas pedagógicas inclusivas, com ênfase na Libras, pedagogia visual e estratégias bilíngues, além disso, deve-se investir em programas regulares de formação continuada que ofereçam suporte aos professores atuantes, assim somente com a valorização da formação docente será possível assegurar uma educação que promova a equidade e o respeito às diferenças, concretizando o ideal de inclusão previsto na legislação brasileira.

6.4 A Pedagogia Visual no Ensino de Surdos: Estratégias e Práticas Inclusivas

O ensino de surdos requer uma abordagem pedagógica adaptada às características desse grupo, pois envolve diferenças significativas na comunicação, percepção e interação com o mundo. A cultura surda também possui valores e tradições únicas, que devem ser respeitados para um ensino eficaz. O professor necessita compreender que o surdo percebe o mundo de forma visual e espacial, exigindo metodologias adaptadas. Nesse sentido, conhecer o sujeito em sua integralidade como afirma Silva (2021):

Quando se pensa no processo de aquisição da língua escrita pela criança surda, há a necessidade de se pensar sobre as várias formas e métodos que podem ser utilizados para que se atinja o seu pleno desenvolvimento. Para que isso ocorra, é preciso que o professor busque entender um pouco sobre a identidade cultural dessa criança, e mais, procure entender quem é o seu aluno e o que ele pensa, para que partindo da ciência da realidade desse seu aluno, possa ir atrás de metodologias que consigam desenvolver as suas habilidades. (Silva, 2021)

A fala da autora destaca a importância de se considerar a diversidade de formas e métodos no processo de aquisição da língua escrita por crianças surdas, enfatizando que, para garantir o pleno desenvolvimento dessas habilidades, o professor precisa conhecer a identidade cultural do aluno surdo, entendendo não apenas suas particularidades linguísticas, mas também quem ele é e o que pensa. A partir desse entendimento, o educador pode adotar metodologias mais eficazes e adequadas à realidade do aluno, possibilitando um aprendizado mais significativo e respeitoso.

A pedagogia visual emerge como um campo de prática e pesquisa essencial para o ensino de estudantes surdos, ao reconhecer a visualidade como um elemento central no processo de aprendizagem, essa abordagem pedagógica valoriza a utilização de recursos visuais, tecnologias assistivas e práticas bilíngues que combinam a Libras e o português escrito, promovendo uma educação mais inclusiva e equitativa.

No ensino de surdos, a comunicação visual não apenas auxilia na compreensão dos conteúdos curriculares, mas também respeita a especificidade cultural e linguística desses estudantes. Segundo Lima et al. (2024), a inclusão de elementos como vídeos com interpretação em Libras, mapas mentais, diagramas e infográficos contribui significativamente para tornar o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e acessível, além disso, o uso de tecnologias digitais, como aplicativos educativos e plataformas interativas, fortalece a autonomia dos estudantes surdos.

Outro aspecto relevante da pedagogia visual no ensino de surdos é a formação docente, a LDBEN e a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua oficial das comunidades surdas no Brasil, destacam a importância de capacitar professores para atuar em contextos bilíngues, contudo, como apontam Costa e Almeida (2023), a formação inicial e continuada ainda apresenta lacunas, dificultando a implementação de práticas pedagógicas eficazes.

Entre as estratégias visuais mais utilizadas estão os materiais didáticos adaptados, como livros ilustrados, recursos multimodais e conteúdos traduzidos para Libras, essas práticas são fundamentais para garantir a participação ativa dos estudantes surdos no ensino regular e evitar a exclusão educacional. Pereira e Souza (2022) ressaltam que a pedagogia visual não se limita ao uso de recursos tecnológicos, mas engloba também a criação de ambientes de aprendizagem colaborativos, nos quais os estudantes possam interagir e construir conhecimento de forma significativa.

A aplicação da pedagogia visual no ensino de surdos exige um compromisso com a acessibilidade e a inclusão, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Assim, os recursos visuais devem ser integrados ao planejamento pedagógico como instrumentos para eliminar barreiras e proporcionar igualdade de oportunidades. Essa abordagem reforça o direito à educação de qualidade e à participação plena na sociedade, destacando o papel do professor como mediador do conhecimento visual e cultural.

A pedagogia visual no ensino de surdos é uma prática indispensável para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e para que seu impacto seja ampliado, é necessário investir em formação docente, desenvolvimento de materiais acessíveis e sensibilização da comunidade escolar, mediante essa realidade será possível assegurar que a educação visual se torne um pilar essencial no aprendizado e na integração dos estudantes surdos no ambiente escolar, mas não o torna único campo de aprendizagem.

Questionados sobre a prática da pedagogia visual, cujos resultados estão sintetizados na tabela abaixo, os professores pesquisados responderam três questões que abordaram o conhecimento, a utilização e as percepções dos docentes sobre a aplicação de recursos visuais nas suas práticas pedagógicas, especialmente no contexto de ensino para estudantes surdos.

A análise dos dados obtidos a partir das respostas dos professores à pesquisa sobre o uso de recursos visuais nas aulas permite refletir sobre as práticas pedagógicas adotadas na escola e a compreensão que esses docentes têm sobre a importância dos recursos visuais, especialmente no ensino para estudantes surdos, que estão abaixo relacionadas.

Quadro 9 – Questionário: recursos visuais e prática da pedagogia visual

PROFESSOR	RESPOSTA		
	QUESTÃO 1 Quais tipos de recursos visuais você utiliza frequentemente em suas aulas (como vídeos gráficos imagens mapas conceituais)? você considera esses recursos eficazes para o aprendizado dos estudantes	QUESTÃO 2 Você conhece o conceito de pedagogia visual?	QUESTÃO 3 Em sua opinião de que forma os recursos visuais podem facilitar a compreensão dos conteúdos especialmente para os estudantes surdos
CENTAURI	. Vídeos gráficos imagens experiências práticas dentre outros esses recursos. São muito importantes porque facilita a absorção e concretização do conhecimento	Não	São importantes porque estreita me e facilitam o acesso ao conhecimento de uma forma mais concreta e eficaz.
ALDEBARAN	Já usei gráficos vídeos imagens e mapas mentais nas minhas aulas. Acredito neles como recursos para fixação de conteúdo e melhor aprendizado	Não conheço, mas fiquei curioso e vou pesquisar sobre.	Acredito que para a comunidade (estudantes surdos) os recursos visuais devem facilitar e muito o processo de ensino aprendizagem.
SÍRIUS	Raramente uso vídeos e cópia do assunto com imagens não considero esses recursos eficazes pela frequência em que são usados	Não conheço imagino que seja voltar-se para os recursos visuais na educação	Os recursos visuais são de relevância para a compreensão dos conteúdos por parte dos estudantes surdos pela deficiência auditiva esses estudantes têm muita percepção visual
BETELGEUSE	Imagens sim	Sim	Sim pois possibilita ao estudante o melhor desenvolvimento e compreensão do conteúdo trabalhado em sala.
ALPHA	Imagens quando os recursos são bem preparados e bem utilizados são bem eficazes	Não	Prende atenção do estudante a compreensão do conteúdo, estimula o estudante para aprendizagem, aumenta o interesse do estudante pelo conteúdo

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, novembro de 2024.

Ao serem questionados sobre os tipos de recursos visuais utilizados com frequência em sala de aula e sua eficácia para o processo de ensino-aprendizagem, a maioria dos professores citou elementos como vídeos, gráficos, imagens, mapas conceituais e experiências práticas. Esses recursos foram valorizados por sua capacidade de facilitar a fixação do conteúdo e tornar o conhecimento mais concreto e acessível. Professores como Centauri e Aldebaran destacaram que tais elementos

auxiliam na absorção do conteúdo e contribuem para um aprendizado mais eficaz, especialmente por favorecerem a compreensão de temas mais abstratos. Alpha, por sua vez, apontou que, quando bem preparados e utilizados adequadamente, os recursos visuais prendem a atenção do estudante e aumentam seu interesse pelo conteúdo.

Essa percepção empírica demonstra uma valorização prática dos elementos visuais, ainda que nem todos os professores os utilizem com regularidade. Sírius, por exemplo, revelou que raramente faz uso desses recursos e que não os considera eficazes, justamente pela pouca frequência com que são empregados em seu cotidiano docente, o que evidencia certa distância entre intenção pedagógica e prática efetiva.

Quando instigados sobre o conhecimento do conceito de pedagogia visual, a maior parte dos docentes declarou desconhecer-lo. Centauri, Alpha e Sírius responderam negativamente, enquanto Aldebaran demonstrou curiosidade e interesse em conhecer mais sobre o tema. Apenas Betelgeuse afirmou conhecer a pedagogia visual. Essa lacuna de conhecimento revela um desafio importante no campo da formação docente, principalmente no que tange à qualificação para práticas pedagógicas inclusivas que valorizem a visualidade como estratégia central para o ensino. A pedagogia visual, enquanto abordagem que prioriza elementos visuais como linguagem de mediação e significação, mostra-se especialmente pertinente para o trabalho com estudantes surdos, cujo canal principal de aprendizagem é a visão. A ausência desse conhecimento entre os professores aponta para a necessidade urgente de formação continuada que contemple essa perspectiva como fundamento didático-metodológico.

Apesar do desconhecimento teórico sobre o conceito de pedagogia visual, os professores demonstraram sensibilidade prática para compreender a importância dos recursos visuais na aprendizagem de estudantes surdos. Todos os entrevistados reconheceram que esses recursos favorecem a acessibilidade e o entendimento dos conteúdos por esse público. As falas revelam que há uma consciência de que a percepção visual desempenha papel central para os estudantes surdos, conforme destaca Sírius ao afirmar que “os recursos visuais são de relevância para a compreensão dos conteúdos por parte dos estudantes surdos pela deficiência auditiva, pois esses estudantes têm muita percepção visual”.

Betelgeuse reforça essa visão ao declarar que tais recursos possibilitam ao estudante “melhor desenvolvimento e compreensão do conteúdo trabalhado em sala”. Alpha também atribui aos recursos visuais o potencial de estimular a aprendizagem e o interesse dos estudantes, o que amplia as possibilidades de engajamento e participação em sala de aula.

Dessa forma, a análise evidencia que, embora os docentes reconheçam a eficácia dos recursos visuais e compreendam, ainda que de forma empírica, sua importância no processo educativo de estudantes surdos, há uma lacuna significativa no que diz respeito ao embasamento teórico sobre pedagogia visual. Esse cenário aponta para a necessidade de políticas formativas que abordem não apenas o uso técnico de recursos, mas que promovam reflexões mais profundas sobre práticas pedagógicas inclusivas, considerando as especificidades da surdez. A valorização da visualidade, aliada ao conhecimento teórico e metodológico, pode ampliar a qualidade da inclusão escolar, garantindo não apenas acesso, mas sobretudo, permanência e aprendizagem significativa para os estudantes surdos.

O resultado encontrado a partir dessa análise aponta para uma prática pedagógica marcada por esforços pontuais e intuitivos no uso de recursos visuais, que são reconhecidos pelos professores como ferramentas eficazes para potencializar o aprendizado de todos os estudantes, sobretudo os surdos.

Observa-se que, embora os docentes utilizem vídeos, gráficos, imagens e experiências práticas em sala de aula e percebam seus benefícios, esse uso ainda ocorre de maneira não sistematizada e, em muitos casos, sem respaldo teórico. A maioria dos professores não conhece o conceito de pedagogia visual, o que evidencia uma lacuna formativa relevante, principalmente em um contexto de inclusão, no qual o domínio de estratégias visuais pode fazer toda a diferença para garantir a compreensão e o engajamento dos estudantes com deficiência auditiva.

Além disso, os dados revelam uma contradição entre a valorização dos recursos visuais e a efetiva apropriação desses instrumentos como parte de uma proposta pedagógica estruturada. Isso demonstra a urgência de investimentos na formação continuada de professores, com foco na pedagogia visual como campo teórico e prático, a fim de que esses recursos deixem de ser utilizados apenas de forma complementar e passem a integrar, de fato, o planejamento e a execução das práticas educativas inclusivas. Portanto, o principal achado desta análise é que

existe entre os professores uma intuição pedagógica favorável ao uso da visualidade como ferramenta de ensino, mas ainda carente de aprofundamento teórico e de respaldo institucional que favoreça uma prática intencional, crítica e inclusiva.

7 RECURSO EDUCACIONAL

Os Mestrados Profissionais distinguem-se por sua ênfase na aplicação prática do conhecimento acadêmico em contextos profissionais. Uma de suas características centrais é a elaboração e validação de produtos técnicos ou tecnológicos, que funcionam como resultados tangíveis do processo de pesquisa e aprendizagem. Esses produtos são desenvolvidos com o objetivo de solucionar problemas reais, atender demandas específicas de um campo profissional ou aprimorar práticas em um determinado setor.

De acordo com a Portaria Normativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nº 17/2009, os produtos técnicos podem assumir diversas formas, como manuais, aplicativos, propostas pedagógicas, recursos educacionais, sistemas ou metodologias, dependendo das finalidades do curso e da área de aplicação. Esses produtos devem estar alinhados com os objetivos do programa de mestrado, garantindo relevância prática, inovação e contribuição direta ao contexto profissional ao qual se destinam.

A configuração desse tipo de produção acadêmica reflete o compromisso dos Mestrados Profissionais com a integração entre teoria e prática, fortalecendo a formação de profissionais altamente capacitados para enfrentar desafios contemporâneos e propor soluções efetivas no âmbito de suas áreas de atuação.

O Recurso Educacional configura-se como uma ferramenta pedagógica desenvolvida para atender às demandas específicas do contexto educacional, com o propósito de promover a aprendizagem significativa e fomentar a inclusão. Além de responder às necessidades diversificadas dos estudantes, o recurso visa ampliar as possibilidades de interação e engajamento, garantindo acessibilidade e equidade no processo de ensino-aprendizagem.

A importância dos recursos educacionais para a sociedade está diretamente ligada à promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade, visto que eles respondem a desafios contemporâneos, como a inclusão de estudantes com deficiência, a integração de tecnologias no ambiente escolar e a necessidade de formação continuada de professores, onde a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta para a utilização de recursos pedagógicos que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes, ressaltando a necessidade de práticas que

valorizem a diversidade cultural e a equidade no ensino (Brasil, 2018). Além disso, a finalidade dos produtos educacionais vai além da sala de aula, impactando positivamente a sociedade ao preparar cidadãos mais críticos e participativos.

No campo acadêmico, os produtos educacionais desempenham um papel significativo ao aliar teoria e prática. Eles são resultado de pesquisas que buscam solucionar problemas educacionais concretos, representando uma ponte entre a ciência e a prática pedagógica. Braga (2024) enfatiza que o desenvolvimento de produtos educacionais baseados em protocolos cientificamente validados é essencial para a materialização de práticas pedagógicas efetivas, especialmente no contexto da educação inclusiva.

Assim, a importância dos produtos educacionais reside em sua capacidade de democratizar o acesso ao conhecimento, reduzir desigualdades e valorizar a diversidade. Para que cumpram plenamente sua função, é imprescindível que sejam elaborados com base em evidências científicas e em diálogo com as demandas dos diferentes contextos educacionais, consolidando-se como ferramentas indispensáveis para a construção de uma educação transformadora e equitativa.

Portanto, o e-Book aqui apresentado é descrito como um meio interativo e acessível que amplia as possibilidades de leitura, aprendizado e disseminação do conhecimento no cenário contemporâneo e objeto facilitador de aprendizagem.

7.1 E-book: o produto da pesquisa.

A literatura ainda não apresenta um consenso definitivo quanto ao uso dos termos "e-Book", "Livro Digital" ou "Livro Eletrônico". Esses termos são frequentemente empregados de forma intercambiável, mas sua definição e aplicação podem variar conforme o contexto e a área de estudo. Enquanto alguns autores preferem utilizar "e-Book" para se referir especificamente a um livro digital interativo e de fácil acesso por meio de dispositivos eletrônicos, outros utilizam "Livro Digital" ou "Livro Eletrônico" para englobar uma variedade mais ampla de formatos, desde textos simples até obras multimídia. A diversidade de nomenclaturas reflete as diferentes abordagens e visões sobre as implicações e os limites do conceito de livro no ambiente digital.

Um e-Book, ou livro eletrônico, em meios as nomenclaturas pode ser classificado como um recurso digital que reproduz o conteúdo de obras literárias, científicas ou técnicas em um formato acessível por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, tablets e smartphones, esse formato se diferencia do livro impresso por sua flexibilidade de acesso e pelas possibilidades interativas que oferece, como busca por palavras-chave, anotações digitais, ajustes de tamanho de fonte e inserção de conteúdo multimídia, dependendo da plataforma utilizada. Um e-Book não é apenas uma transposição do texto impresso para o meio digital, mas sim uma reconfiguração do próprio conceito de leitura, permitindo que o conteúdo seja integrado a novas experiências tecnológicas. Ele também destaca que o e-Book democratiza o acesso ao conhecimento, especialmente em contextos onde a distribuição de livros físicos enfrenta desafios, como regiões remotas ou comunidades com restrições econômicas.

Além disso, Costa (2022), reforça que os e-Books têm se tornado uma ferramenta pedagógica significativa, permitindo que estudantes e professores acessem conteúdos de forma ágil e sustentável, contribuindo para práticas educacionais inovadoras, o autor também aponta que, em tempos de crescente digitalização da sociedade, os e-Books representam um passo essencial para a integração tecnológica no campo educacional.

O Recurso Educacional elaborado nesta pesquisa foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para a prática pedagógica inclusiva, com foco específico na educação de estudantes surdos. A organização desse material foi estruturada em diversas seções, cada uma com uma finalidade clara e alinhada à proposta de promover a inclusão por meio de abordagens pedagógicas baseadas na pedagogia visual.

Inicialmente, o e-book aqui apresentado possui uma descrição geral, que destaca seu propósito e público-alvo: estudantes surdos e os professores que atuam diretamente com eles. Essa introdução contextualiza o leitor sobre a relevância do material no âmbito educacional e seu potencial para transformar práticas de ensino, é imprescindível que os produtos educacionais estejam alinhados às demandas reais das escolas, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento.

Uma das seções do material aborda a definição de e-Book, evidenciando a escolha desse formato para a disseminação das informações, descrito como uma

ferramenta digital dinâmica e acessível, adequada às práticas pedagógicas que demandam flexibilidade e interação. De acordo com Moran (2021), o uso de tecnologias digitais no ambiente escolar amplia as possibilidades de ensino, tornando os conteúdos mais acessíveis e atrativos para diferentes perfis de estudantes.

Outro aspecto central do Recurso Educacional é a inclusão de sequências didáticas voltadas para as disciplinas de Geografia, Biologia e Química, planejadas com base na pedagogia visual, integrando recursos como imagens, vídeos, gráficos e mapas conceituais. Tais elementos são especialmente relevantes no ensino de estudantes surdos, pois favorecem a compreensão dos conteúdos ao explorar a linguagem visual, conforme reforçado por Gesser (2020), que destaca o papel dos recursos visuais como mediadores na construção do conhecimento para surdos.

Além disso, o material inclui uma seção com sugestões de recursos, como sites, cursos e materiais didáticos, que têm como objetivo apoiar os professores no planejamento e execução de atividades pedagógicas. Esses recursos foram selecionados com o intuito de enriquecer a prática docente e proporcionar um repertório diversificado para o ensino inclusivo.

As considerações finais do e-book destacam a relevância do material para a promoção de práticas pedagógicas inclusivas e a valorização da pedagogia visual como estratégia fundamental para o ensino de estudantes surdos. Essa seção reflete sobre os impactos positivos do uso de recursos visuais na aprendizagem e na interação em sala de aula, alinhando-se às diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que reforça a necessidade de estratégias adaptadas às particularidades dos estudantes. Por fim, o material é fundamentado em uma robusta lista de referências, que inclui obras acadêmicas, legislações e estudos recentes sobre educação inclusiva, garantindo sua credibilidade e alinhamento com as normas da ABNT.

Todo esse processo foi sintetizado e organizado no quadro a seguir, que apresenta de forma estruturada as etapas e componentes do Recurso Educacional desenvolvido nesta pesquisa, refletindo a necessidade de reforçar a integração de diferentes elementos pedagógicos, desde a definição do formato escolhido até as estratégias didáticas propostas, sempre com o foco na educação inclusiva e na pedagogia visual como eixo central.

Quadro 10 - Descrição do Recurso Educacional

SEÇÃO	DESCRIÇÃO
Descrição do Recurso Educacional	Apresentação detalhada do recurso educacional, incluindo seu objetivo principal, público-alvo e relevância para a prática pedagógica com estudantes surdos.
Definição de e-Book	Explicação teórica sobre o conceito de e-Book, sua importância no contexto educacional e sua aplicação como ferramenta de ensino, com referencial teórico adequado.
O estudante surdo e a pedagogia visual.	Descrição das particularidades e potencialidades baseadas no visual e a importância do uso de recursos visuais na educação dos surdos
Sequências Didáticas	Propostas de sequências didáticas específicas para as disciplinas de Geografia, Biologia e Química, elaboradas com base na pedagogia visual para educação de surdos.
Sugestões de Recursos	Indicação de sites, cursos e materiais complementares que possam auxiliar os professores no planejamento e na prática educativa com estudantes surdos.
Considerações Finais	Reflexão sobre o impacto do recurso educacional, sua contribuição para a prática docente e a importância da pedagogia visual no ensino inclusivo.
Referências	Listagem das fontes teóricas e práticas consultadas para a elaboração do recurso educacional, seguindo as normas da ABNT.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, dezembro de 2024.

Esse conjunto de seções evidencia a relevância do produto educacional para a prática pedagógica contemporânea, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

7.2 O processo de elaboração de Recurso Educacional

O recurso educacional, no contexto do Mestrado Profissional, surge como um componente essencial para consolidar tanto a formação acadêmica quanto a prática pedagógica do mestrando, além de se configurar como uma ferramenta indispensável para aplicar variadas metodologias que atendem às necessidades educacionais contemporâneas. No contexto da presente pesquisa, o desenvolvimento deste produto teve como propósito principal oferecer um recurso eficaz para a implementação da educação inclusiva, com foco no atendimento específico ao estudante surdo. Nesse sentido, a criação de um e-Book informativo se mostrou a opção mais apropriada para compilar, organizar e disseminar

conhecimentos sobre a surdez, contribuindo significativamente para ampliar a compreensão dos docentes sobre como adaptar suas abordagens pedagógicas e promover uma inclusão genuína.

O e-Book proposto se configura como um material de apoio pedagógico, alicerçado em práticas pedagógicas atualizadas relacionadas à Educação Inclusiva e à Surdez. Ele não apenas aborda aspectos teóricos, mas também apresenta estratégias e práticas que favorecem a aprendizagem dos estudantes surdos, com o objetivo de refletir sobre como adaptar metodologias para garantir que a educação seja de fato acessível e inclusiva.

O intuito desse recurso é proporcionar uma ferramenta prática que auxilie os professores a reestruturarem suas práticas pedagógicas, criando um ambiente de ensino que considere as especificidades de seus v e garanta que todos possam vivenciar o processo de aprendizagem de maneira significativa. Tal perspectiva resgata a importância de se adaptar o currículo e as metodologias pedagógicas, de forma a oferecer um ensino efetivo para estudantes com diferentes realidades.

Um ponto central que permeia toda a construção desse recurso educacional é a compreensão de que a inclusão não deve ser confundida com a simples integração dos estudantes surdos no ambiente escolar. A integração, de acordo com Mantoan (2020), se limita à presença física do estudante, enquanto a inclusão exige ações deliberadas e contínuas para atender às suas necessidades específicas, proporcionando uma participação ativa e plena em todas as etapas do processo educacional.

Incluir significa, portanto, reconhecer e valorizar a diversidade, respeitando as diferenças e incorporando-as ao processo pedagógico como elementos enriquecedores da aprendizagem, e a pedagogia inclusiva, pressupõe uma prática educativa que não apenas respeita a diversidade, mas que busca transformar a realidade escolar para que todos os estudantes, independentemente das suas diferenças, possam alcançar seu pleno potencial.

Dessa forma, o e-Book proposto vai além de ser um simples recurso informativo; ele é, acima de tudo, um convite à reflexão constante sobre a prática pedagógica e suas implicações no ensino de surdos. Seu propósito é sensibilizar os docentes para as possibilidades de metodologias inclusivas que respeitam as especificidades dos estudantes surdos, ao mesmo tempo em que permitem uma

integração de saberes e práticas, enriquecendo o processo educacional como um todo. Assim, o recurso educacional não se limita a atender às exigências acadêmicas do Mestrado Profissional, mas busca também contribuir efetivamente para o avanço da educação inclusiva no Brasil, ressaltando a importância de uma formação docente contínua, voltada para uma reflexão crítica e adaptativa.

A inclusão, como evidenciado, não deve ser uma simples adaptação superficial das práticas pedagógicas; ela exige um esforço contínuo de todos os envolvidos no processo educacional para garantir que cada estudante, independentemente de suas particularidades, possa alcançar seu potencial máximo, em um ambiente que valorize a diversidade e promova um aprendizado acessível e significativo para todos. Em síntese, ao focar na elaboração de um e-Book como recurso educacional, a presente pesquisa busca não apenas satisfazer os requisitos do Mestrado Profissional, mas também fazer uma contribuição significativa à construção de uma educação inclusiva que leve em consideração, com respeito e profundidade, as necessidades dos estudantes surdos.

Estando atentas à questão formativa, tanto inicial quanto continuada, das docentes participantes desta pesquisa, inferimos que elas não estão devidamente preparadas para elaborar e implementar ações inclusivas voltadas ao atendimento de estudantes surdos. Essa constatação fundamenta-se em duas principais evidências: primeiramente, nos relatos das próprias docentes, obtidos por meio das entrevistas, que indicam uma percepção de insuficiência na formação voltada para as necessidades educacionais específicas dos estudantes surdos; e, em segundo lugar, no fato de que as disciplinas abordadas durante os cursos de graduação, que envolvem a Surdez, limitam-se exclusivamente ao ensino da Libras, sem contemplar aspectos mais amplos da inclusão escolar, como as metodologias pedagógicas, as adaptações curriculares e as práticas educacionais que atendem a toda a diversidade presente no ambiente escolar.

A falta de uma formação abrangente, que considere a pluralidade de desafios enfrentados pelos estudantes surdos, reflete-se diretamente nas práticas pedagógicas cotidianas dos docentes. Além disso, a formação continuada, como defende Saviani (2018), deve ser um processo constante ao longo da carreira docente, permitindo que os educadores reflitam sobre suas práticas, atualizem seus conhecimentos e ajustem suas metodologias para atender a uma realidade

educacional cada vez mais plural. Nesse sentido, é imperativo que as instituições de ensino superior ampliem a oferta de disciplinas e programas de formação continuada que abordem a inclusão de estudantes surdos de maneira mais abrangente, incorporando não apenas o domínio da Libras, mas também a compreensão das necessidades pedagógicas desses estudantes em todas as suas dimensões.

Portanto, a carência de uma formação docente mais ampla e profunda, que considere a diversidade dos estudantes e as especificidades da surdez, é um fator limitante para a efetivação de práticas inclusivas na educação. Para que se construa uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário que os docentes sejam formados de maneira integral, capaz de promover ações pedagógicas que respeitem e atendam às particularidades de todos os estudantes, em especial dos surdos, garantindo-lhes uma aprendizagem significativa e acessível.

No Brasil, a Libras possui um status legal que garante aos surdos o direito de aprender e se expressar em sua língua materna, a regulamentação dessa língua está assegurada por dispositivos legais que reconhecem a sua importância para a educação de surdos, respeitando a cultura surda, seu ritmo e formas específicas de aprendizagem como: A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconheceu oficialmente a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda no Brasil, O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e estabelece diretrizes para o ensino de Libras e a formação de professores para atuar na educação de surdos e O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, também reforça a importância da educação inclusiva e do direito à comunicação para pessoas com deficiência, incluindo os surdos.

O conhecimento e a aplicação desses dispositivos legais são fundamentais para que os professores possam proporcionar uma educação de qualidade aos estudantes surdos. Ao conhecerem as normativas que regem o uso da Libras e a educação de surdos, os docentes podem estruturar suas práticas pedagógicas de forma a respeitar a língua, a cultura e as especificidades dos estudantes surdos.

Com o objetivo de promover um entendimento mais profundo sobre a aprendizagem do surdo, a elaboração do e-Book foi cuidadosamente pensada, levando em consideração as respostas obtidas durante a observação das aulas e as entrevistas realizadas com os participantes.

O retorno dos sujeitos participantes das pesquisas desempenhou um papel significativo no aprimoramento do conteúdo, permitindo uma reestruturação que destacou aspectos essenciais do tema, tornando o material mais relevante e eficaz para os educadores, para tal, organizou-se uma tabela com os capítulos e objetivos do e-Book, facilitando a compreensão da estrutura e do conteúdo abordado.

Quadro 11– Elaboração do recurso educacional

CAPÍTULO	CONTEÚDO	OBJETIVO/DESCRIÇÃO
Introdução	Visão geral sobre a educação inclusiva, importância da educação de surdos e o papel da Pedagogia Visual.	Destacar a relevância da educação inclusiva e situar a prática pedagógica como um fator determinante na promoção de uma educação que respeite as diferenças.
Surdo: um sujeito visual	Especificidades do sujeito surdo e a centralidade da percepção visual no processo de aprendizagem.	Enfatizar como a visualidade é um elemento essencial para o aprendizado do estudante surdo e a importância de considerar suas formas únicas de acessar o conhecimento.
Cultura visual: meio profícuo à potencialização visual do estudante surdo	Exploração da cultura visual como recurso educativo para o estudante surdo.	Mostrar como recursos visuais, como imagens, vídeos e gráficos, podem ser usados para facilitar a conexão do estudante surdo com o conteúdo educacional.
A Pedagogia Visual na educação do estudante surdo	Definição e explicação da Pedagogia Visual, seu impacto na aprendizagem e sua aplicação na prática pedagógica.	Apresentar os conceitos da Pedagogia Visual, discutir como ela potencializa a aprendizagem dos surdos e propor práticas pedagógicas para aplicá-la de forma eficaz.
Sequências didáticas	-Química -Biologia -Geografia	Organizar o ensino-aprendizagem em etapas claras e progressivas, promovendo o desenvolvimento de competências, engajamento e adaptação a diferentes estilos de aprendizado, facilitando a conexão entre os tópicos, incentivando metodologias variadas e buscando resultados específicos, garantindo um ensino eficiente e alinhado às necessidades dos estudantes e do currículo.
Conclusão	Resumo das reflexões e insights sobre a pesquisa.	Reafirmar a importância da abordagem pedagógica visual e inclusiva para a educação de surdos, destacando a relevância do e-Book para a formação docente.
Sugestões de materiais para aprofundamento	Materiais de leitura, vídeos, cursos e sites especializados sobre inclusão e educação de surdos.	Proporcionar recursos adicionais para educadores se aprofundarem nos temas de inclusão e pedagogia visual, favorecendo o desenvolvimento contínuo da prática pedagógica.
Referências	Lista de obras e pesquisas utilizadas no e-Book.	Fornecer embasamento teórico sólido, incluindo autores renomados na área de educação inclusiva, surdez e pedagogia

A elaboração deste e-Book foi cuidadosamente planejada com o objetivo de fornecer suporte aos professores durante suas práticas pedagógicas em turmas que incluem estudantes surdos. Entretanto, sua estrutura e abordagens pedagógicas foram pensadas de maneira a beneficiar também os estudantes sem deficiência, uma vez que o campo visual é reconhecido como um dos recursos mais eficazes para facilitar o processo de aprendizagem. Embora não seja o único meio de aprendizagem, a visualidade se destaca como um dos meios fundamentais para o avanço dos estudantes surdos, uma vez que promove uma melhor compreensão e engajamento com o conteúdo educacional.

A importância do uso de sequências didáticas no ensino de surdos reside na sua capacidade de tornar o processo educacional mais acessível, inclusivo e significativo, pois para esses estudantes a percepção do mundo se dá predominantemente pela visualidade, e a maneira como os conteúdos são organizados e apresentados faz toda a diferença na construção do conhecimento e esse tipo de metodologia atua como ferramentas que estruturam o ensino de forma clara, progressiva e adaptada às suas necessidades específicas.

Uma sequência didática bem planejada permite que o aprendizado seja apresentado em etapas organizadas, respeitando o ritmo de cada estudante, essa organização é especialmente importante, pois facilita a compreensão de conceitos complexos por meio de recursos visuais como vídeos, gráficos, infográficos e animações, assim esses elementos não são apenas complementos, mas partes essenciais para garantir que os estudantes surdos possam acessar o conteúdo de maneira plena e significativa.

Além disso, as sequências didáticas favorecem o uso de abordagens bilíngues, integrando a Libras, como meio de instrução principal. Ao valorizar a língua natural dos surdos, essas práticas não apenas garantem a compreensão, mas também reforçam a identidade cultural e linguística desses estudantes, promovendo sua inclusão e empoderamento dentro do ambiente escolar.

Outro aspecto relevante é que as sequências didáticas incentivam a interação entre surdos e ouvintes, possibilitando um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo. Atividades planejadas que envolvam diferentes formas de comunicação

e expressão contribuem para que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, participem ativamente do processo educacional.

Dessa forma, as sequências didáticas no ensino de surdos vão além de organizar o conteúdo; elas são um reflexo do compromisso de oferecer uma educação que respeite a diversidade, valorize a visualidade e assegure o direito de todos os estudantes a aprenderem de maneira plena e inclusiva.

Ao integrar elementos visuais como parte da estratégia de ensino, o e-Book propõe uma abordagem inclusiva que respeita as necessidades específicas de cada estudante, ao mesmo tempo em que enriquece o processo educativo para todos.

Assim, a proposta não apenas visa atender às demandas de inclusão, mas também reforça a ideia de que práticas pedagógicas que consideram diferentes formas de aprendizagem podem ser benéficas para toda a turma, independentemente das suas particularidades.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes surdos no sistema educacional brasileiro ainda enfrenta inúmeros desafios, especialmente no que se refere às metodologias de ensino empregadas e à formação docente. Tal cenário evidencia a urgência de ampliar pesquisas e investir em práticas de formação continuada para os professores, uma vez que a formação inicial, em grande parte dos casos, não contempla de forma adequada a preparação necessária para lidar com a diversidade presente no contexto escolar. Nesse sentido, a formação continuada configura-se como um componente fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas ao longo da trajetória profissional dos docentes, permitindo-lhes acompanhar as transformações educacionais e sociais que impactam diretamente o cotidiano escolar.

A presente pesquisa, ao investigar os limites e as possibilidades do ensino de estudantes surdos com base na prática da pedagogia visual, evidenciou aspectos fundamentais que contribuem para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Partindo da realidade vivenciada no Centro de Ensino Odolfo Medeiros, em Caxias (MA), foi possível compreender como a pedagogia visual pode atuar como um importante recurso mediador no processo de ensino-aprendizagem de surdos, sobretudo quando aliada a práticas pedagógicas intencionais e à formação contínua dos professores.

Entre os principais limites identificados, destaca-se a ausência sistemática de recursos visuais nas aulas ministradas por docentes ouvintes, reflexo de uma formação inicial que ainda carece de preparo adequado para lidar com a diversidade sensorial e comunicacional dos estudantes. Além disso, a escassez de materiais didáticos acessíveis, o despreparo para o uso de tecnologias assistivas e a fragilidade da articulação entre professores regentes e intérpretes de Libras foram obstáculos importantes que dificultaram uma prática pedagógica mais eficaz para os estudantes surdos.

As possibilidades, por sua vez, emergem justamente da valorização da visualidade como linguagem predominante na aprendizagem de pessoas surdas, e assim uso de imagens ilustrativas, infográficos, vídeos legendados e com interpretação em Libras, mapas conceituais, animações, entre outros elementos

visuais, revelou-se uma estratégia pedagógica potente, capaz de promover maior compreensão e participação dos estudantes surdos no processo educacional. A pesquisa também evidenciou o potencial transformador da formação continuada, que, quando bem estruturada, oferece ao professor subsídios teórico-práticos para a ressignificação de sua prática docente.

No entanto, dificuldades metodológicas e estruturais também foram encontradas ao longo da pesquisa, como o acesso limitado a dados atualizados sobre a prática pedagógica com surdos nas escolas da região, a resistência de alguns profissionais à adoção de metodologias inclusivas e a falta de políticas públicas que fortaleçam a formação docente no campo da surdez e da pedagogia visual.

Diante desse cenário, os passos a serem seguidos envolvem o fortalecimento de políticas de formação continuada para professores da educação básica, com ênfase em práticas inclusivas baseadas na visualidade; o incentivo à produção e compartilhamento de materiais didáticos visuais acessíveis; o reconhecimento do papel dos intérpretes de Libras como mediadores do processo educativo; e a ampliação do debate sobre a pedagogia visual como abordagem legítima e necessária para a inclusão de estudantes surdos.

Conclui-se, portanto, que apesar dos desafios enfrentados, a pedagogia visual representa um caminho promissor na efetivação do direito à educação dos estudantes surdos. Para isso, é imprescindível o compromisso coletivo entre gestores, professores, intérpretes e toda a comunidade escolar na construção de ambientes educativos mais acessíveis, sensíveis à diferença e capazes de acolher as singularidades de cada sujeito.

Dessa forma, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa pela articulação entre modelos pedagógicos, suporte especializado, políticas públicas e formação docente, reafirmando que a inclusão não é apenas uma diretriz legal, mas um compromisso ético com a equidade e com o direito à educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. *Educação inclusiva e surdez: estratégias para a construção de ambientes acessíveis*. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.

ALMEIDA, J. C. *A educação inclusiva e a surdez: Avanços e desafios*. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.

ARANHA, M. S.; GUIMARÃES, P. *Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2019.

AZEVEDO, B. L. G. *Educação inclusiva: a deficiência como resistência acontecimental*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2020, 119f.

BARBOSA, F. M. *A importância da formação continuada no contexto educacional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATALLA, D. V. *Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira*. v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18411965005>. Acesso em: 05 dez. de 2024.

BORGES, T. C. B. *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: em foco a formação continuada de professores em São Luís-MA*. 2024. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

BRAGA, J. S. M. *Formação de professor na materialização do Plano Educacional Individualizado (PEI), para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: uma análise do protocolo cientificamente validado considerando os marcos do desenvolvimento infantil de Jean Piaget na EMEI Maria Suely Medrado Araújo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidad Europea del Atlantico, Petrolina, 2024.

BRASIL. (2015). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB. Lei nº 9.394/96.

BRASIL. *Conselho Nacional De Educação*. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-4-de-29-de-maio-de-2024-563084558>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. *Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducaspecial.pdf>. Acesso em: 03 jan.2022.

BRASIL. *Presidência da República*. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 3 ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso 20 nov. de 2024.

CAMELO, M. G. S. *A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em municípios do Maranhão: limitações e contribuições*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

CEREZUELA, C. MORI, N. N. R. SHIMAZAKI, E. M. *A trajetória histórica da Educação Inclusiva*. In: MORI, N. N. R. CEREZUELA, C. (Orgs.). *Inclusão e educação especial na educação básica: um estudo nas cinco regiões brasileiras*. Maringá: Eduem, 2021.

COLACIQUE, R. C.; AMARAL, M. M. *Pedagogia surda e visualidades: rastros culturais imagéticos indicadores de aprendizagem na cibercultura*. *Revista Docência e Cibercultura*, v. 4, n. 1, p. 142-173, 2020.

COSTA, M. C. *Formação Continuada de Professores: Desafios e Perspectivas na Educação Inclusiva*. Brasília: Liber Livro, 2022.

COSTA, R.; ALMEIDA, J. *A pedagogia visual e os desafios da educação inclusiva*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, n. 2, p. 45-63, 2023.

CRUZ, A. J. et al, *Formação Docente: Olhar E Refletir Sobre Possibilidades De Ensinar Matemática A Estudantes Surdos E Surdas*. *Revista Pontos e contrapontos* p.55-70, 2024.

DA CONCEIÇÃO, A. M. S.; MACHADO, V. R. *A Formação Continuada De Professores Na Educação Profissional E Tecnológica: Inclusão E Permanência Do Estudante Com Deficiência*. *Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, p. 124-136, 2022.

DE ALMEIDA, S. C. *Letramento do surdo na abordagem bilíngue*. *Grau Zero– Revista de Crítica Cultural*, v. 9, n. 1, p. 235-258, 2021.

DE LIMA, Camila Machado. *Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores*. Wak, 2024.

DE LUNETTA, A.; GUERRA, R. *Metodologia da pesquisa científica e acadêmica*. *Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.

DE MORAIS, I. C. V. *Educação Bilíngue e Cultura Surda: interlocuções à Identidade Bicultural*. 2022. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Goiás (Brazil).

DE SOUSA BASTOS, J. E. et al. *O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios*. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023.

DE SOUZA MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Editora Vozes Limitada, 2011.

DE SOUZA REIS, I. *A Formação Inicial Do Professor Para Atuar Na Educação Inclusiva No Ensino Comum: Caracterização Político-Pedagógica Dos Cursos De Pedagogia Da Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul*. 2021.

DEZES, F. L. et al. *Português como segunda língua para pessoas surdas: desafios metodológicos no contexto educacional bilíngue*. 2023.

DOS SANTOS FREITAS, É. A. *Representação Social, Atitudes, Percepção Da Autoeficácia Em Relação À Educação Inclusiva*. 2022.

FERNANDES, J. M.; FREITAS-REIS, I. *A história da educação de surdos: uma relação com os aspectos da semiótica de Peirce*. Revista Educação Especial em Debate, v. 5, n. 9, 2020.

GESSER, A. *Educação de Surdos: A construção de uma outra história*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2020.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

GIROTO, C. R. M.; DE OLIVEIRA MARTINS, S. E. S.; DE LIMA, J. M. R. *Formação de professores e inserção da disciplina Libras no Ensino Superior: perspectivas atuais*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 741-758, 2015.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista*. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, I. C.; LIMA, R. *Desafios e estratégias na educação de alunos surdos: práticas inclusivas no ensino básico*. Fortaleza: EdUECE, 2023.

HOLLOSI, M. *Professor Surdo: Desafios na construção de uma prática bilíngue*. 2019.

KHATER, E.; SOUZA, K. C. S. *Diversidade x inclusão: Conceito, teoria e prática na educação infantil*. Revista Educação em Foco, v. 10, p. 29-38, 2018.

LACERDA, D. *A educação inclusiva e as práticas pedagógicas com surdos: reflexões atuais*. Editora Educação, 2019.

LANUTI, J. E. DE O. E.; MANTOAN, M. T. E. *Como os estudantes considerados com deficiência atrapalham “os demais”?* Revista Ensin@, v. 2, n. 6, p. 57-67, dez, 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/anacptl/article/view/14708>. Acesso em: 05 mar.2022.

LEBEDEFF, T. B. L. *Experiência Visual e Surdez: Discussões sobre a Necessidade de uma “Visualidade Aplicada”*. Revista Fórum, Rio de Janeiro, n.29/30, p.13-25, 2017. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/article/view/263>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIMA, A. C.; SILVA, J. S. *Diversidade e inclusão na formação de professores: desafios para a educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Educacional, 2021.

LIMA, A. M.; SILVA, J. P.; SOUSA, L. M. *Formação docente e a educação de surdos: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2024.

LIMA, A. C.; FERREIRA, M. C. *Formação de professores e práticas pedagógicas inclusivas: desafios e perspectivas*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2022.

LIMA, A. P.; SOUZA, M. *Desafios pedagógicos na educação de alunos surdos: da inclusão à prática bilíngue*. São Paulo: Cortez, 2020.

LIMA, T. S. *A formação de professores e o impacto na aprendizagem dos alunos*. Porto Alegre: Penso Editora, 2019.

LIMA, T.; et al. *Recursos visuais na prática pedagógica: um olhar inclusivo*. Educação em Foco, v. 10, n. 1, p. 12-29, 2024.

LODI, A. C. B. *Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos*. In: LACERDA, Cristina BrogliaFeitosa de.; SANTOS, Lara Ferreira dos. (org.). *Tenho um aluno surdo e agora?* 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MACEDO, J. S. *A escrita do estudante surdo e a sequência didática: uma análise a partir do trabalho com o gênero dissertação escolar*. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MACÊDO, R. F. *Libras e cultura surda na formação continuada de professores para o ensino de estudantes surdos*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

MANTOAN, M. (2014). *Inclusão escolar: o que é e como fazer*. Ed. Cortez.

MANTOAN, M. T. E. *A educação inclusiva: uma abordagem crítica*. São Paulo: Cortez, 2020.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 2. ed. São Paulo. Moderna, 2006.

MANTOAN, M. T. E. *A educação inclusiva: uma abordagem para surdos e suas metodologias*. São Paulo: Editora Vozes, 2020.

- MANTOAN, M. T. E. *A inclusão escolar: a luta para a construção de um ensino para todos*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MANTOAN, M. T. *Inclusão e práticas educacionais: Desafios contemporâneos*. São Paulo: Editora Moderna, 2020.
- MANTOAN, M. T. *Inclusão: Desafios e Perspectivas na Educação de Alunos com Deficiência*. São Paulo: Editora Moderna, 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.
- MARTINS, J.; SILVA, R. *Inovação pedagógica: a construção de produtos educacionais como prática inclusiva*. Rio de Janeiro: Editora Contemporânea, 2024.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.
- MINAYO, M. C. S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 30.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MIRANDA, G. J. *Elaboração e aplicação de questionários*. In: NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al (org.). Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 216-229.
- OLIVEIRA, D. A. *Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira*. Educação & Sociedade, v. 32, p. 323-337, 2011.
- OMOTE, S. *Normalização, integração, inclusão*. Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos, n. 1, p. 04-13, 1999.
- OMOTE, S. *Quatro décadas de Educação Especial no Estado de São Paulo*. Revista Educação Especial. Santa Maria, v.33, 2020. Disponível em: Acesso em: dezembro de 2023.
- PEDREIRA, S. M. F. *Educação de Surdos (as) na Escola Inclusiva e Interculturalismo uma Aproximação Necessária*. Revista Espaço, p. 20-30, 2007.
- PEREIRA, D. A.; SOUZA, A. F. A formação de professores para a educação inclusiva: desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: Vozes, 2022.
- PEREIRA, L.; SOUZA, F. *Formação continuada e práticas inclusivas: uma análise crítica*. Brasília: Editora Educação, 2022.
- PEREIRA, M.; SOUZA, L. *Formação docente e educação bilíngue para surdos*. Cadernos de Inclusão Escolar, v. 15, n. 3, p. 33-50, 2022.
- PEREIRA, R.; COSTA, J. *Metodologias inclusivas na educação de surdos: um estudo das práticas pedagógicas atuais*. Recife: EdUFPE, 2021.

PESTANA, I. C. G. S. *O uso de recursos didáticos nas práticas de letramento em Libras: uma experiência em salas regulares bilíngues para surdos no município do Recife*. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

PIAGET, J. *Psicologia da Inteligência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

REGINA, A. et al. A (DES) *Configuração Do Edital Do Concurso E Processo Seletivo: Do Cargo De Instrutor De Libras E Professor De Libras, Avaliação De Candidato Surdo E Candidato Não Surdo—Prova Objetiva À Prática*. Pesquisas Atuais Sobre a Educação de Surdos: Entre a Teoria e a Prática: Volume 3, 2024.

SASSAKI, R. K. *As sete dimensões da acessibilidade*. São Paulo: Larvatus Proteo, 2019.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. 2009.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Autores associados, 2018.

SAVIANI, N. *Saber escolar, currículo e didática*. Autores associados, 2022.

SILVA, A. V. *A prática pedagógica do professor alfabetizador para a aquisição da leitura e escrita dos estudantes surdos na perspectiva da educação inclusiva na cidade de Caxias-MA*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, Caxias, 2021.

SILVA, E.; CARVALHO, F. *O uso da Libras e a pedagogia visual no ensino regular*. Educação em Perspectiva, v. 25, n. 4, p. 21-39, 2023.

SILVA, G. G. P. *Prática pedagógica mediada pela pedagogia visual: proposta para o desenvolvimento do processo educacional inclusivo do estudante surdo no ensino regular*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

SILVA, L. A.; PEREIRA, S. M. S.; THIENGO, E. R. *Adaptação De Material Para A Educação De Estudantes Surdos*. 2022.

SILVA, M. C. *Tecnologias assistivas na educação de surdos: um estudo das práticas pedagógicas*. Campinas: Papirus, 2022.

SKLIAR, C. (2018). *A educação de surdos: O que se deve saber*. Cortez Editora.

SOUZA, A. C.; OLIVEIRA, J. P. *Surdez e inclusão: novas perspectivas para o ensino de alunos com deficiência auditiva*. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

SOUZA, C.; SILVA, R. *Práticas pedagógicas inclusivas: uma análise crítica da formação docente*. Campinas: Papirus, 2021.

SOUZA, E. C.; OLIVEIRA, G. H. *A formação continuada de professores no Brasil: políticas e práticas pedagógicas*. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

SOUZA, F. P.; COSTA, R. M. *O aprendizado visual: implicações para a educação infantil*. Editora Educação e Cultura, 2022.

TAVARES, M. L. R., & Souza, F. C. (2020). *Atendimento educacional especializado: contribuições para a inclusão escolar*. Ed. Penso.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

UNESCO. (2019). *Declaração de Incheon sobre Educação 2030*. UNESCO.

ANEXOS

ANEXO 1- OFÍCIO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI

São Luís - MA, 10/05/2024

Senhora
Prof.^a Dr.^a Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa-CEP da Universidade Estadual do Maranhão -
UEMA
Prezada Senhora,

Por este instrumento encaminho a V.S.^a o projeto de pesquisa intitulado “**A pedagogia visual como estratégia na formação de professores e práticas inclusivas na educação de surdos**”, cujo objetivo é analisar as práticas docentes para a promoção de uma educação inclusiva para estudantes surdos em uma escola municipal do município de Caxias – MA, sobre a minha responsabilidade solicitando, deste comitê, a apreciação do mesmo. Aproveito para informá-lo que os conteúdos descritos no corpus do projeto podem ser utilizados no processo de avaliação do mesmo, e que:

- (a) Estou ciente das minhas responsabilidades frente à pesquisa e que a partir da submissão do projeto ao Comitê, será estabelecido diálogo formal entre o CEP e o pesquisador;
- (b) Estou ciente que devo solicitar e retirar, por minha própria conta, os pareceres e o certificado junto a secretaria do CEP;
- (c) Estou ciente de que as avaliações, possivelmente, desfavoráveis deverão ser, por mim, retomadas para correções e alterações;
- (d) Estou ciente de que os relatores, a presidência do CEP e eventualmente a CONEP, terão acesso a este protocolo em sua versão original e que este acesso será utilizado exclusivamente para a avaliação ética.

Sem mais para o momento, aproveito para saudar e um desejo bom trabalho a V.S.^a e todos (as) conselheiros (as).

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente
CELIANA LIMA DA SILVA
Data: 22/06/2024 17:11:19-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Celiana Lima da Silva - CPF: 065.598.174-82
Pesquisadora Responsável

Deuzimar Costa Serra - CPF: 252.473.793-49
Pesquisadora Participante

ANEXO 2 - DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI

DECLARAÇÃO DOS PESQUISADORES

Ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Maranhão

Eu, **CELIANA LIMA DA SILVA**, pesquisadora responsável da pesquisa intitulada “**A pedagogia visual como estratégia na formação de professores e práticas inclusivas na educação de surdos**” tendo como pesquisadora participante a Prof.^a Dr.^a **DEUZIMAR COSTA SERRA** declaramos que:

Assumimos o compromisso de cumprir os Termos da **Resolução nº 466/12**, do CNS. Os materiais e os dados obtidos ao final da pesquisa serão arquivados sob a responsabilidade de **CELIANA LIMA DA SILVA**, da área de **CIÊNCIAS HUMANAS** do **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI**, que também será responsável pelo descarte dos materiais e dados, caso os mesmos não sejam arquivados ao final da pesquisa, considerando:

- Não há qualquer acordo restritivo à divulgação pública dos resultados;
- Os resultados da pesquisa serão tornados públicos através de publicações em periódicos científicos e/ou em encontros científicos, quer sejam favoráveis ou não, respeitando-se sempre a privacidade e os direitos individuais dos participantes da pesquisa;
- O CEP/UEMA será comunicado da suspensão ou do encerramento da pesquisa por meio de relatório circunstanciado apresentado anualmente ou na ocasião da suspensão ou do encerramento da pesquisa com a devida justificativa;
- O CEP/UEMA será imediatamente comunicado se ocorrerem efeitos adversos resultantes desta pesquisa com o participante da pesquisa;
- Esta pesquisa ainda não foi realizada.

São Luís - MA. 10 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br CELIANA LIMA DA SILVA
Data: 22/05/2024 17:06:34-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Celiana Lima da Silva - CPF: 065.598.174-82
Pesquisadora Responsável



Deuzimar Costa Serra - CPF: 252.473.793-49
Pesquisadora Participante

ANEXO 3 - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO
CENTRO DE ENSINO "ODOLFO MEDEIROS"
Reconhecimento: Ensino fundamental: resolução 491/84 e 082/04 Ensino Médio: Parecer
108/2009 e resolução nº 078/2010
Rua Senador Clodomir Cardoso, 1339- Cangalheiro CEP: 65.606-530 INEP 21159971
FONE: (99) 35216041 E-mail: odolfomedeiros@caxias.ma.gov.br Caxias-MA

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Título: A pedagogia visual como estratégia na formação de professores e práticas inclusivas na educação de surdos.

Eu, **Celiana Lima da Silva**, investigadora principal responsável pelo projeto de pesquisa a ser desenvolvido na Escola Centro de Ensino Odolfo Medeiros, localizado na zona urbana, na cidade de Caxias-MA, o qual terá como colaboradora a Prof.^a Dr.^a **Deuzimar Costa Serra** (pesquisadora participante), declaramos que não temos nenhum conflito de interesse que possa influenciar o resultado da pesquisa, tais como:

- Interesse financeiro no produto de teste como uma patente, marca registrada, direitos autorais ou acordo de licenciamento;
- Pagamentos significativos de quaisquer tipos, excluindo os custos de condução do estudo ou outros estudos clínicos;
- Interesse administrativo em utilizar o resultado da pesquisa para coagir, admitir ou demitir funcionários onde será realizada a pesquisa.

Caxias-MA, 10/05/2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br CELIANA LIMA DA SILVA
Data: 22/05/2024 23:17:16-03:00
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Celiana Lima da Silva - CPF: 065.598.174-82

Pesquisadora Responsável

Deuzimar Costa Serra - CPF: 252.473.793-49

Pesquisadora Participante

ANEXO 4 - DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CENTRO DE ENSINO ODOLFO MEDEIROS
Reconhecimento: Ensino Fundamental: Resolução 491/84 e 082/04
Ensino Médio: Parecer 108/2009 e Resolução nº 0/8/2010
Rua Senador Clodomir Cardoso, 1339 - Cangalheiro
CEP: 65.606-530 INEP: 21159971
Fone: (99) 3521-6254
E-mail: odolfopedagogico@gmail.com
Caxias - MA



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO
CENTRO DE ENSINO "ODOLFO MEDEIROS"
Reconhecimento: Ensino fundamental: resolução 491/84 e 082/04
Ensino Médio: Parecer 108/2009 e resolução nº 078/2010
Rua Senador Clodomir Cardoso, 1339- Cangalheiro
CEP: 65.606-530 INEP 21159971
FONE: (99) 35216041
E-mail: odolfomedeiroscaxias@gmail.com
Caxias-ma

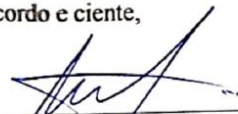
DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Caxias-MA 20/06/2024

Eu, Sebastião Leal Barros declaro, a fim de viabilizar a execução do projeto intitulado "A pedagogia visual como estratégia na formação de professores e práticas inclusivas na educação de surdos", sob a responsabilidade dos pesquisadoras: orientanda Celiana Lima da Silva e orientadora Deuzimar Costa Serra, que a Escola Centro de Ensino Odolfo Medeiros, conforme reconhecimento: ensino fundamental, ensino médio: parecer 108/2009 e Resolução nº 0/8/2010,), viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Esperamos, outrossim, que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório anual ao CEP ou por outros meios de praxe por meio de palestras e oficinas.

De acordo e ciente,


Sebastião Leal Barros
CPF: 780.593.563-72 Matrícula: 00298869-00
Gestor Adjunto

Sebastião Leal Barros
Gestor Adjunto
Matrícula 00298869-00

ANEXO 5 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) professor(a),

O(a) senhor(a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) de uma pesquisa sobre “A pedagogia visual na formação de professores como prática inclusiva na educação de surdos”, que será realizada na escola estadual Centro de Ensino Odolfo Medeiros localizada na cidade de Caxias no Maranhão e os pesquisadores participantes pela pesquisadora Celiana Lima da Silva, mestranda em Educação Inclusiva pelo Programa de Pós- Graduação Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra.

O estudo tem como objetivo analisar as estratégias de ensino dos professores quanto ao uso de uma pedagogia visual para um ensino inclusivo de estudantes surdos no centro de ensino Odolfo Medeiros em Caxias – MA. E após análise, construir uma proposta pedagógica em formato de ebook que contenha informações e orientações, com sequências didáticas que auxiliem os docentes em sua prática pedagógica com estudantes surdos.

Essa pesquisa tem sua importância e se justifica pela inquietação em compreender como e quais práticas inclusivas os docentes tem vivenciado no ensino médio e se os professores recebem/têm formação adequada para lidar com estudantes surdos e com todo esse processo de inclusão.

O projeto apresentará uma relevância científica, social e acadêmica, por contribuir de forma significativa com novos estudos acerca da formação e práticas docentes na educação inclusiva e pela necessidade de abordar a temática em questão, pois é notório que a prática educativa perpassa por (re)significações dentro desse novo contexto educacional e a pedagogia visual impacta positivamente na aprendizagem dos surdos.

Os resultados que se desejam alcançar são melhorias na prática e formação docente por meio da pedagogia visual, baseadas em suas vivências, dificuldades e estratégias para assegurar a inclusão do estudante surdo.

A contribuição do participante será por meio de uma entrevista semiestruturada e questionário, nos quais a sua participação é voluntária e todas as informações versarão sobre formação e prática docente direcionadas aos estudantes surdos.

A participação na pesquisa, não oferece riscos aos participantes pois os dados, uma vez que o instrumento para coletar dados será a entrevista e questionário realizados de maneira

individualizados, e os dados serão tratados de maneira completamente anônima, atribuindo nomes fictícios para garantir o sigilo dos sujeitos e das informações. Caso o participante sinta-se constrangido, o pesquisador responsável deixará o participante totalmente à vontade para não responder as questões ou até mesmo deixar de participar. E se houver algum dano ou risco, será comunicado imediatamente ao Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da UEMA que acompanha e analisa as pesquisas que envolvem seres humanos.

Quanto aos benefícios aos participantes, esta pesquisa proporcionará uma oportunidade para a discussão das abordagens e metodologias empregadas pelos professores, além de contribuir com material de apoio, visto que o produto educacional, fruto deste estudo, será um e-book com sequências didáticas voltadas a prática da pedagogia visual, viabilizando uma percepção sobre sua prática com o estudante surdo. Ademais, o estudo não acarretará nenhuma despesa para o sujeito participante.

O(a) senhor(a) terá total liberdade para decidir se continua ou não como participante da pesquisa e, ao consentir sua participação, caso o(a) senhor(a) desistir de continuar, terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem nenhum prejuízo. Ressalta-se que você não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com a pesquisadora. Os resultados da pesquisa, poderão constar em trabalhos apresentados em congressos e publicações científicas sem qualquer identificação pessoal.

Todas as informações obtidas em relação a essa pesquisa permanecerão em absoluto sigilo, não permitirão a sua identificação, exceto aos responsáveis pelo projeto, e que a divulgação das informações só serão feitas entre os profissionais estudiosos do assunto ou em publicações de artigos ou eventos científico, resguardando a identidade do colaborador.

Finalmente, tendo compreendido(a) as informações ora mencionadas para minha efetiva participação na pesquisa e, estando consciente dos meus direitos e responsabilidades quanto aos riscos e benefícios da pesquisa, concordo em participar da pesquisa e, para tanto eu.....
....., dou consentimento sem que para isso tenha sido forçado ou obrigado.

CIENTE E DE ACORDO.

Contatos:

Celiana Lima da Silva, Fone: (99) 98479-7622 / E-mail: celianalima26@hotmail.com
Deuzimar Costa Serra, Fone: (99)99989-6610 / E-mail: deuzmarserra@professor.uema.com.br.

Instituição: Estadual do Maranhão (UEMA), CAMPUS SÃO LUÍS (campus 1), Cidade Universitária Paulo VI, Av. Lourenço Vieira da Silva N.º 1000 – Jardim São Cristovão – São Luis/MA, CEP: 65.055-310. Fone (98) 3228-2634.



Documento assinado digitalmente

CELIANA LIMA DA SILVA

Data: 22/06/2024 17:11:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Celiana Lima da Silva CPF: 065.598.174-82
PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL

A handwritten signature in blue ink, reading "Deuzimar Costa Serra", written over a horizontal line.

Deuzimar Costa Serra CPF: 252.473.793-49
PESQUISADOR(A) PARTICIPANTE

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA- PROFEI**



Pesquisadora: CELIANA LIMA DA SILVA

Orientadora: DEUZIMAR COSTA SERRA

QUESTIONÁRIO DO PERFIL PROFISSIONAL

NOME: _____
IDADE: _____
DISCIPLINA QUE LECIONA: _____
Observação: A sua identificação é opcional.

Perfil do Professor:

1-Qual sua situação funcional:

() Professor Efetivo () Professor Contratado

2-Leciona em qual turno:

() matutino () vespertino () noturno

3-Quais suas Habilitações Acadêmica

GRADUAÇÃO

ÁREA: _____ ANO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

PÓS-GRADUAÇÃO

ÁREA: _____ ANO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

MESTRADO

ÁREA: _____ ANO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

DOUTORADO

ÁREA: _____ ANO: _____

INSTITUIÇÃO: _____

4-Quantos anos de docência tem em turmas com estudante surdo:

- ☐ Nenhum ☐ De um a dois anos ☐ De três a seis anos ☐ De seis a dez anos
☐ Mais de dez anos

5-Realizou cursos de formação continuada sobre cultura e identidade surda e/ou estratégias de atuação na área de surdez:

- ☐ Sim ☐ Não

Se sim, quais dentre as alternativas a seguir:

☐ Cultura e identidade surdas;	☐ Pedagogia visual /imagética;
☐ Aspectos linguísticos relacionados A Libras ;	☐ Tecnologia assistiva para o estudante surdo;
☐ Literatura surda;	☐ Outros: _____

6-Gostaria de acrescentar mais informações sobre a sua formação inicial e continuada para trabalhar com estudante surdo? Se sim, utilize esse espaço:

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO-UEMA PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA- PROFEI**



Pesquisadora: CELIANA LIMA DA SILVA

Orientadora: DEUZIMAR COSTA SERRA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1-Você considera a escola como inclusiva? Por quê?

2-Tratando-se do estudante surdo, como deveria ser uma escola na perspectiva inclusiva?

3-Já teve informações acerca de estratégias ou práticas inclusivas voltadas para estudantes surdos? Descreva.

4-O que poderia ser realizado durante a sua docência com estudantes ouvintes e estudantes surdos com vistas ao processo de inclusão?

5-Em sua formação inicial(graduação) foi oportunizado conhecimentos teóricos / práticos sobre a docência com de estudantes surdos?

6-Como e em que frequência ocorre o processo de formação continuada na sua escola para atuação com estudante surdo inseridos no ensino regular?

7-Quais práticas inclusivas e/ou estratégias específicas para estudantes surdos que você costuma abordar em sala de aula?

8- Você já recebeu algum tipo de treinamento ou capacitação sobre o uso de recursos visuais em sala de aula? Se sim, como esse treinamento impactou suas práticas pedagógicas?

9-Quais tipos de recursos visuais você utiliza frequentemente em suas aulas (como vídeos, gráficos, imagens, mapas conceituais)? Você considera esses recursos eficazes para o aprendizado dos estudantes?

10-Você conhece o conceito de pedagogia visual?

11- Em sua opinião, de que forma os recursos visuais podem facilitar a compreensão dos conteúdos, especialmente para os estudantes surdos?
